

**SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER: O
CASO DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES DO VALE DO
AMANHECER - COOPAVAM, JURUENA, MATO GROSSO**

DHIOGO CORRÊA DA COSTA

**CÁCERES
MATO GROSSO, BRASIL
2024**

DHIOGO CORRÊA DA COSTA

**SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER: O
CASO DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES DO VALE DO
AMANHECER - COOPAVAM, JURUENA, MATO GROSSO**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientadora:

Profa. Dra. Liliane Cristine Schlemer Alcântara

Coorientadora:

Profa. Dra. Luciane Cristina Ribeiro dos Santos

**CÁCERES
MATO GROSSO, BRASIL
2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMAT Catalogação de Publicação na
Fonte. UNEMAT - Unidade padrão

C837s Costa, Dhiogo Correa da.
SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER: O CASO DA
COOPERATIVA DE AGRICULTORES DO VALE DO AMANHECER - COOPAVAM,
JURUENA, MATO GROSSO / Dhiogo Correa da Costa. - Cáceres, 2024.
108f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Ciências Ambientais/CAC-PPGCA - Cáceres - Mestrado
Acadêmico, Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".

Orientador: Liliane Cristine Schlemer Alcântara.

Coorientador: Luciane Cristina Ribeiro dos Santos.

1. Bem Viver. 2. ESG. 3. sustentabilidade socioambiental e
econômica. 4. alternativas ao desenvolvimento. 5.
cooperativismo. I. Alcântara, Liliane Cristine Schlemer. II.
Santos, Luciane Cristina Ribeiro dos. III. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 502(817.2)

DHIOGO CORRÊA DA COSTA

**SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER: O CASO DA
COOPERATIVA DE AGRICULTORES DO VALE DO AMANHECER -
COOPAVAM, JURUENA, MATO GROSSO**

Essa Dissertação foi julgada **APROVADA** como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Liliane Cristine Schlemer Alcântara
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
(Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Luciane Cristina Ribeiro dos Santos
Universidade Evangélica de Goiás - UniEvangélica
(Coorientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Isabel Jurema Grimm
Instituto Superior de Administração e Economia - ISAE
(Examinadora convidada)

Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi
Universidade do Estado de Mato Grosso
(Examinador interno)

**CÁCERES - MT
2024**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por tudo o que tem me proporcionado para estar aqui, pela minha saúde, pela minha alegria de viver, por colocar pessoas maravilhosas em todas as minhas jornadas e por sempre estar comigo.

Esta dissertação de mestrado foi possível graças aos cooperados do assentamento da Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM) em Juruena-MT, portanto, muito obrigado por me ajudar nesta jornada, em especial a atual Presidente, Luzirene.

À minha família que me apoiou sempre em seguir o caminho da educação, em especial aos meus pais, Nádia Evaneide Corrêa e Costa, Doroelcio da Luz e Costa por serem exemplos em minha vida de pessoas éticas e determinadas, pois me lembro muito bem de onde viemos e o quanto lutaram para chegar aonde estamos. À minha irmã, Izabelly Corrêa e Costa por ser uma pessoa incrível, desde quando chegou em minha vida só me trouxe alegria.

Agradeço a senhora também, vó Dorami da Luz e Costa, mais conhecida como Vó Dora, à tia Nilza da Luz e Costa, à minha madrinha Catarina Ferreira da Silva, decido a vocês por todo carinho, apoio e amor incondicional em minha vida e nesse momento.

Agradeço também ao meu companheiro de vida, meu namorado, Joelson Cardozo de Arruda, pela inspiração de determinação e pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida até então nesses cinco anos ao meu lado me proporcionando momentos incríveis.

À minha amiga Kleany Carvalho, por ser uma amiga em todos os momentos da graduação, conhecendo minhas angústias e alegrias. Também agradeço a minha amiga Amanda Ribeiro por ceder sua casa diversas vezes durante minhas idas à Cáceres e pelas risadas que demos juntos.

À Universidade do Estado de Mato Grosso e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA.

À CAPES pelo apoio financeiro, através da concessão da bolsa. Agradeço aos meus amigos que o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGCA/UNEMAT) me presenteou: Maria das Dores, Janaína Vetoreti e Valdenir Coutinho. Também à Danilo Borges e Karla Caroline dos Santos Pereira (meus veteranos do mestrado) que me ajudaram com várias dúvidas

sobre procedimentos no CEP e pelas importantes contribuições efetuadas na pesquisa e pela nossa amizade.

Ao Grupos de pesquisas ao qual faço parte: Grupo Pesquisa Alternativas ao Desenvolvimento, e Sustentabilidade – GPADIS.

Meu reconhecimento e minha gratidão à minha orientadora professora Dra. Liliane Cristine Schlemer Alcântara (orientadora), pela amizade, companheirismo e pela paciência e dedicação na construção da pesquisa.

Meu reconhecimento e minha gratidão à minha coorientadora professora Dra. Luciane Cristina Ribeiro dos Santos, pela amizade, por me incentivar e pelas importantes contribuições efetuadas na pesquisa.

À toda a banca examinadora da minha pesquisa.

A todos meus amigos, pelas palavras de incentivo e por torcerem pelo meu sucesso.

Meu muito obrigado!

RESUMO

COSTA, Dhiogo Corrêa da. **SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER: O CASO DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES DO VALE DO AMANHECER - COOPAVAM, JURUENA, MATO GROSSO**. Cáceres: UNEMAT, 2024, 108p. (Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais).

O cooperativismo enfrenta o desafio de equilibrar a adaptação às mudanças de mercado com a sustentabilidade. Além de buscar crescimento financeiro, as cooperativas promovem mudanças socioambientais positivas e compartilham responsabilidades com instituições impactantes. Elas adotam práticas sustentáveis para impulsionar o crescimento social, reconhecendo sua dependência de recursos naturais. Em meio aos desafios entre economia solidária e capitalismo, buscam bem-estar, conexão com a natureza e participação social. O conceito de Bem Viver surge como uma alternativa ao desenvolvimento, respeitando modos de vida e contribuindo para um comportamento sustentável, alinhado aos indicadores ESG, visando uma sociedade mais justa diante das emergências ambientais. Tendo em vista a apresentação dos temas, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar as práticas de sustentabilidade da Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer - Coopavam na perspectiva do Bem Viver. Para contemplar o objetivo, dividiu-se esta pesquisa em dois artigos. O primeiro artigo teve como objetivo desenvolver o estado da arte sobre os temas centrais do Bem Viver e do *Environmental, Social and Governance* (ESG). Os resultados apontam o Bem Viver e o ESG enquanto práticas de sustentabilidade socioambiental, mas se distanciam em termos de objetivo, uma vez que o Bem Viver é guiado pela subjetividade humana, como espiritualidade, vida em comunidade e harmonia com a natureza, o ESG é guiado pela objetividade. Apesar de distintas, as duas visões de desenvolvimento se complementam no que tange ao objetivo de sustentabilidade. Além disso, é necessário que haja maior engajamento das organizações para que o ESG não seja uma ferramenta concentrada apenas na alta gerência, mas que todos os níveis hierárquicos possam envolver nos processos. O segundo artigo teve como objetivo identificar o Bem Viver, as aproximações com o desenvolvimento sustentável e a perspectiva cooperativista da Coopavam. Assim, o resultado evidencia que a Coopavam possui práticas de sustentabilidade que são constituídas por princípios cooperativista, tais como a gestão democrática, compromisso com a comunidade e a intercooperação. Já no escopo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão presentes por meios dos objetivos 2 (fome zero e agricultura sustentável), 5 (igualdade de gênero), 8 (trabalho decente e crescimento econômico), 10 (redução das desigualdades), 11 (cidades e comunidades sustentáveis), 12 (consumo e produção responsáveis), 15 (vida terrestre) e 17 (parcerias e meios de implementação). O resultado destaca a complementaridade entre os indicadores ESG e o Bem Viver na Coopavam que fortalece os compromissos sociais e ambientais da comunidade. Isso contribui para a legitimação social e política da cooperativa, que se torna um exemplo de harmonia com a natureza e respeito às pessoas, alinhando-se à corrente pós-desenvolvimentista. O Bem Viver é uma realidade na Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer, em Juruena, refletindo a conexão da comunidade com a floresta amazônica, inspirada pelos povos originários andinos. No entanto, a difusão dos princípios ESG enfrenta desafios, pois sua implementação ainda se concentra na alta administração, limitando sua aplicação em níveis mais amplos.

Palavras-chave: Bem Viver; ESG; sustentabilidade socioambiental e econômica; alternativas ao desenvolvimento; cooperativismo.

ABSTRACT

COSTA, Dhiogo Corrêa da. **SUSTAINABILITY FROM THE PERSPECTIVE OF GOOD LIVING: THE CASE OF THE VALE DO AMANHECER FARMERS COOPERATIVE - COOPAVAM, JURUENA, MATO GROSSO.** Cáceres: UNEMAT, 2024, 108p. (Masters dissertation in Environmental Sciences)

Cooperativism faces the challenge of balancing adaptation to market changes with sustainability. In addition to seeking financial growth, cooperatives promote positive socio-environmental changes and share responsibilities with impactful institutions. They adopt sustainable practices to drive social growth, recognizing their dependence on natural resources. Amid the challenges between solidarity economy and capitalism, they seek well-being, connection with nature and social participation. The concept of Good Living emerges as an alternative to development, respecting ways of life and contributing to sustainable behavior, aligned with ESG indicators, aiming for a more just society in the face of environmental emergencies. In view of the presentation of the themes, this research has the general objective of analyzing the sustainability practices of the Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam) from the perspective of Good Living. To contemplate the objective, this research was divided into two articles. The first article aimed to develop the state of the art on the central themes of Good Living and ESG. The results indicate that Good Living and ESG are socio-environmental sustainability practices, but they differ in terms of objective, since Good Living is guided by human subjectivity, such as spirituality, community life and harmony with nature, while ESG is guided by objectivity. Despite being distinct, the two visions of development complement each other with regard to the objective of sustainability. In addition, there needs to be greater engagement from organizations so that ESG is not a tool focused only on senior management, but that all hierarchical levels can be involved in the processes. The second article aimed to identify the Good Living, the approaches to sustainable development and the cooperative perspective of Coopavam. Thus, the result shows that Coopavam has sustainability practices that are constituted by cooperative principles, such as democratic management, commitment to the community and intercooperation. Within the scope of the Sustainable Development Goals (SDGs), they are present through objectives 2 (zero hunger and sustainable agriculture), 5 (gender equality), 8 (decent work and economic growth), 10 (reduced inequalities), 11 (sustainable cities and communities), 12 (responsible consumption and production), 15 (life on land) and 17 (partnerships and means of implementation). The result highlights the complementarity between ESG indicators and Buen Vivir in Coopavam, which strengthens the community's social and environmental commitments. This contributes to the social and political legitimacy of the cooperative, which becomes an example of harmony with nature and respect for people, aligning itself with the post-developmental current. Buen Vivir is a reality at the Vale do Amanhecer Farmers' Cooperative, in Juruena, reflecting the community's connection with the Amazon rainforest, inspired by the Andean indigenous peoples. However, the dissemination of ESG principles faces challenges, as their implementation still focuses on high administration, limiting its application at broader levels.

Keywords: Good living; ESG; socio-environmental and economic sustainability; alternatives to development; cooperativism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Sistematização dos objetivos específicos, métodos e instrumentos utilizados no estudo, para a formação da dissertação de mestrado	13
Figura 1: Mapa de localização do município de Juruena/Mato Grosso/COOPAVAM ...	16

ARTIGO I

Quadro 1: Ações das Conferências das Partes entre 1995 - 2023.....	27
Gráfico 1: Análise da cronologia de publicação sobre Bem Viver e ESG entre 2017 e 2024.....	36
Gráfico 2: Aderência do ESG e Bem Viver aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	37
Figura 1: Rede de interação dos termos relacionados ao ESG.....	38
Figura 2: Rede de interação dos termos relacionados ao Bem Viver.....	39
Tabela 1: Produção por países dos temas ESG e Bem	
Tabela 2: Áreas do conhecimento que abordam o ESG e Bem Viver.....	41

ARTIGO II

Quadro 1: Matriz de Indicadores do Bem Viver	59
Figura 1: Mapa de localização do município de Juruena/Mato Grosso/ Coopavam	63
Tabela 1: Frequência das palavras na supra dimensão pessoal	64
Figura 2: Análise de similitude da dimensão social	66
Figura 3: Produtos derivados da castanha-do-pará comercializados pela Coopavam.....	70
Figura 4: Elaboração de triangulação de dados de sustentabilidade da Coopavam.....	71
Quadro 2: Dados para triangulação a partir dos conceitos de Bem Viver, princípios cooperativos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável presentes na Coopavam	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APL	Arranjo Produtivo Local
BV	Bem Viver
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
CEP/UNEMAT	Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAND	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COOPAVAM	Cooperativa de agricultores do Vale do Amanhecer
COP	Conferência das Partes
ESG	Environmental, social and governance
GEE	Gás de efeito estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
ISO	Organização Internacional de Padronização
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PRODEIC-MT	Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso
RSaC	Responsabilidade Socioambiental Corporativa
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SEMA-MT	Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
WoS	Web of Science

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	7
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	11
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	14
4 RESULTADOS.....	16
REFERÊNCIAS	17
ARTIGO I.....	21
1 INTRODUÇÃO.....	22
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: GÊNESE DOS CONCEITOS.....	25
3.1 Environmental, social and Governance - ESG	30
3.2 Bem Viver: uma breve análise pós-desenvolvimentista	33
4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	43
ARTIGO II	51
1 INTRODUÇÃO.....	52
2 SUSTENTABILIDADE E CORRENTE PÓS-DESENVOLVIMENTISTA	53
2.1 O bem viver: gênese do conceito.....	55
2.1 A instituição cooperativa no contexto socioambiental e sustentável	56
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
3.1 Caracterização da área de estudo	62
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	64
4.1 Dimensão pessoal (harmonia consigo mesmo).....	64
4.2 Dimensão social (harmonia com a comunidade).....	66
4.3 Aspectos integral (harmonia com a natureza).....	69
4.4 Indicadores de sustentabilidade da COOPAVAM.....	71

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
ANEXO I: ARTIGO PUBLICADO NOS ANAIS DO XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS	84
CONSIDERAÇÕES GERAIS	101

1 INTRODUÇÃO GERAL

A visão liberal econômica baseada em Friedman (1962-1968) continua em diálogo, onde o objetivo baseia-se principalmente na obtenção de lucro das organizações. Entretanto, as emergências do ambiente institucional como a falta de políticas sociais e ambientais fizeram tais organizações moldarem suas missões em consonâncias com essas emergências (Hoffman; Badiane; Haigh, 2012).

Diante das discussões sociais e ambientais que se ergueram desde a década de 1970, juntamente com o ecossocialismo da “primavera silenciosa” e outras críticas sociais e ambientais, esses temas passaram a ser protagonistas nas decisões da alta administração, uma vez que é possível gerar valor social e ambiental, bem como, competitividade e sustentabilidade financeira simultaneamente (Porter; Kramer, 2011). Recentemente em uma escala mundial, as organizações passaram a discutir e incorporar diversas agendas envolvendo assuntos de igualdade, justiça social e conservação ambiental.

O cooperativismo é uma organização cujo modelo de negócio é baseado na cooperação, onde os membros trabalham juntos para atingir objetivos compartilhados. Como organizações baseadas em valores sociais, as cooperativas têm uma vantagem natural na adoção de práticas de sustentabilidade. Para que tal modelo organizacional seja eficaz, é necessário que seja evidenciado o seu desempenho por meio de avaliações que evidenciem essas dimensões (social e ambiental) no qual o objetivo seja agir de maneira sustentável (Ferreira, 2003).

Essa geração de valor por parte das organizações, se configura como fator de legitimidade na sociedade, uma vez que os fatores socioambientais impactam diretamente o setor governamental, organizações não governamentais – ONG’s – e instituições financeiras e interesses de investidores, exigindo que as instituições se adaptem e evoluam nas perspectivas e princípios pautados em políticas ambientais, sociais e de governança (Porter *et al.*, 2019).

Os indicadores organizacionais pautados na eficácia e em avanços que diminuem impactos socioambientais resultam em melhor relacionamento com os consumidores, vantagem sobre concorrentes e visibilidade dos trabalhos desenvolvidos que contribuem para uma sociedade mais justa – por meio de governança que avaliem sua eficiência, com políticas de transparência e engajamento social interno e externo. Ações estas que geram valores correspondente às mudanças e diminuição da desigualdade social e mitigação dos modelos de produção nocivos ao meio ambiente (Boersch, 2010).

As questões socioambientais e de governança são discutidas por diversos autores quanto a sua importância, como Manrique e Martí-Balleste (2017), Tarmuji, Maelah e Tarmuji (2016), e Trumpp e Guenther (2017). Para estes autores, as organizações estabelecem uma cultura que é orientada a entregar valores à sociedade, à sustentabilidade e a dinâmica em se adaptar e desenvolver transformações que são frutos do comprometimento do setor executivo nas estratégias.

Um destes modelos propostos é o *Global Reporting Initiative* (GRI) que permite que organizações, independentemente de porte, setor ou constituição, identifiquem o seu estágio de evolução em relação aos critérios “*environmental, social and governance*—ESG” propostos e considerados relevantes para a organização (IFC, 2004).

Assim, Ashby e Johnson (2013) enfatizam que há uma crescente preocupação do setor de produção em relação ao produto, das quais citam-se: sustentabilidade ambiental, participação social e dos consumidores por produtos ecologicamente corretos. Essa mudança em olhar os impactos socioambientais vêm sendo estabelecida por diversas agendas mundiais, como os objetivos da Agenda 2030 que lista dezessete metas sustentáveis, as quais as organizações têm procurado atender, alinhando boas práticas em ESG em seus serviços e produtos de acordo com os objetivos organizacionais de sua cadeia produtiva (ONU, 2015).

No contexto das cooperativas, que tem como princípios a autogestão e a coletividade - e fazem parte de um Arranjo Produtivo Local (APL)¹ as organizações além das ferramentas convencionais disponíveis – de planejamento e gestão interna, ou então índice de crescimento baseado em Produto interno Bruto (PIB) ou Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - podem utilizar outras ferramentas de avaliações a fim de averiguar a perspectiva comunitária além do escopo do ESG (SMA, 2010). Nesse sentido, para identificar o bem-estar, propõe-se utilizar nesta pesquisa a métrica desenvolvida por Alcântara e Sampaio (2019; 2020), denominada Matriz de Indicadores de Bem Viver.

O Bem Viver é reconhecido como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente, trazendo pressupostos importantes que perpassam as métricas convencionais comumente utilizadas trazendo indicadores que levantam dimensões

¹ Lastres e Cassiolato (2003) definem APL como “[...] uma aglomeração territorial de atores econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos mesmo que incipientes [...]”. Complementar, Moreira, Fernandes e Dias Junior (2017) indica que um APL deve ter, essencialmente, interação entre as empresas e diversos agentes, como por exemplo governo, clientes, entre outros, para seja efetivado no ambiente de forma efetiva.

importantes a exemplo: individual, comunitária e ambiental, que primam pela subjetividade e intersubjetividade, entre os quais, participação social, felicidade, motivação, entre outros.

Neste contexto, cabe destacar que o termo desenvolvimento sempre esteve relacionado ao crescimento econômico, entretanto, se trata de uma visão reducionista, dado que o crescimento financeiro não garante o bem-estar social. Nesse sentido, Alcântara e Sampaio (2020), afirmam que desenvolvimento da forma como é tratado na sociedade capitalista, trata apenas de indicadores que não priorizam aspectos sociais, como o bem-estar, qualidade de vida e harmonia com a natureza (Alcântara; Sampaio, 2020).

Assim, remete-se a proposta do Bem Viver as teorias pós-desenvolvimentistas, conhecidas também como alternativas ao desenvolvimento, no qual o Bem Viver se destaca como uma das propostas possíveis, que vão além dos parâmetros econômicos, pois nestes modelos, o “estar bem” está associado com a subjetividade humana (Magginio, 2009), considerando o nível de felicidade, qualidade de vida e outros aspectos, em contraposição ao modelo produtivista e consumista de desenvolvimento. Trata-se de uma alternativa que ganhou força durante a crise de desenvolvimento do modelo neoliberal na América Latina, tendo os principais atores os povos originários da região Andina, onde ocorrem movimentos anticolonialistas e ambientais (Moraes; Moraes, 2020).

Segundo Alcântara *et al.* (2017), o BV está associado à cosmovisão dos povos andinos, como uma filosofia de vida, cujo valor está diretamente ligada à relação do homem-natureza, à preservação e ao direito dos povos indígenas e das comunidades tradicionais viverem plenamente suas tradições. Assim, Alcântara e Sampaio (2017) remetem o BV a temas como espiritualidade, relação com a natureza, política e o respeito à diversidade de formas e modos de vida. Trata-se de uma visão que ultrapassa o padrão de desenvolvimento clássico pautado no acúmulo de bens, progresso quantitativo e antropocêntrico (Gudynas, 2011; Brand; Wissen, 2013).

A relação com a natureza e vida em comunidade são pilares que compõe princípios do BV (Céspedes, 2010; Alcântara; Sampaio, 2017), bem como, a harmonia com a natureza, respeitando e tendo plena consciência da interdependência entre ela, humanos e não humanos (Acosta, 2016). O BV possui premissas de construir valores baseados na ética, reconhecimento e conhecimentos culturais, espirituais, buscando construir comunidades pautadas na equidade social.

Na região amazônica se concentra a maioria de comunidades extrativistas (Batista, 2007). Benchimol (2009) exalta a importância econômica da região no que tange o extrativismo, muitas vezes explorada de maneira incontrolada, gerando imensos impactos socioambientais, principalmente aos povos indígenas e comunidades tradicionais (Sen, 2010). Historicamente, a Amazônia vivenciou e vive diversos tipos de exploração nos recursos vegetais, florestais e animais (Silva *et al.*, 2019) como por exemplo o comércio extrativista. Neste contexto encontra-se localizada a Coopavam – Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer, que tem uma parceria com a empresa Natura e atuam com práticas do Bem Viver, cuja experiência foi tema de estudo desta pesquisa.

Desde o início da década de 1990, o movimento em prol da responsabilidade socioambiental ganhou visibilidade em decorrência da Primeira e Segunda Conferências Mundiais da Indústria sobre gerenciamento ambiental, ocorridas em 1984 e 1991. Atualmente as pesquisas acadêmicas mostram a grande relação entre as duas esferas, sejam nas atividades de extração de insumos primários no processo de fabricação de produtos, na invasão de áreas ricas em biodiversidade e na desigualdade social (Ethos, 2013).

A relação das organizações e o fator socioambiental foi fortalecida ainda mais com a dependência dos recursos naturais que são limitadas e o fator econômico na sociedade desfavorecida de qualquer assistência, criando um vínculo de interdependência nesses aspectos (Pereira; Horn, 2009). Muitas organizações estabeleceram princípios sustentáveis por regulamentações institucionais, sejam para obtenção de recursos financeiros, para desenvolvimento de suas atividades em manejos de matérias-primas ou legitimidade social (Porter; Serafeim; Kramer, 2019). Neste caso, os princípios do Bem Viver corroboram para que haja uma avaliação eficiente dessas organizações – neste caso a Coopavam - perante o meio ambiente e a sociedade, uma vez que a organização analisada possui diversas maneiras de alinhar as atividades com aspectos socioambientais.

Com base nesse argumento, é necessário levantar informações sobre esses princípios adotados pela organização estudada que sustentam as missões sustentáveis no que respondam o seguinte questionamento: quais são as práticas de sustentabilidade da Cooperativa de agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam) na perspectiva do Bem Viver

A resposta se baseia na importância de identificar mecanismos que mitiguem impactos socioambientais e sem interromper suas atividades econômicas, propagando uma conscientização da comunidade, levando em conta o Bem Viver para garantir a manutenção da cultura, sentimento de pertencimento e bem-estar.

Neste caso, os indicadores de Bem Viver visam o desenvolvimento desprendido da ótica eurocêntrica, colonialista e patriarcal, mas baseados na cosmovisão andina, na relação com a natureza, consigo mesmo e com a comunidade, respeitando os direitos culturais e territoriais (Alcântara; Sampaio, 2017), que fazem parte da parceria empresa/cooperativa no escopo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nessa perspectiva, o objetivo geral desta dissertação é identificar as práticas de sustentabilidade da Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer - Coopavam na perspectiva do Bem Viver. Seguido pelos objetivos específicos que são: 1) desenvolver o estado da arte sobre os temas centrais do Bem Viver e do *Environmental, Social and Governance* (ESG) contidas no artigo I e; 2) identificar o Bem Viver e suas aproximações com o desenvolvimento sustentável e a perspectiva cooperativista na Coopavam, correspondente ao artigo II.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta dissertação está organizada em dois artigos, no qual cada artigo se orienta nos objetivos específicos desta dissertação (quadro 1). O primeiro artigo orientado em cumprir o primeiro objetivo específico desta dissertação se propôs em desenvolver o estado da arte sobre os temas centrais do Bem Viver e do *Environmental, Social and Governance* (ESG). Sendo assim, a partir do acervo virtual do Portal de Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), especificamente a base de dados *Web of Science*, foi possível identificar as diferentes perspectivas de desenvolvimento sustentável, sendo uma voltada à vida em comunidade, a espiritualidade e a aproximação do homem com o meio natural (Bem Viver); seguido pelo desenvolvimento sustentável que é orientado para atividades empresariais que envolve indicadores sociais e ambientais por meio de governança (ESG). Assim, apesar de se tratar de diferentes perspectivas de desenvolvimento sustentável, elas não são excludentes, mas complementarem em alguns pontos (Scatolin, 1989), enquanto o ESG tem uma visa atender empresas, com foco no ambiental, social e governança, o BV representa uma alternativa ao desenvolvimento atendendo sobretudo as demandas dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Deste modo, para realizar o estado da arte do primeiro artigo dos temas Bem Viver e ESG, foi adotado a análise sistemática e bibliométrica, com abordagem descritiva e quali-quantitativa. Este estudo utilizou critério de recorte temporal de 2017 a 2024 uma vez instituída os ODS e o crescimento pelo interesse da filosofia do Bem Viver. Para a análise de dados quantitativos foi utilizado o software *VosViewer* e dados disponíveis na base *Web of Science*.

Além disso, foram geradas duas pesquisas na base de dados da *Web of Science*, sendo uma com conectores *booleanos* e os seguintes termos: “Bem Viver” OR “buen vivir” OR “good living”; e a outra pesquisa se utilizou “ESG” OR “*environmental, social and governance*” AND “*sustainable development*” sendo aplicados aos títulos, resumos e palavras-chaves. Os artigos foram selecionados nos idiomas em inglês, português e espanhol. Em uma primeira busca, resultou em 274 artigos relacionados ao ESG e 82 artigos do Bem Viver. Foram aplicados outros critérios de seleção de artigos, tais como a opção de artigos abertos e ano de publicação entre 2017 e 2024, resultando em 35 artigos relacionados ao ESG e 25 ao Bem Viver, totalizando 60 artigos para a construção do estado da arte.

Entretanto, esta dissertação e o Artigo I não se limitou aos resultados encontrados na base de dados na construção do corpo teórico, mas utilizou também livros, dissertações, teses e outros documentos que se mostraram pertinentes de serem incluídos. Ademais, os resultados qualitativos são apresentados na seção 3 “DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: GÊNESE DOS CONCEITOS”, enquanto os quantitativos são apresentados na seção 4 “Análise dos dados”, ambos pertencentes ao Artigo I.

Quadro 1: Sistematização dos objetivos específicos, métodos e instrumentos utilizados no estudo

Sustentabilidade na perspectiva do bem viver: o caso da Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer - Coopavam, Juruena, Mato Grosso.				
Questão de Pesquisa: Quais são as práticas de sustentabilidade da Cooperativa de agricultores do Vale do Amanhecer - Coopavam na perspectiva do Bem Viver?				
Objetivo geral: Identificar as práticas de sustentabilidade da Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer - Coopavam na perspectiva do Bem Viver.				
Capítulos	Objetivos específicos	Metodologia	Instrumento de Coleta	Método de Análise
Bem Viver (BV) e <i>Environmental Social and Governance</i> (ESAG) como Práticas de Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais	Desenvolver o estado da arte sobre os temas centrais do Bem Viver e do Environmental, Social and Governance (ESG).	Pesquisa Descritiva, Bibliométrica	Pesquisa bibliométrica realizada a partir da coleta de dados pertencente a plataforma de Periódicos da CAPES, que inclui a <i>web of Science</i> e a <i>Scopus</i>	Quali-quantitativa, análise bibliométrica, utilização dos softwares <i>VosViewer</i> e <i>RStudio/Bibliometrix</i>
Coopavam: Práticas de sustentabilidade no contexto do Bem Viver	Identificar o Bem Viver e suas aproximações com o desenvolvimento sustentável e a perspectiva cooperativista da Coopavam.	Pesquisa exploratória e bibliográfica, descritiva e análise documental. Estudo de caso.	Visita à Coopavam, aplicação de questionário semiestruturado aos cooperados baseados na matriz de indicadores de Bem Viver (Alcântara e Sampaio, 2020) e o alinhamento aos indicadores de ESG com aderência ao cooperativismo	Quali-quantitativa, análise de discurso de Foucault e utilização do software <u>IRaMuTeQ</u>

Fonte: Construção do autor

Se tratando do Artigo II, correspondente ao segundo objetivo específico que se propõe em identificar o Bem Viver e suas aproximações com o desenvolvimento sustentável e a perspectiva cooperativista da Coopavam, versa os resultados em campo. Metodologicamente a pesquisa se caracteriza como descritiva e bibliográfica de cunho quali-quantitativo com estudo de caso e indutivo, foram identificadas as práticas de sustentabilidade da comunidade que compõe o assentamento da Coopavam. Para realizar este artigo, identificou-se os ODS e princípios cooperativistas e a utilização da Matriz de indicadores de Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2020) para posterior triangulação de dados. Para identificar o Bem Viver da comunidade que compõe a Coopavam, utilizou-se a Matriz de Indicadores de Bem Viver (Alcântara e Sampaio, 2019; 2020) em anexo na página 59. Analisou-se as três dimensões: Pessoal (harmonia consigo mesmo); Social

(harmonia com a comunidade integral); e integral (harmonia com a natureza) e as 17 dimensões específicas e seus atributos: habitação, trabalho, tomada de decisão, religião e crenças, tempo livre e cultura, recursos materiais, emoções, educação, tecnologias de informação e comunicação, fatores produtivos, participação, família, segurança, relações de gênero e jovens, saúde, meio ambiente e pertencimento.

Para a realização do estudo na Coopavam, contou-se com a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil (CEP/UNEMAT), registrado sob o protocolo CAAE 66519322.0.0000.5166, bem como os termos de consentimento dos membros da cooperativa Coopavam. Para a análise de indicadores de sustentabilidade foi utilizada além da análise de discurso de Foucault, a triangulação de dados, servindo como base as informações empíricas do Bem Viver aplicado pela Matriz de Indicadores, os princípios cooperativistas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo Albuquerque, Lucena e Cunha (2010), as entrevistas semiestruturadas são aquelas em que as perguntas são parcialmente formuladas indo a campo, apresentando flexibilidade nas respostas, permitindo assim um aprofundamento em questões pertinentes. Tais resultados Quali-quantitativos das entrevistas e triangulação dos dados são apresentados na seção 4 “Resultados e discussões” pertencentes ao Artigo II.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Coopavam atua na região Noroeste de Mato Grosso e está sediada no município de Juruena, atuando também nos municípios de Juína, Castanheira, Cotriguaçu, Colniza, Aripuanã, Juara e Brasnorte. Nesta área, superior a 100.000 km², a cooperativa trabalha com produtos da sociobiodiversidade envolvendo agricultores familiares de assentamentos e aldeões de três Terras Indígenas (Coopavam, 2023). A cooperativa atua desde 2008 a partir do interesse de um grupo de agricultores familiares do Assentamento Vale do Amanhecer, Juruena, Mato Grosso, em trabalhar com produtos florestais não-madeireiros.

O Vale do Amanhecer é um dos poucos Assentamentos do Mato Grosso que possui Reserva Legal Comunitária bem conservada e com Licença Ambiental Única aprovada na Secretaria de Meio Ambiente (SEMA-MT), com uma área de 7.200 hectares de floresta amazônica com alto potencial para o extrativismo da castanha do Brasil. A cooperativa em questão possui atualmente 67 sócios registrados, sendo 3 membros da

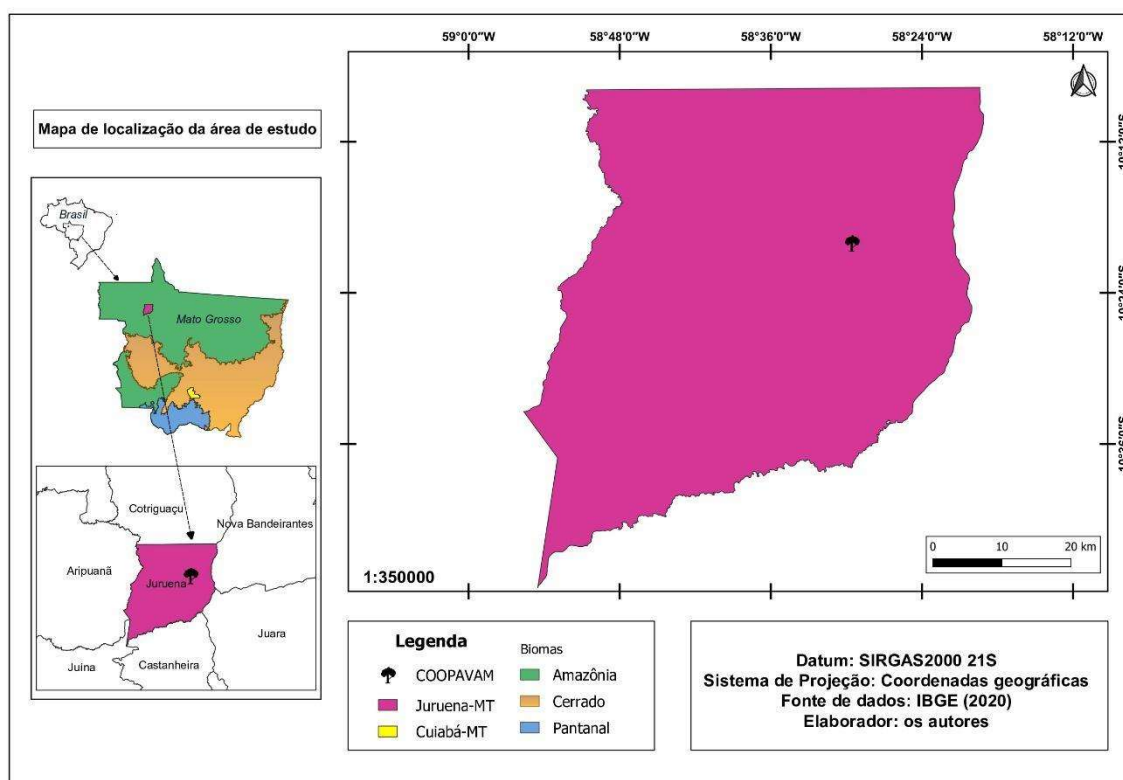
diretoria e os demais atribuídos na produção. A Coopavam se enquadra nos princípios das ecossocioeconomias² e economia solidária³, envolvendo 400 famílias de coletores de castanha do Brasil, que antes da instituição cooperativa eram explorados pela mão-de-obra precária e venda das castanhas sem preço justo. Com a institucionalização da Coopavam foi possível reverter o cenário da decadência do trabalho das comunidades de por meio do benefício fiscal do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC-MT) e isentando a partir do ano de 2021 totalmente o ICMS para os derivados da Castanha do Brasil (amêndoa, farinha e óleo), esta isenção do ICMS possibilitou aumento no preço da castanha para os coletores dentro da floresta até R\$ 3,00 por Kg, afastando os atravessadores e aumentando o interesse das comunidades pela coleta da castanha do Brasil, em conservar a floresta nativa e em plantar castanhais em sistemas agroflorestais (Coopavam, 2023).

O município que concentra a sede está ao noroeste do Estado e se estende por 3.207,837km² e conta com 10.213 habitantes conforme o último censo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). A densidade demográfica é de 3,18 habitantes por km² no território do município (figura 1).

² Ecossocioeconomias" referem-se a um modelo que integra aspectos ecológicos, sociais e econômicos para promover uma relação equilibrada e sustentável entre a sociedade e o meio ambiente. Esse conceito busca harmonizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a equidade social, visando sistemas mais resilientes e sustentáveis (Sachs, 2007).

³ A economia solidária é um modelo econômico baseado na cooperação, autogestão e justiça social, no qual empresas e iniciativas buscam promover a inclusão social e a distribuição justa dos recursos, priorizando o bem-estar coletivo sobre o lucro (Vasconcellos; Garcia, 1998; Gaiger, 2004).

Figura 1: mapa de localização do município de Juruena/Mato Grosso/Coopavam



Fonte: Software Qgis versão 3.24. Elaborado pelo autor, 2024.

Situado a 312 metros de altitude, Juruena tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 12° 51' 0" Sul, Longitude: 58° 55' 60" Oeste. O clima do município é tropical, quente-úmido, com média de 24 °C, com máxima de 37 °C e mínima de 15 °C e precipitação pluviométrica de 2.250 mm/ano, com período chuvoso de outubro a abril e período seco de maio a setembro (INMET, 2023). A cooperativa em questão possui diversos parceiros no qual fornece insumos, pois a partir das castanhas-do-pará coletados pelas famílias de comunidades e povo tradicionais da região amazônica do Estado de Mato Grosso, são transformados em produtos pelos cooperados da Coopavam.

4 RESULTADOS

A proposta do Bem Viver e ESG possui relevância no meio acadêmico e para o setor produtivo. Por este motivo, difundiu-se medidas que agregam aos pilares sociais e ambientais por meio das propostas de Bem Viver, através de atividades e saberes da comunidade com as propostas da organização. Assim, diante dos objetivos da Agenda 2030 e indicadores de Bem Viver presentes na cooperativa analisada, foi identificado maior alinhamento do setor com os tais objetivos que visam um mundo mais justo, igualitário, sustentável e de respeito aos modos de vida das comunidades mais distantes de um contexto de um desenvolvimento baseado apenas no acúmulo de bens e economia.

Esta dissertação de mestrado resultou em dois artigos científicos divididos em dois capítulos e um artigo (Anexo 1), publicado nos Anais do Encontro Nacional das Anppas (ENANPPAS, 2023). Os artigos serão submetidos para publicação em revistas, sendo o primeiro deste capítulo abordando o estado da arte do Bem Viver e do desenvolvimento sustentável; e o segundo como um estudo de caso aplicado na Coopavam, enfatizando os indicadores de Bem Viver presentes e suas perspectivas de sustentabilidade.

A relevância do tema é apontada sob a ótica emergencial de medidas sustentáveis e a alternativa ao desenvolvimento que respeite as comunidades e povo tradicionais em seus modos de vida. O estreitamento da relação do homem e a natureza, não como fonte de recurso, mas enxergar a interdependência e como a natureza é essencial para a existência da vida humana. Para isso, além das publicações dos dois artigos desta dissertação, é necessário que haja engajamento do setor político e do setor produtivo para que suas ações sejam direcionadas a comunidades tradicionais, amparando seu modo de vida, respeitando-os e ampliando a sua filosofia de vida como alternativa ao desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **PR 2030: 2022- Ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para a organização.** 2022. Disponível em <<https://www.abntcatalogo.com.br/pnm.aspx?Q=ZWcvVjhseTQydmI4Uy9WZ2VPSVg2MWM0WEVXVmVqdkpaQjV4OUhxQU9Gcz0=#hideH>>. Acesso em 15 abr. 2023

Acosta, A. El Buen Vivir, una propuesta con potencialidad global. **Revista de investigaciones altoandinas**, v. 18, n. 2, p. 135-142, 2016.

Albuquerque, U. P.; Lucena, R. F. P.; Cunha, L. V. F. C. Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**, v. 1, p. 189-206, 2010.

Alcântara, L. C. S.; Grimm, I. J.; Sampaio, C. A. C. Buen Vivir: discusiones teóricas conceptuales. **Pensamiento Actual**, v. 17, n. 28, p. 66-77, 2017.

Alcantara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 40, 2017.

Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 53, 2020.

Ashby, M.; Johnson, K. **Materiais e design: A arte e ciência da seleção de materiais no projeto do produto**. Elsevier Brasil, 2013.

Batista, D. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2 ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

Benchimol, S. Amazônia: formação cultural e social. **Manaus: Editora Valer**, 2009.

Boersch, A. 'Doing Good by Investing Well'-Pension Funds and Socially Responsible Investment: Results of an Expert Survey. **Allianz Global Investors International Pension Paper**, n. 1, 2010.

Brand, U.; Wissen, M. Crisis and continuity of capitalist society-nature relationships: The imperial mode of living and the limits to environmental governance. **Review of International Political Economy**, v. 20, n. 4, p. 687-711, 2013.

Cassiolato, J.; Lastres, H. M. M. Celso Furtado e os Dilemas da Industrialização e Inovação no Brasil. **Cadernos de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro/RJ, v. 10, n 17, p. 188-213, 2015.

Céspedes, N. Educación popular, interculturalidad y buen vivir. **La educación popular en la lucha por el buen vivir**, 2010.

COOPAVAM, **Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer**. 2023. Disponível em << <https://Coopavam.org.br/>>> . Acesso em 12 jun. 2023.

ETHOS. **Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial**. 2013. Disponível em << <https://www.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/>>> . Acesso em 22 jun. 2023.

Ferreira, A. C. S. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. In: **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 2003. p. 138-138.

Foucault, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

Friedman, M. VIII SHOULD THERE BE AN INDEPENDENT MONETARY AUTHORITY?. In: **In search of a monetary constitution**. Harvard University Press, 1962. p. 219-243.

GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. v. 47, n. 4, p.799-834, 2004.

Gudynas, E. Buen Vivir: today's tomorrow. **development**, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011.

Hoffman, A; Badiane, K.; Haigh, N. Hybrid organizations as agents of positive social change: Bridging the for-profit & non-profit divide. **Using a positive lens to explore social change and organizations: Building a theoretical and research foundation**, v. 131, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022: Juruena**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/juruena.html>>. Acesso em 18 abr. 2023.

IFC. Who cares wins: Connecting financial markets to a changing world. **New York**, 2004. Disponível em <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/de954acc-504f-4140-91dc-d46cf063b1ec/WhoCaresWins_2004.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ROOTWORKSPACE-de954acc-504f-4140-91dc-d46cf063b1ec-jqeE.mD>. Acesso em: 26 fev. 2023.

INMET, Instituto Brasileiro de Meteorologia. **Resultados numéricos: Juruena**. 2023. Disponível em : <<<https://portal.inmet.gov.br/>>>. Acesso em 07 mai. 2023.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. Fundamentos da metodologia científica. In: **Fundamentos da metodologia científica**. 2010. p. 320-320.

Maggino, F. Metodologias para integrar informações subjetivas e objetivas para construir indicadores de bem-estar. In: **Conferência ESRA 2009 The European Survey Research Association-Livro de Resumos**. Associação Europeia de Investigação de Inquéritos, 2009. p. 131.

Manrique, S.; Martí-Ballester, C. Analyzing the effect of corporate environmental performance on corporate financial performance in developed and developing countries. **Sustainability**, v. 9, n. 11, p. 1957, 2017.

Moraes, I. A.; Moraes, L. P. Política econômica no Pachamamismo do Buen Vivir: um estudo teórico: Economic policy in the Pachamamismo of the Buen Vivir: a theoretical study. **Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v. 17, n. 1, p. 128-152, 2020.

Moreira, B. C. M., Fernandes, D. A.; Dias Junior, C. M. Análise do aglomerado produtivo das indústrias têxteis do município de Formiga (MG). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 13(2), 3-25, (2017).

ONU. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Pereira, A. O. K; Horn, L. F. D. R. Relações de consumo: meio ambiente. **Caxias do Sul, RS: Educs**, 2009.

Porter, M.; Kramer, M. La creación de valor compartido. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1, p. 32-49, 2011.

Porter, M. E.; Srafeim, G.; Kramer, M. Where ESG fails. **Institutional Investor**, v. 16, n. 2, 2019.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

Sen, A. Desenvolvimento como liberdade; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. **São Paulo: Companhia das Letras**, p. 54-77, 2010.

Silva, L. J. S.; Pinheiro, J. O. C.; Santos, E. M.; Costa, J. I.; Meneghetti, G. A. **O cooperativismo como instrumento para a autonomia de comunidades rurais da Amazônia: a experiência dos agricultores extrativistas do município de Lábrea, AM.** Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo, 2019.

Tarmuji, I.; Maelah, R.; Tarmuji, N. H. The impact of environmental, social and governance practices (ESG) on economic performance: Evidence from ESG score. **International Journal of Trade, Economics and Finance**, v. 7, n. 3, p. 67, 2016.

Trumpp, C.; Guenther, T. Too little or too much? Exploring U-shaped relationships between corporate environmental performance and corporate financial performance. **Business Strategy and the Environment**, v. 26, n. 1, p. 49-68, 2017.

ARTIGO I

**BEM VIVER (BV) E ENVIRONMENTAL SOCIAL AND GOVERNANCE
(ESG) COMO PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE DE POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS**

***BEM VIVER (BV) AND ENVIRONMENTAL SOCIAL AND GOVERNANCE
(ESG) AS SUSTAINABILITY PRACTICES OF TRADITIONAL PEOPLES AND
COMMUNITIES***

Resumo

Este artigo teve como objetivo desenvolver o estado da arte sobre os temas centrais do Bem Viver e do *Environmental, Social and Governance* (ESG). O estudo se caracteriza como pesquisa bibliográfica de cunho quali-quantitativo com análise bibliométrica a partir dos temas indexados na base de dados *Web of Science*. A busca final resultou em 60 artigos científicos para compor a análise sistemática e bibliométrica. Para a seleção de documentos foram aplicados critérios como inclusão de artigos entre 2017 e 2024 e com livre acesso, além da seleção manual. A análise dos dados utilizou-se o *software VOSviewer* e os dados prévios quantitativos disponíveis na base de dados. Os resultados apontam aproximações do BV e dos princípios ESG pautados na busca de alternativas de desenvolvimento sustentável. Os interesses ao ESG são fortemente guiados pela lógica econômica, ganhando mais força em relação ao Bem Viver na perspectiva contra-hegemônica, em um contexto de resistência em países fortemente dominado pelo capitalismo, embora esteja presente em países considerados emergentes na América-latina. Conclui-se a necessidade de integrar os diversos atores sociais para de fato se aderir políticas de sustentabilidade eficientes, que respeitem o Bem Viver para o bem-estar das comunidades e preservação socioambiental. De outro lado, o ESG se mostra um caminho para a sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais, por meio de parcerias do setor público, privado e comunitário, como alternativa de uma gestão redutora de riscos diante das mudanças sociais e ambientais.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental; Bem Viver; Governança; ESG.

Abstract

This article aimed to develop the state of the art on the central themes of Good Living and ESG. The study is characterized as a qualitative and quantitative bibliographic research with systematic analysis based on the themes indexed in the Web of Science database. The search resulted in 158 scientific articles to compose the systematic analysis. Selection criteria were applied to select documents, such as articles between 2017 and 2024, with free access, in addition to manual selection. Data analysis used the VOSviewer software and previous quantitative data available in the database. The results indicate approximations of BV and ESG principles based on the search for sustainable

development alternatives. Interests in ESG are strongly guided by economic logic, gaining more strength in relation to Good Living from a counter-hegemonic perspective, in a context of resistance in countries strongly dominated by capitalism, although it is present in countries considered emerging in Latin America. It is concluded that there is a need to integrate the various social actors in order to effectively adhere to efficient sustainability policies that respect Good Living for the well-being of communities and socio-environmental preservation. On the other hand, ESG shows itself to be a path towards the sustainability of traditional peoples and communities, through partnerships between the public, private and community sectors, as an alternative for risk-reducing management in the face of social and environmental changes.

Keywords: Socio-environmental responsibility; Good Living; Governance; ESG.

1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios da atualidade é a implementação de medidas sustentáveis (Martine; Alves, 2015), pois se trata de uma temática que levanta diversas discussões acerca de medidas que possam mitigar os processos agressivos ao meio ambiente e passíveis de gerar impactos socioambientais positivos. Cardoso e Santos Junior (2019) abordam as diversas medidas iniciadas desde a década de 1990 a partir de conferências globais por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), reportando a situação do planeta e tencionando ações de reversões.

O início dos anos 2000 foram marcados pela definição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sendo que em 2015 foram definidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030, “[...] que se configuram em ações que corroboram em tomadas de decisões em todos os níveis governamentais, no qual contribui para a formulação de medidas do sistema socioambiental” (Nunes, 2015, p.16).

A sustentabilidade se trata de um conteúdo multidisciplinar (Farias *et al.*, 2019) que inicialmente foi introduzido na literatura em 1987 pela Comissão Brundtland, em um conceito que norteou diversas políticas que mensuraram impactos ambientais definidos como terra-recurso para suprir necessidades humanas sem comprometer o futuro (Brundtland, 1987; Assaf-Neto, 2020). O contexto supracitado retrata uma visão reducionista do ponto de vista ambiental e antropológico, na qual a espécie humana é dominante, superior e sem qualquer interdependência.

Existem diversas abordagens a respeito de orientações que resultam em ações sustentáveis, entretanto, para sua efetivação é necessário a combinação de diversos fatores proveniente de políticas públicas, inclusão das dimensões sociais, econômicas e

ambientais ligadas a instituições de governança que podem promover a sustentabilidade (Vieira, 2019). Neste cenário, as instituições privadas passaram de uma lógica econômica a uma lógica socioambiental sob a necessidade de se adaptarem em um contexto contemporâneo de aplicar práticas sustentáveis (Alexandrino, 2020).

Nas práticas organizacionais, a sustentabilidade é praticada pela capacidade de gerar crescimento econômico alinhado a dimensões ambientais e sociais, assim, o desenvolvimento não é medido apenas em fator econômico, mas está na capacidade de gerar valores socioambientais visando a redução de impactos negativos (Elkington, 2012; Savitz, 2013; Velani; Ribeiro, 2009).

O conceito de ESG, que se refere a fatores ambientais, sociais e de governança, emergiu como uma resposta à crescente preocupação com a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa no início dos anos 2000. A ideia começou a ganhar força após a publicação do relatório "Who Cares Wins", em 2004, pela Iniciativa de Finanças Sustentáveis da ONU, que enfatizou a importância de integrar essas questões nas práticas empresariais (UN Global Compact, 2004). Além disso, a crise financeira de 2008 evidenciou a necessidade de uma governança mais robusta, levando investidores e empresas a reconsiderarem suas abordagens em relação a riscos não financeiros (Friedman, 2014).

A importância do ESG reside na sua capacidade de promover práticas empresariais mais responsáveis e sustentáveis, o que pode resultar em benefícios financeiros e reputacionais a longo prazo. Estudos demonstram que empresas com boas práticas de ESG tendem a ter desempenho superior no mercado, atraindo investidores que priorizam a sustentabilidade (Eccles et al., 2014). Além disso, a pressão de consumidores e reguladores por transparência e responsabilidade social está transformando o ESG em um critério essencial para a competitividade e a resiliência organizacional (Porter; Kramer, 2011). Com isso, o ESG não é apenas uma tendência, mas um componente vital da estratégia empresarial contemporânea.

Apesar da recente instauração do ESG no Brasil pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT PR 2030 de 2022, ele ainda não possui caráter regulatório, mas sim sugestivo. Portanto as empresas aderentes do ESG seguem critérios proposto pelo *Global Reporting Initiative* (GRI), como a principal critério de avaliação e metodologia. O GRI possui a finalidade de orientar, regular e avaliar dimensões relacionados a direitos humanos, corrupção, questões sociais e ambientais, uma vez que apenas indicadores financeiros não asseguram ou informam questões que compõe o valor

da empresa (Bassen; Kovács, 2008). Essas adaptações ligadas à sustentabilidade surgem como uma opção à governança corporativa em períodos de crises, como alternativa de uma gestão redutora de riscos diante das mudanças sociais e ambientais (Casnici; Monticelli; Benelli, 2021; Elkington, 2012).

As crises no contexto brasileiro podem ser identificadas por meio das situações de vulnerabilidade socioeconômica, tais como o desemprego, más condições de trabalho, fome, desigualdade social, crise sanitária e outros (Câmara *et al.*, 2020). No contexto ambiental, no que tange a Amazônia Legal, foco deste estudo, existem as queimadas, poluição das águas, abate de animais silvestres, desmatamento, alteração de paisagem e ecossistemas oriundos de garimpos e outros (Saccaro Junior, 2016).

Importante ressaltar que no contexto socioambiental existem outros aspectos que vão além dos objetivos tangíveis, trazendo a subjetividade humana à tona como a corrente pós-desenvolvimentista do Bem Viver (BV), que é uma alternativa ao desenvolvimento, atendendo as perspectivas dos povos e comunidades tradicionais. Deste modo, Costa e Kuhn (2019) afirmam que o pós-desenvolvimento e BV não são correntes homogêneas, mas apresentam aspectos comuns que possibilitam ser tratados em conjunto.

Para Acosta (2016), o BV é um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza, fazendo-os reconhecer que são “parte” dela e que não podem continuar vivendo “à margem” dos demais seres do planeta. O contexto do Bem Viver surge como uma filosofia de vida, cujo valor está na preservação da natureza e no direito das comunidades de viverem de acordo com a sua cultura, em coletividade, atendendo às suas necessidades locais sem destruir a natureza do seu entorno (Alcântara *et al.*, 2017). Ou seja, seu desenvolvimento é endógeno, preservando suas tradições, seu bem-estar e suas necessidades sem destruir o meio ambiente.

Diante desta discussão, este artigo tem como objetivo desenvolver o estado da arte sobre os temas centrais do Bem Viver e do *Environmental, Social and Governance* (ESG), bem como as aproximações e distanciamentos dos temas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliografia e análise bibliométrica a partir documentos indexados na base de dados da CAPES (*Web of Science*).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver o estado da arte dos temas Bem Viver e ESG realizou-se a análise sistemática e bibliométrica e sua evolução ao longo dos anos (entre 2017 e 2024). Esta metodologia permitiu “mapear, encontrar, avaliar criticamente, consolidar e agregar

os resultados de estudos relevantes sobre uma questão ou tópico específico, bem como identificar lacunas a serem preenchidas, resultando em um relatório coerente ou em uma síntese” (Morandi; Camargo, 2015, p. 142).

Para Soares, Picolli e Casagrande (2018), a análise bibliométrica possui a finalidade de quantificar toda produção científica de determinado tema aplicando diversos indicadores bibliométricos. Se trata de um estudo quantitativo, pois se utilizou de ferramentas e técnicas que permitisse o pesquisador extrair os dados necessários para contemplar o objetivo da pesquisa (Gatti, 2004), por meio de quantificação de dados com técnica simples como percentual, média, frequência e outros (Richardson, 1999).

Nesse sentido, a base de dados *Web of Science* foi selecionada para obter os dados necessários para esta pesquisa. Levantou-se inicialmente artigos com os descritores “good living OR Buen Vivir AND Sumak Kawsay”; em seguida os descritores: “ESG” OR “*environmental, social and governance*” AND “*sustainable development*”; sendo aplicado como critérios de seleção de artigos nas duas pesquisas a opção de selecionar apenas artigos com essas palavras nos títulos, resumos e palavras-chaves, realizando posteriormente análise manual dos artigos encontrados que poderiam afastar-se dos temas propostos. Além disso, foram aplicados outros critérios delimitadores, como o recorte temporal entre 2017 a 2024, artigos de livre acesso. Os resultados encontrados inicialmente foram 274 artigos relacionados ao ESG e 82 artigos relacionados ao Bem Viver em uma escala de produção mundial no idioma inglês, que após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, resultaram 35 direcionado ao ESG e Bem Viver, totalizando 60 artigos. Durante a análise, foi constatado que não foram encontrados artigos que abordassem os temas no mesmo texto, sendo esta relação considerada nova na academia.

3 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: GÊNESE DOS CONCEITOS

O termo sustentabilidade surgiu no final da década de 1970 quando houve necessidade de reaver os modos de crescimento ocidental (Mebratu, 1998; Mitlin, 1992). Tal modo de crescimento baseado em economia a todo custo e desenfreado houve necessidade de ser limitado, visto os grandes impactos ambientais e sociais negativos, como doenças respiratórias por queimadas como ocorrido na Malásia em 1997 (Radojevic; Hassan, 1999), ao aquecimento global (Molion, 2008; Houghton, 2005; Khasnis; Nettleman, 2005) e contaminação das águas (Ribeiro; Rooke, 2010; Tundisi; Shaskraba, 1999; Laabs *et al.*, 2002).

Já o termo de ecodesenvolvimento foi instalado pela agenda política mundial após a conferência de Meio Ambiente em Estocolmo em 1972, exigindo a colaboração mundial de autoridades e união entre nações com a finalidade de reverter as ameaças dos danos irreparáveis e disporem de medidas para melhorar e preservar o ambiente humano (Grinberg, 1999). A conferência de 1972 foi convocada pelos representantes dos países com indústrias superdesenvolvidas, os chamados primeiro-mundistas (Estenssoro, 2015) ao se confrontarem com seus modelos de desenvolvimento, despertando a crítica.

Entretanto, é necessário apontar o conflito que pairava sob esse conceito, uma vez que se trata de uma terceira via introduzido por Ignacy Sachs, sendo de um lado o desenvolvimento econômico a todo custo e do outro a defesa do meio ambiente (Oliveira; Monteiro, 2015). Deste modo, Sachs (2009) traz o conceito de desenvolvimento que pode ajustar-se à economia, incluindo justiça social e em harmonia com a natureza.

O conceito de ecodesenvolvimento passou a repercutir entre estudiosos, entretanto, o termo não ganhou força na política internacional, mas foi responsável por trazer um novo conceito que aproxima desenvolvimento e sustentabilidade (Mebratu, 1998). Tal conceito foi implantado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente – CMMAD, em 1983, pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland (Tayra, 2007). O conceito emitido pelo relatório *Our Common Future* de 1987 pela comissão define como o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (Western Cape Education Department, 1987).

É importante destacar que existem críticas envolvendo a definição anterior, baseado em afirmações de ser totalmente tecnocêntrica e antropocêntrica como o homem detentor de poderes e controle sobre a natureza, como afirma Feil (2022). Muitos estudos foram levantados durante a década de 1980 e 1990 para definir o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo que algumas abordagens propõem soluções de curto prazo ou insustentáveis (Neumayer, 2010).

A difusão do que se entendia por desenvolvimento sustentável ganhou força no Brasil a partir de 1992 pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAND-1992), dando origem a Agenda 21 e outros documentos como protocolo de medidas para reverter o quadro preocupante das mudanças climáticas (Vieira, 2018). Tal conferência na época iniciada com 189 membros no qual cada membro representava um país, mais conhecida como Rio-92 ou Eco-92, estabeleceu o Comitê Intergovernamental de Negociação para Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima,

que em seguida formulou o Protocolo de Quioto, que sustenta ações do Mercado de Crédito de Carbono. Desde 1995, anualmente é realizada a Conferência das Partes (COP) para discutir medidas acerca das mudanças climáticas por emissão de gases de efeito estufa (GEE) (Cenamo, 2004). As discussões acerca de cada reunião são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1: Ações das Conferências das Partes entre 1995 - 2023

COP	LOCAL	AÇÕES
COP-1 (1995)	Berlim, Alemanha	Estabilização de Gases de Efeito Estufa (GEEs), e limites para emissões do dióxido de carbono; definição de um calendário a ser cumprido através do Mandato de Berlin; Criação do grupo ad hoc com a finalidade de acompanhar os acordos negociados pelos países desenvolvidos
COP-2 (1996)	Genebra, Suíça	Criação e obrigações legais para a redução de emissões de CO ₂ a ser celebrado na (COP-3) em Quioto, Japão, prioritariamente às nações relacionadas no Anexo I da Convenção, cabendo às demais Partes apoiar o respectivo desenvolvimento
COP -3 (1997)	Quioto, Japão	Redução de emissões entre os anos 2008 e 2012 em 5%, na média, com relação aos níveis de 1990, para os gases: dióxido de carbono, metano e óxido nitroso e aos níveis de 1995 para os gases: hexafluoreto de enxofre – SF ₆ e famílias de hidrofluorocarbonos – HFCs e perfluorocarbonos-PFCs; estabelecer três mecanismo de flexibilização: JI – Joint Implementation, Emissions Trade e CDM – Clean Development Mechanism.
COP -4 (1998)	Buenos Aires, Argentina	Plano de Ação de Buenos Aires, que teve como principal propósito colocar em prática as regras e questões técnicas e políticas, bem como os impasses respectivos à implantação do Protocolo de Quioto e seus mecanismos de flexibilização.
COP -5 (1999)	Bonn, Alemanha	Estabeleceu um cronograma mais agressivo a fim de conduzir o Protocolo de Quioto a entrar em vigor, e ajuste para a COP-6 do Plano de Buenos Aires.
COP-6 (2000)	Haia, Holanda	A falta de acordo levou à suspensão das negociações durante a COP6, e resultou na realização da COP-6,5. Objetivo: concluir temas no Plano de Ação de Buenos Aires.
COP-7 (2001)	Marrakesh, Marrocos	Finalizar as negociações dos itens pendentes do Plano de Ação de Buenos Aires; Estabelecer as regras operacionais para a ratificação do protocolo; decisões aos mecanismos de flexibilização e o início imediato dos projetos de MDL.
COP-8 (2002)	Nova Delhi, Índia	Executar o acordo de Marraqueche, a Declaração de Delhi tratou das disposições e procedimentos para MDL. Durante a conferência, insistiu continuar as negociações da RIO+10 sobre energias renováveis, clima biodiversidade e desertificação
COP -9 (2003)	Milão, Itália	Fazer um inventário de tecnologias existentes, além de discutir sobre mecanismos de mercado e alianças entre o setor público e privado
COP-10 (2004)	Buenos Aires, Argentina	Ocorreu a ratificação Russa do Protocolo de Quioto, que entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005; Questões discutidas: projetos de pequena escala, adaptação dos recursos para países em desenvolvimento e próximo período de compromissos
COP-11 (2005)	Montreal, Canadá	A COP-11/MOP-1 firmou as decisões das COPs anteriores. Abordagens estratégicas para a ação cooperativa de longo prazo, a fim de enfrentar a mudança climática através das seguintes ações: Promoção dos objetivos de desenvolvimento de forma sustentável; Ações dirigindo-se para a adaptação;

		Realização do potencial da tecnologia e das oportunidades de mercado.
COP-12 (2006)	Nairobi, Quênia	Orientações para o funcionamento do Fundo Especial para as alterações climáticas, revisão do mecanismo financeiro, orientações adicionais para o Global Environment Facility; Capacity-building na convenção, Desenvolvimento e transferência de tecnologia, continuação de atividades implementadas conjuntamente na fase piloto, e apresentação do segundo Workshop do Diálogo de Ações Cooperativas a Longo Prazo.
COP-13 (2007)	Bali, Indonésia	Plano de ação que define metas para combater as mudanças climáticas até 2009 onde os resultados foram apresentados na COP-15.
COP-14 (2008)	Poznan, Polónia	Avanço do Grupo de Trabalho Ad Hoc e compromissos para as Partes do Anexo I; Orientação do artigo 6º do Protocolo; Capacitação para os países em desenvolvimento; Avanço do Plano de Ação de Bali; Desenvolvimento e transferência de tecnologias; quarta revisão dos mecanismos financeiros.
COP-15 (2009)	Copenhague, Dinamarca	Acordo de Copenhague assinado; países integrantes do Anexo I implementado individualmente ou em conjunto as metas de emissões em toda a economia para 2020, e comprometimento com o fornecimento de US\$ 30 bilhões para o período 2010-2012 e US\$ 100 bilhões anuais até 2020 para financiar o desenvolvimento sustentável e combater o aquecimento global.
COP-16 (2010)	Cancun, México	Criação do Fundo Verde para o Clima e apoio aos projetos, programas e outras políticas e atividades em países em desenvolvimento, bem como os resultados do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre a Ação Cooperativa a Longo Prazo.
COP-17 (2011)	Durban, África do Sul	Lançamento do Fundo Verde para o Clima; Consolidação de outro documento que vigorará após o término do prazo dos compromissos assumidos no Protocolo de Quioto a ser implementado a partir de 2020.
COP-18 (2012)	Doha, Catar	Não houve novos acordos, apenas análise da evolução dos acordos feitos nas COPs anteriores como: o avanço da Plataforma de Durban e o resultado acordado nos termos do Plano de Ação de Bali.
COP-19 (2013)	Varsóvia, Polónia	Novo acordo de reduções de emissões de GEEs; Medidas que prevê perdas e danos associados ao clima, e o financiamento dos países em desenvolvimento que já sofrem com as mudanças climáticas por países desenvolvidos.
COP-20 (2014)	Lima, Peru	Espera-se dos países o combinado de contribuições a serem estabelecidas no novo acordo de minimizar os efeitos das mudanças climáticas.
COP-21 (2015)	Paris, França	O diferencial nessa conferência foi conter o aumento da temperatura média do planeta neste século bem abaixo dos 2 °C, com relação aos níveis pré-Revolução Industrial, além de fazer o possível para reduzir para 1,5 °C.
COP-22 (2016)	Marrakesh, Marrocos	A COP-21 finalizou as negociações ao adotar o Acordo de Paris, a COP 22/CMA1, e constitui a primeira sessão da Conferência das Partes no Acordo de Paris (CMA1), cujo propósito é a definição do livro de regras para implementar as obrigações assumidas, e estratégias para obter US\$ 100 bilhões anuais em 2020.
COP-23 (2017)	Bonn, Alemanha	Nessa Conferência foi perceptível a dificuldade de implementar os acordos, estabelecidos no livro de regras. E tentam fazer o possível para reduzir o aquecimento global para 2 °C.
COP-24 (2018)	Katowice, Polónia	Por unanimidade, ocorreu a implementação do acordo de Paris. Valendo a partir de 2020, todos os países em desenvolvimento

		e desenvolvidos devem apresentar resultados das medidas em 2024.
COP-25 (2019)	Madrid, Espanha	Apesar de discutirem a implementação do acordo de Paris e financiamento dos países em desenvolvimento, foi marcado pela dificuldade de acordo, até então por divergências quanto ao mercado de carbono, sem avanços significativos nas metas climáticas.
COP-26 (2021)	Glasgow, Escócia	A conferência finalizou acordos mal resolvidos da COP-25, principalmente sobre o mercado de carbono. O reforço de discurso para diminuir a emissão de GEE em 45%, uma vez que o clima traça aumentar 2,4°C. Além de acordarem sobre o fim do desmatamento, diminuir a produção de metano, financiamento para países em desenvolvimento, lançamento da Aliança Financeira de Glasgow para acelerar a neutralidade de emissão de gás carbono até 2050 e transacionar modelos automotivos com zero emissão de carbono.
COP-27 (2022)	Sharm el-Sheikh, Egito	Marcada por participações não-governamentais como membros da sociedade civil e indigenistas. Além de pautarem atividades agrícolas como agravadores do efeito estufa e olhar mais atento à preservação das florestas. Foi também abordada a transição energética, tirando combustíveis fósseis, entretanto isso não houve acordo.
COP-28 (2023)	Emirados Árabes Unidos, Dubai	Avaliar os posicionamentos e medidas concretas em relação as conferências anteriores se tratando de barrar o aumento de 1,5°C de temperatura. Discurso para a transição energética e medidas de implementação do Acordo de Paris e engajamento financeiro direcionado à países emergentes para enfrentar as medidas de mudanças energéticas.

Fonte: Construção atualizada do autor, adaptado de Vieira (2018)

A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP29) de 2024 aconteceu entre 11 a 24 de novembro, em Baku, capital do Azerbaijão e focou no fortalecimento das metas climáticas (NDCs) para limitar o aquecimento a 1,5°C, ampliou o financiamento climático e operacionalizou o Fundo de Perdas e Danos. Priorizou a transição energética, adaptando economias para fontes renováveis, e enfatizou justiça climática, com inclusão de grupos vulneráveis nas negociações.

A COP-30 será sediada no Brasil, na capital Belém/Pará em maio de 2025. O local do evento é estratégico, uma vez que o Estado do Pará abriga grande parte da floresta amazônica, juntamente com a diversidade de povos e culturas. Assim como nos últimos anos a floresta amazônica vem sofrendo grande devastação, o evento terá como pauta a preservação das florestas (Brasil, 2023). No caso da Amazônia Legal houve redução de desmatamento em dezembro de 2023 de 62% comparado a dezembro de 2022 (Amorim *et al.*, 2024).

Dentro das abordagens sobre desenvolvimento sustentável pode-se afirmar que a natureza é fornecedora de recursos para usufruto humano e paira sob a filosofia antropocêntrica (Turner, 1993; Beckerman, 1994; Neumayer, 2000) em contraponto a

visões totalmente ou maioria ligada a conservação integral da natureza (Daly, 1991; Desjardins, 2006; Jacobs; Stott, 1992; Hediger, 2006). Não há um consenso de uma definição de desenvolvimento sustentável, isso porque há ambiguidade em cada visão, como afirma Naredo (2006). Assim como Feil (2022) classificou em categorias de muito fraco, fraco, forte e muito forte as alternativas já desenvolvidas para a sustentabilidade de acordo com o nível de antropocentrismo e conservação em diversos estudos. Ademais, alguns estudos afirmam que é necessário atingir certo nível econômico de uma nação para conseguir compactuar com o desenvolvimento sustentável (Dinda, 2004), de outro lado, a incompatibilidade do crescimento econômico à sustentabilidade (Spaiser, *et al.*, 2016).

Contudo é importante apontar que diversas abordagens do desenvolvimento sustentável oriunda do capitalismo apresentam fragilidades. Marcada por atender interesses financeiros (Latouche, 2010) trata-se de uma visão ocidental antropocêntrica e consumista, ignorando e invisibilizando as riquezas culturais e diversidade presentes no mundo (Sachs, 2000, p.15). Nesse sentido, surge o Bem Viver para defender os interesses e cosmovisões dos povos e comunidades tradicionais, no qual “questionam o paradigma do desenvolvimento e os conceitos que o sustentam - baseados em uma visão de mundo eurocêntrico, mecanicista, patriarcal, antropocêntrico, produtivista-consumista etc” (Dourado, 2019, p. 45).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) resultaram na Agenda 2030, contendo 17 objetivos e 169 metas. Nesta mesma linha, entra o discurso ESG-no escopo ambiental, social e de governança que se propõe a atender interesses das empresas, se tratando de investimentos responsáveis (Li *et al*, 2021). O ESG é um conceito que resgata investimento no desenvolvimento sustentável onde os três pilares são pontos-chaves em quaisquer processos de análise de investimento, sendo que o fator ambiental, social e de governança ajudam a medir impactos e a sustentabilidade da organização (European Banking Authority, 2021).

3.1 Environmental, social and Governance - ESG

Nos últimos anos as empresas vem sofrendo pressões para criar políticas que possam olhar para além da rentabilidade financeira e serem sustentáveis, não somente com acionistas e demais partes interessadas, mas com o meio ambiente, o meio social por meio de uma governança consolidada e comprometida, que são pilares ESG para obter legitimidade empresarial, social e competitividade (Grewal; Serafeim, 2020; Camilleri, 2018).

O conceito *Environmental, Social and Governance* - ESG foi abordado pela primeira vez no relatório dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas em 2004, que recomenda que os investidores de todo o mundo considerem as pontuações ESG como um fator-chave nas decisões de investimentos (Lee; Kim, 2022). ESG é uma filosofia de investimento que busca o crescimento a longo prazo, como o valor do desenvolvimento sustentável, considerando os benefícios das ênfases econômicas, ambientais, sociais por meio da governança (Li *et al*, 2021). Para Miralles-Quirós, Miralles-Quirós e Gonçalves (2018, p. 2) o escopo do ESG aborda concomitante o desempenho ambiental que “[...] refere-se à gestão ambiental corporativa que envolve o controle e prevenção da poluição”. O desempenho social “[...] refere-se à gestão de determinados stakeholders primários, como funcionários, clientes e sociedade”; e o desempenho da governança corporativa “[...] reflete uma gestão independente, experiente e diversificada” (traduzido pelo autor).

A abordagem acerca do ESG se dá pela importância que os estudos oriundos da literatura acadêmica influenciam positivamente o comportamento das organizações (Gibson; Glossner; Krueger; Matos; Steffen, 2022; Edmans; Levit; Schneemeier, 2022). Isso é possível pela sua popularização causada por emergência das suas atribuições nos campos práticos das empresas (Li *et al.*, 2021).

Apesar da recomendação ESG, existe o fator da legitimação social e dos *stakeholders*, as organizações precisam estar atentas para cumprir além do padrão mínimo exigido pelas certificadoras para continuar suas operações e crescer por meio da licença social (Jijelava; Vanclay, 2018). Nesse sentido, há diversas organizações que elencam requisitos a serem cumpridos pelas empresas em termos ESG, seja para apreciação pública, empresarial ou ONG.

Sampaio e Santos (2021) trazem a aproximação dos termos ESG e RSC, no qual interligam os termos na busca de uma sustentabilidade empresarial, ocorrendo legitimação dos *stakeholders* e impactos positivos de empresas que internalizam essas práticas. Assim como Irigaray e Stocker (2022) afirmam que o escopo ESG foi baseado na RSC. Deste modo, há consenso entre estudiosos ao afirmar essas aproximações e indissociação, assim como Yoon, Lee e Byun (2018, p.2) ao afirmar que:

[...] a prática de gestão socialmente responsável é uma das principais agendas destas exigências, especialmente em termos de uma melhor estrutura de governação corporativa[...] a preocupação pública com a proteção ambiental e as regulamentações sobre emissões aumentou, tornando assim as práticas de RSE uma importante agenda social no mercado coreano [...] A pontuação ESG

total é a principal variável que captura o desempenho geral de RSC de uma empresa.

Entretanto, Santos (2020) defende em não separar o social do ambiental, sugerindo o termo Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSaC). Isso porque a autora afirma que as organizações geram impactos ambientais pela dinâmica social no território que as empresas atuam. Para ser compreendido sua origem, a RSC se manifesta na década de 1920 de maneira filantrópica pelas empresas (Irigaray; Stocker, 2022), já na década de 1960 Frederick (1960) e McGuire (1963) indicava que as organizações deveriam ter parcerias com a sociedade, por uma visão além do fator financeiro.

Embora o termo tenha originado há muito tempo, se trata de um conceito em constante evolução, no qual abordava apenas danos ambientais e sociais para uma temática baseada em valores compartilhados entre o social, ambiental e empresarial (Potter; Kramer, 2011). Tal abordagem corrobora com o processo de inovação, isso pela redução do uso de recursos e materiais, soluções eficientes, redução de custos e encargos ambientais, criação de oportunidades, processos ambientais eficientes e produtos e serviços sustentáveis (Cheng; Ioannou; Serafien, 2014; Mervelskemper; Streit 2017).

O contexto do desenvolvimento sustentável ainda é norteado de desafios para a sua efetivação. Para isso, é necessário que haja participação do Estado como incentivador de medidas e estratégias de governança na condução de bens e serviços que sejam sustentáveis (Santos, 2020). Sob o pretexto de incentivar boas práticas que remetem ao desenvolvimento e sustentabilidade dos indicadores ESG, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elencou em 14 de dezembro de 2022 a ABNT PR 2030/2022, contendo medidas empresariais para o cumprimento ESG, entretanto, cabe cada organização avaliar sua incorporação, uma vez que não é obrigatório, se encontrando em fase de aperfeiçoamento (ABNT, 2022).

Khan, Serafein e Yoon (2016) afirma que o desempenho ESG em termo gerais é avaliado pelos valores gerados, equilibrando o financeiro e o a sustentabilidade socioambiental que gera. Contudo, o ESG é visto como um mecanismo de prevenção dos riscos empresariais, mas é necessário que haja interação das dimensões de impacto de ESG nas consequências econômicas, o papel de prevenção de riscos e a medição da efetividade ESG (Li *et al.*, 2021). É importante ressaltar que todas as boas práticas ESG são designadas a partir da governança, (sigla G), que Ramos e Martinez (2006, p. 144) definem como “[...] as práticas e os relacionamentos de todas as partes interessadas, sejam elas internas ou externas, com a finalidade de valorização dos ativos das empresas,

envolvendo transparência, direito dos acionistas, equidade de tratamento com os acionistas e prestação de contas”.

Nesse sentido, governança corporativa pode ser compreendida como um conjunto de práticas e estruturas que asseguram a direção e o controle das organizações, desempenhando um papel crucial na mitigação de riscos e na promoção da transparência. A literatura sugere que uma governança robusta contribui significativamente para a confiança dos investidores e a eficiência dos mercados (Agrawal; Chadha, 2005). Estudos demonstram que empresas com sistemas de governança eficazes tendem a apresentar melhor desempenho financeiro, além de serem mais resilientes a crises, uma vez que a governança sólida facilita a tomada de decisões informadas e éticas (Larcker et al., 2007).

Além disso, a governança corporativa é fundamental para alinhar os interesses de diferentes stakeholders, incluindo acionistas, funcionários e a comunidade. A teoria da agência, proposta por Jensen e Meckling (1976), destaca a importância de mecanismos de governança para minimizar conflitos entre proprietários e gestores, promovendo a responsabilidade e a prestação de contas. Pesquisas recentes indicam que uma governança efetiva não apenas melhora a performance organizacional, mas também contribui para a sustentabilidade a longo prazo, ao integrar preocupações sociais e ambientais nas decisões empresariais (Eccles *et al.*, 2014). Dessa forma, a governança corporativa se revela um pilar essencial para o desenvolvimento de organizações éticas e responsáveis.

Neste contexto, observa-se que a proposta ESG é articulada a partir dos interesses empresariais para alcançar a legitimidade de todos envolvidos com propostas de desenvolvimento sustentável. Portanto, é necessário de alternativas ao desenvolvimento que atendam às necessidades a partir das cosmovisões das comunidades (Acosta, 2016; Alcântara; Sampaio, 2020) que se afastam de interesses capitalistas e que essas comunidades e povos tradicionais possam exercerem seus direitos de ser e existir (Walsh, 2005) compreendendo a natureza não como fornecedora de bens e recursos, mas detentora de direitos, assim como os humanos (Gudynas, 2011; Alcântara *et al.*, 2022).

3.2 Bem Viver: uma breve análise pós-desenvolvimentista

Frente ao colonialismo, patriarcado e o capitalismo o Bem Viver surge como uma cosmovisão em alternativa ao desenvolvimento (Alcântara; Sampaio, 2017) a partir dos povos da região andina, no qual Bem Viver é *sumak kawsay* em *quéchua* (idioma de alguns povos indígenas na América do Sul), podendo ser *Suma Qamaña* em aymara

(idioma dos povos tradicionais na Colômbia, Equador, Bolívia e parte do Brasil). É também o *teko porã*, guarani ou ainda o *nhanderekó*, do guarani *mbya*.

Alcântara e Sampaio (2017a, p. 3) identificam a dicotomia de expressões para o Bem Viver contidos nas literaturas, como: filosofia de vida (Acosta, 2010), cosmologia (Walsh, 2010), atitude de vida (Cortez, 2011), ontologia (Thomson, 2011), modelo de desenvolvimento (Radcliffe, 2012), e alternativa ao desenvolvimento (Gudynas, 2011). Em contraponto, Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2014) afirmam que é necessário que o termo *Sumak Kawsay* não seja reduzido a bens materiais, sendo que sua origem é andina, que se opõe ao modelo econômico capitalista.

O modelo capitalista é defendido por trazer desenvolvimento econômico, mas questionado por Dourado (2019) ao afirmar que o modo de vida pós-guerra proporcionou avanços tecnológicos e aumento econômico para nações colonialistas, por outro lado, o aumento da fome, desigualdade, erosão da diversidade cultural e da natureza. Afirmações que reforçam a insuficiência de um parâmetro de crescimento baseado em economia financeira como PIB (produto interno bruto), (Smith; Max-Neef, 2011; Phélan, 2011; Alcântara; Sampaio, 2017). O Bem Viver é caracterizado em três correntes, sendo elas: 1) pachamamista e indigenista; 2) socialista e estadista e; 3) pós-desenvolvimentista e ecologista, como sugere Hidalgo-Capitán, 2012:

A primeira e originária seria a corrente indigenista e pachamamista, caracterizada pela relevância que se dá à autodeterminação dos povos indígenas na construção do Bem Viver, assim como aos elementos mágico-espirituais (la Pachamama). [...] a corrente socialista e estadista, caracterizada pela relevância que dá a gestão política-estatal do Bem Viver, assim como aos elementos relativos a equidade social. [...] a corrente post-desenvolvimentista e ecologista, caracterizada por relevância que se dá a construção participativa do Bem Viver, com a inclusão de aportes indigenistas, socialistas, feministas, teológicos e, sobretudo, ecologistas (p. 16).

Alcântara *et al.*, (2022) aborda as correntes do desenvolvimento e pós-desenvolvimento, onde o desenvolvimento se pauta em práticas gerais que geram transformações e a destruição do meio ambiente e das relações sociais a longo prazo. Enquanto Alcântara *et al.*, (2022) definem as correntes pós-desenvolvimentistas como:

[...] de transição, também chamadas de emergentes, na Europa e na América, como a Economia Social e Solidária (surgiu na Inglaterra no século XIX e chegou ao Brasil no final do século XX); Economia do Estado Social (Pós II Guerra); Economia Ecológica (Século XX); Economia Solidária (Século XXI); Desenvolvimento Humano [...] Medição de gênero, desigualdade e pobreza [...]; Índice de Felicidade Bruta do Butão; Decrescimento; Economia de Francisco; na América Latina o Desenvolvimento a Escala Humana e Bem Viver, entre outras (p. 4).

O BV pós-desenvolvimentista é uma forma de adquirir o desenvolvimento sustentável, entretanto sua forma de ser gerida é baseada na ética e sustentada pela “solidariedade, sustentabilidade, além da reciprocidade, a complementariedade, a responsabilidade e a integralidade (todo ser vivo é necessário no planeta)” [...] a suficiência [...] a diversidade cultural e a identidade, as equidades e claro, a democracia” (Acosta, 2016, p. 163-164). Semelhantemente, Boff (2014) defende o início de uma era baseada em comunidade, modo de vida biocêntrico, solidariedade e cosmovisão dos povos andinos.

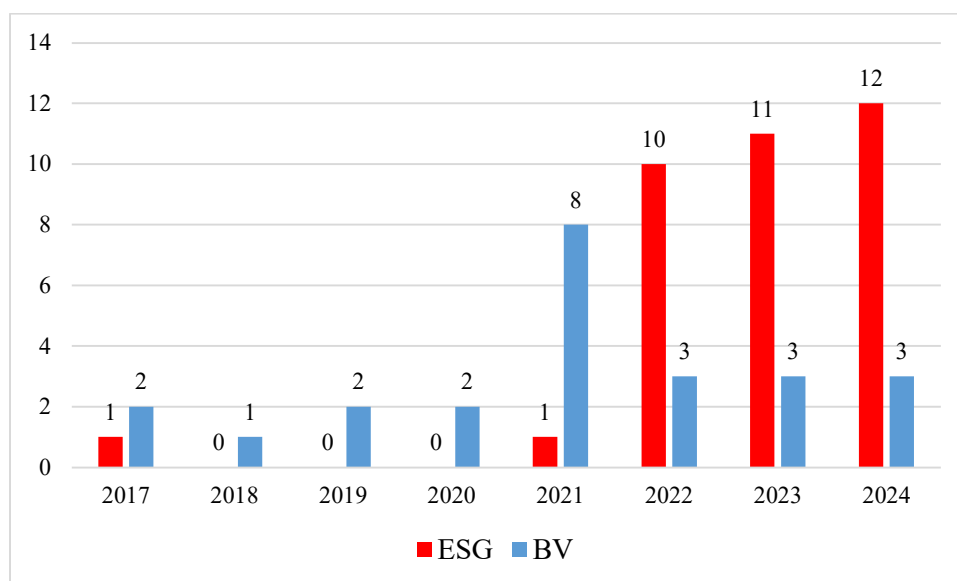
Existe uma combinação de pensamentos acerca do BV pós-desenvolvimentista, o que traz a crítica ao modo de vida produtivista e desenvolvimento ocidental e o que valoriza o modo de vida dos povos tradicionais andinos por meio da sua relação com a natureza (Alcântara *et al.*, 2017). A filosofia de vida carrega objetividade por se tratar de qualidade de vida e valoriza a subjetividade por versar sobre a espiritualidade, modo de vida, política e outros (Alcântara; Sampaio, 2017).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os critérios da bibliografia que inclui a escolha da base de dados (*Web of Science*), palavras-chaves no campo de busca, escolha dos conectores booleanos, recorte temporal (2017 a 2024) e seleção do campo “acesso livre”, permitiu a prévia visualização de alguns resultados quantitativos separadamente por tema que foram transformados em tabelas e gráficos. Além disso, os dados de cada tema foram coletados em formato RIS, posteriormente indexados e codificados em imagem de *clusters* pelo Vosviewer. Com o propósito de facilitar a visualização comparativa, as tabelas e os gráficos das duas temáticas são exibidos simultaneamente.

Os interesses por temas relacionados ao ESG atrelado ao desenvolvimento sustentável está em constante crescimento (gráfico 1). Trata-se da consequência de repensar as estratégias das organizações perante a pandemia da COVID-19, estendendo o crescente interesse pela abordagem na vertente social, ambiental e financeira. A volatilidade econômica das empresas resultou em uma busca por segurança em instituições em consonância com os repertórios ambientais e sociais como retornos sustentáveis (Harabida *et al.*, 2022).

Gráfico 1: Análise da cronologia de publicação sobre Bem Viver e ESG entre 2017 e 2024.



Fonte: elaborado pelo autor a partir da base *Web of Science* (2024).

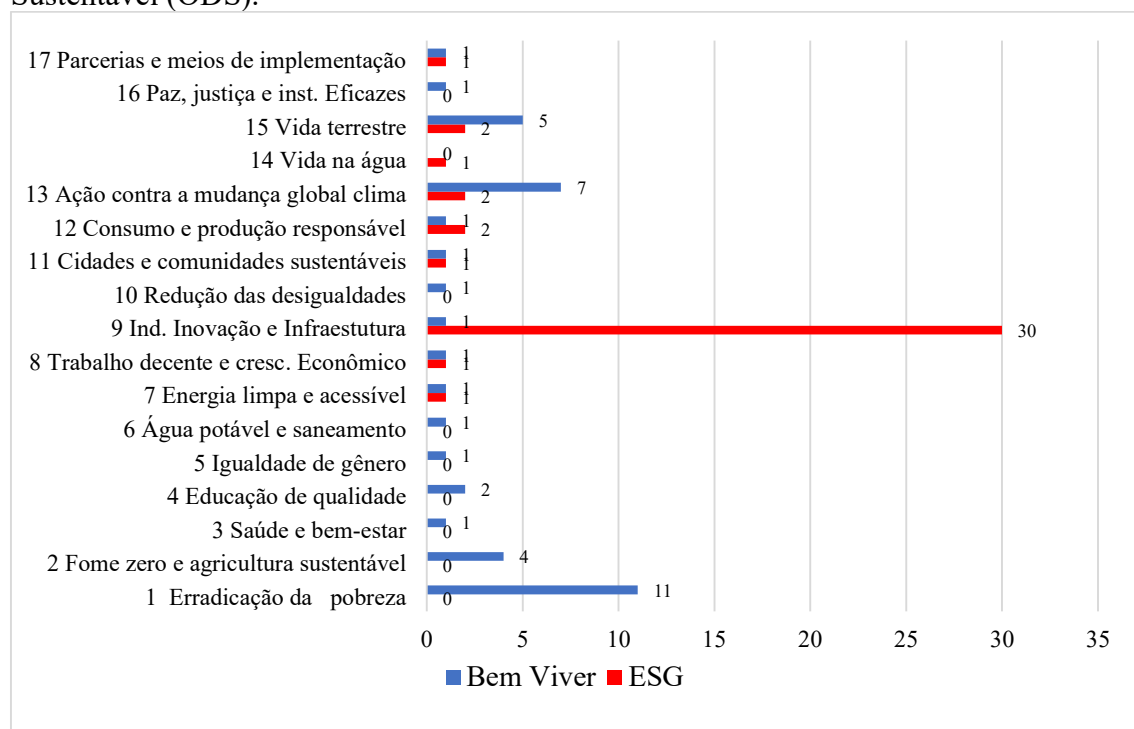
O decréscimo do interesse sobre o conceito de Bem Viver reflete dificuldades em adaptar essa visão a estruturas econômicas e políticas globais. O Bem Viver desafia o modelo econômico tradicional que privilegia o crescimento e a exploração da natureza enquanto fonte de recursos, o que o torna difícil de ser adotado em sistemas que não valorizam a harmonia ecológica e social na mesma medida (Gudynas, 2011). Existe desafios sobre o conceito que é frequentemente mal interpretado ou superficialmente adaptado para agendas políticas que desconsideram suas raízes indígenas e ecológicas, o que leva a uma perda de interesse e de aplicabilidade genuína (Escobar, 2015).

A articulação do ESG e o Bem Viver para os ODS é crucial na tentativa de promover um desenvolvimento integrado, que considera tanto as dimensões econômicas e ambientais quanto os aspectos sociais e culturais, assegurando que as práticas empresariais e políticas públicas avancem em direção a um futuro equitativo e justo. Nesse sentido, por meio dos dados prévios inseridas na *Web of Science*, o Gráfico 2 apresentar a aproximação do ESG e do Bem Viver aos ODS.

Por outro lado, relação entre o ESG e o ODS 9 é evidenciada pela promoção de infraestrutura resiliente, industrialização sustentável e fomento à inovação. O pilar ambiental (E) é atendido pela adoção de tecnologias limpas e eficiência energética. No aspecto social (S), destaca-se a geração de empregos qualificados e o acesso equitativo a tecnologias. Já a governança (G) se reflete na adoção de políticas corporativas que incentivam a inovação sustentável e a responsabilidade socioambiental. Entretanto, a

demonstração do gráfico 2 da relação do ESG com o ODS 9, reflete a limitação das políticas empresariais focadas na inovação empresarial. Tal afirmação remete à importância de haver outras políticas e filosofias de desenvolvimento que agreguem outros atores sociais e ambientais.

Gráfico 2: Aderência do ESG e do Bem Viver aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Fonte: elaborado pelo autor a partir da base *Web of Science* (2024).

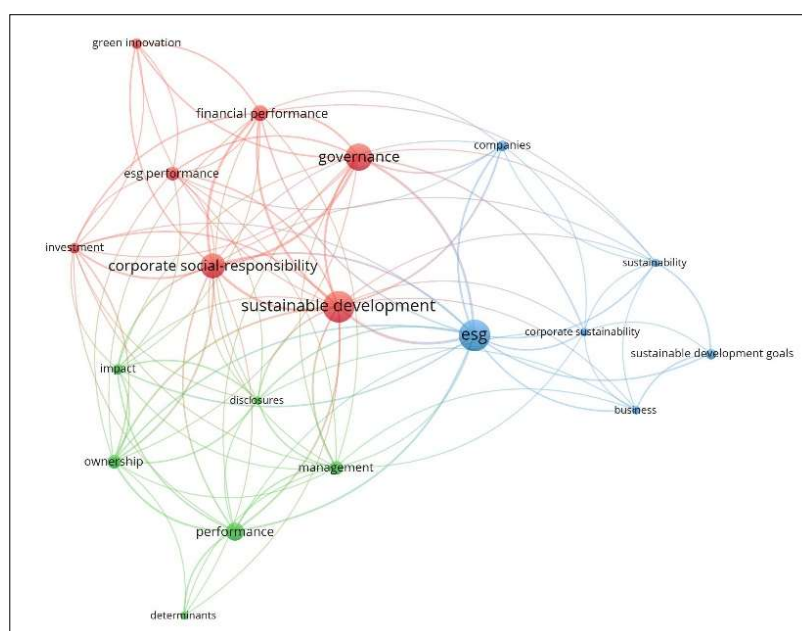
A integração do ESG aos ODS é fundamental para promover uma abordagem mais sistêmica e mensurável da sustentabilidade corporativa. O ESG oferece uma estrutura prática para que empresas alinhem suas atividades aos ODS, focando em aspectos críticos como impacto ambiental, inclusão social e governança ética, elementos essenciais para atingir metas globais de desenvolvimento sustentável (Threlfall *et al.*, 2020). Além disso, o ESG facilita o monitoramento e a transparência, aspectos essenciais para que as corporações demonstrem seu comprometimento com os ODS, pois permite que partes interessadas avaliem concretamente os esforços sustentáveis das empresas (Eccles; Klimenko, 2019).

A relação do Bem Viver em relação com o ODS 1 (Erradicação da Pobreza) é fundamentada na busca por um modelo de desenvolvimento que priorize o bem-estar humano e a dignidade, indo além das métricas econômicas tradicionais. O Bem Viver,

originado em contextos indígenas e latino-americanos, propõe uma visão holística que enfatiza a interdependência entre os seres humanos e a natureza, bem como a importância de comunidades saudáveis e coesas para a superação da pobreza (Acosta, 2013). Nesse contexto, o ODS 1 complementa essa abordagem ao estabelecer metas específicas para erradicar a pobreza em todas as suas formas, reconhecendo que o combate à pobreza deve ser acompanhado de estratégias que promovam justiça social e inclusão. Assim, a integração do Bem Viver com o ODS 1 contribui para a construção de políticas que não apenas visam à eliminação da pobreza, mas também à promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável, respeitando as particularidades culturais e sociais.

Se tratando da rede de interação dos termos mais frequentes dos 35 artigos encontrados sobre ESG, foram adotados dois critérios para gerar o mapa de clusters (figura 1) no *Vosviewer*, sendo palavras com no mínimo 3 ocorrências, gerando 17 palavras inter-relacionadas. Os clusters maiores indicam maior frequência dos termos e, quanto menores, menos frequente. Sendo assim, os termos mais repetidos em todos os artigos são sete: ESG, performance, governança, performance financeira, impacto, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa (csr ou rsc).

Figura 1: Rede de interação dos termos relacionados ao ESG



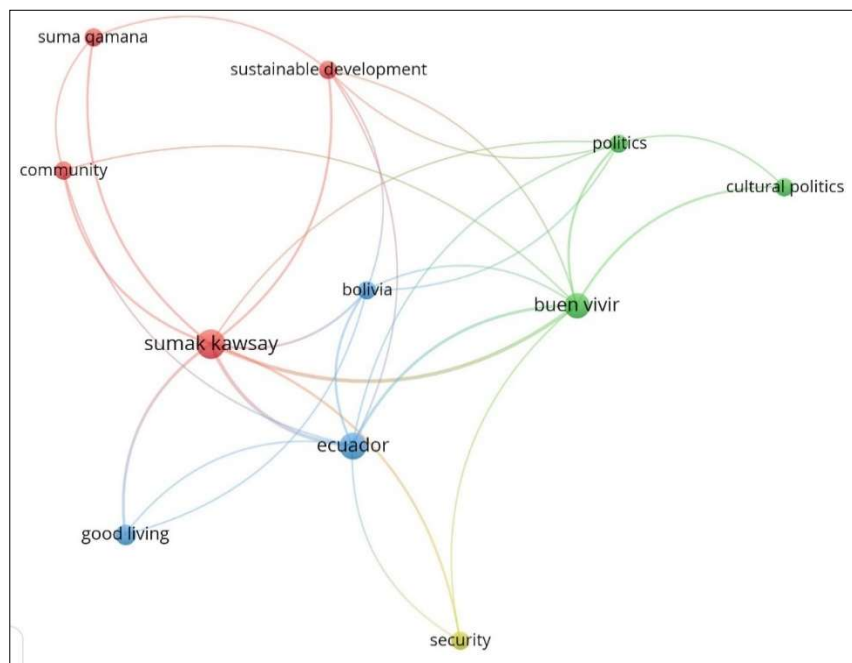
Fonte: Construção do autor pelo software VOSViewer versão 1.6.20.0 (2024)

As principais ligações relacionadas ao ESG somam interesses financeiros como maior peso para as tomadas de decisões. Isso foi observado com as principais críticas ao

ESG que paira na sua fragilidade das avaliações, que podem levar a um *greenwashing*⁴, onde empresas adotam práticas superficiais para melhorar sua imagem sem implementar mudanças substanciais (Sullivan; Mackenzie, 2017). Além disso, críticos argumentam que a ênfase no desempenho financeiro pode obscurecer os reais impactos sociais e ambientais das atividades corporativas, resultando em um foco excessivo em métricas quantitativas em detrimento de valores qualitativos e contextuais (Fischer *et al.*, 2020). Essa abordagem fragmentada pode comprometer a eficácia das iniciativas ESG e sua capacidade de gerar benefícios reais para a sociedade e o meio ambiente, reforçando a necessidade de um *framework* mais robusto e integrado que promova a responsabilidade e a transparência (Eccles *et al.*, 2014).

Para gerar *clusters* do Bem Viver com 25 artigos foi utilizado critérios de frequência de palavras, ou seja, os termos que tivesse no mínimo três ocorrências, resultaram em 10 termos no VosViwer com suas respectivas ligações (Figura 2). Deste modo, é possível identificar que os termos relacionado ao Bem Viver ainda se concentra ao modo de vida das comunidades e povos tradicionais.

Figura 2: Rede de interação dos termos relacionados ao Bem Viver



Fonte: Construção do autor pelo software VOSViwer versão 1.6.20.0 (2024)

⁴ Se trata de práticas em que organizações promovem uma imagem de responsabilidade ambiental ou sustentabilidade sem implementar ações concretas e eficazes que respaldem essa comunicação. Esse fenômeno é caracterizado pelo uso de estratégias de marketing e comunicação para criar uma percepção positiva junto ao público e aos investidores, enquanto os reais impactos ambientais das atividades corporativas permanecem insuficientemente mitigados ou até prejudiciais.

O Bem Viver se concentra na América Latina devido à sua origem nas tradições indígenas e nos movimentos sociais da região, que promovem uma visão holística de desenvolvimento, valorizando a interconexão entre a natureza, a cultura e a sociedade (Acosta, 2013). Assim, os desafios do Bem Viver estão intrinsecamente ligados à sua implementação em contextos políticos e econômicos dominados por paradigmas tradicionais de desenvolvimento. Um dos principais obstáculos é a resistência institucional à mudança, que frequentemente prioriza o crescimento econômico sobre abordagens mais sustentáveis (Acosta, 2013). Essa situação revela a necessidade de um diálogo mais profundo entre as teorias do Bem Viver e as práticas de desenvolvimento contemporâneo, a fim de superar as barreiras que limitam sua efetividade e integração nas agendas políticas.

As produções científicas sobre ESG evidenciam países do norte-global e a ascensão da China no contexto econômico mundial (Tabela 1). Enquanto isso, o Bem Viver se concentra em países da América Latina, como o Equador na implementação do Bem Viver, incorporada na Constituição de 2008, reflete uma busca por um desenvolvimento que prioriza a harmonia entre natureza e sociedade, desafiando paradigmas tradicionais (Acosta, 2013; Gudynas, 2011).

A China tem adotado o ESG como parte de sua estratégia de desenvolvimento sustentável, motivada pela necessidade de mitigar os impactos ambientais e sociais de sua rápida industrialização. Com a crescente pressão internacional e interna por práticas empresariais mais responsáveis, o governo chinês reconhece que a integração de fatores ESG pode melhorar a competitividade e a imagem global das empresas (Zhang; Zhang, 2018). Além disso, a implementação de políticas ESG alinha-se com os objetivos de longo prazo da China, como a promoção de uma economia de baixo carbono e a realização dos ODS, evidenciando uma mudança em direção a um modelo de crescimento mais equilibrado e sustentável (Li *et al.*, 2020).

Tabela 1: produção por país dos temas ESG e Bem Viver

ESG			BV		
Países	Quantidade	% de 35	Países/Regiões	Quantidade	% de 25
China	16	45.714	Equador	8	32.000
Inglaterra	4	11.429	Espanha	7	28.000
Rússia	4	11.429	Brasil	4	16.000
Taiwan	3	8.571	Colômbia	4	16.000
Austrália	2	5.714	Bolívia	2	8.000
Romênia	2	5.714	Chile	2	8.000
Arábia Saudita	2	5.714	Inglaterra	2	8.000

Coréia do Sul	2	5.714	Estados Unidos	2	8.000
Bangladesh	1	2.857	Paraguai	1	4.000
Brasil	1	2.857	França	1	4.000

Fonte: elaborado pelo autor a partir da base *Web of Science* (2024).

A China enfrenta um dilema quanto aos indicadores ESG utilizando pelo GRI afirmando que quando utilizando GRI como indicadores internacionais tem menos vantagem competitiva em relação ao seu mercado interno (Yang *et al.*, 2021). A justificativa da dificuldade da maior economia asiática se dá que, ao entrar em mercados estrangeiros, as empresas chinesas se deparam com normativas sociais e ambientais mais rigorosas de diversos *stakeholders*, incluindo governos do país anfitrião, clientes internacionais e ONGs (Shen, *et al.*, 2023).

Ademais, a tabela 2 indica as áreas de pesquisa relacionados aos temas centrais. O Bem Viver é considerado multidisciplinar porque integra diversas áreas do conhecimento, como ecologia, sociologia, economia e antropologia, para abordar de forma holística as relações entre seres humanos e natureza. Essa abordagem reflete a complexidade das realidades sociais e ambientais, reconhecendo que os desafios contemporâneos exigem soluções que transcendem as disciplinas tradicionais (Acosta, 2013). Além disso, ao incorporar saberes indígenas e experiências locais, o Bem Viver propõe um modelo que valoriza a diversidade cultural e a participação comunitária, promovendo um entendimento mais abrangente e inclusivo do desenvolvimento sustentável (Gómez-Baggethun; Naredo, 2015).

Tabela 2: Áreas do conhecimento que abordam o ESG e o Bem Viver

ESG			BV		
Áreas de pesquisa	Quantidade	% de 35	Áreas de pesquisa	Quantidade	% de 25
Ciências Ambientais	22	62.857	Pesquisa educacional	4	16.000
Ciência tecnológica	17	48.571	Ciências ambientais e ecológica	4	16.000
Economia empresarial	11	31.429	Lei governamental	3	12.000
Estudo de desenvolvimento	2	5.714	Relações internacionais	3	12.000
Energia	2	5.714	Ciências sociais	3	12.000
Administração pública	2	5.714	Estudos de áreas	2	8.000
Engenharia	1	2.857	Comunicação	2	8.000
Relações internacionais	1	2.857	Antropologia	1	4.000
Matemática	1	2.857	Artes	1	4.000
Extração mineral	1	2.857	Artes humanas	1	4.000

Fonte: elaborado pelo autor a partir da base *Web of Science* (2024).

O ESG é intrinsecamente multidisciplinar, pois envolve a integração de conhecimentos de diversas áreas para abordar a sustentabilidade corporativa. A dimensão ambiental exige conhecimentos em ecologia e ciências da terra para mitigar impactos ecológicos, enquanto a dimensão social demanda abordagens das ciências sociais e humanas para promover justiça social e inclusão (Eccles *et al.*, 2019). A governança, por sua vez, envolve princípios de administração, economia e direito para garantir transparência e responsabilidade corporativa (Schoenmaker; Schramade, 2019). Dessa forma, o ESG exige a convergência de múltiplos campos do saber para abordar de maneira eficaz e ética os complexos desafios socioambientais atuais. Fatores que envolve a natureza e a sociedade interconectada dos desafios enfrentados por empresas exige a colaboração de diversas disciplinas para desenvolver soluções eficazes e inovadoras (Sullivan; Mackenzie, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo desenvolver o estado da arte sobre os temas centrais do Bem Viver e do *Environmental, Social and Governance* (ESG).

Os resultados não apontaram artigos que versassem sobre ambos os temas (Bem Viver e ESG) no mesmo documento, contudo, cabe destacar, com base nas pesquisas realizadas, que ambas as abordagens destacam o tema de sustentabilidade. A epistemologia da sustentabilidade se destacou como nas questões de conservação ambiental e preservação de recursos naturais. Contudo, a evolução e a diversidade de significados de desenvolvimento sustentável atualmente ainda necessitam de um equilíbrio entre ganho financeiro, interesses sociais e preservação ambiental.

Por meio deste estudo foi possível observar aproximações e distanciamentos entre o ESG e o Bem Viver, uma vez que a corrente pós-desenvolvimentista possui premissas que vem de encontro a indicadores de ESG. Percebe-se o ESG ainda se limita a papeis de liderança atribuído por empresas, na política e sinônimo de crescimento, enquanto o Bem Viver se trata de uma alternativa ao desenvolvimento em todas as esferas sociais, políticas, governamentais e defendendo o decrescimento das visões antropológicas, capitalistas, patriarcais e colonialistas.

Uma disparidade entre ESG em relação ao Bem Viver é que o primeiro, parte da compreensão de desenvolvimento que norteia o lucro financeiro, enquanto o segundo, se estabelece como uma filosofia contra-hegemônica ao modelo de desenvolvimento atual. Ao mesmo tempo, as discussões sobre sustentabilidade geram diversas controvérsias

quanto à intensidade dos olhares socioambientais. Enquanto percebemos discursos conservadores que minimamente cumprem papéis direcionados à sociedade e meio ambiente (neoliberal), alguns estão direcionados a conservação ambiental e ao aspecto social, outros buscam um equilíbrio maior e harmônico entre os fatores sociais, ambientais e econômicos, colocando a natureza no centro da discussão, como é o caso da corrente pós-desenvolvimentista do Bem Viver.

Foi possível identificar que a lenta efetivação de medidas sustentáveis se refere a falta de consenso de como fazer sustentabilidade atrelada ao desenvolvimento e efetivação de governanças e governos comprometidos por meio de formação de alianças. Se trata de um paradigma, uma vez evidenciada a vasta discussão e interesses de representantes de vários países sob a pouca aplicação de medidas comprometidas com a sustentabilidade.

As discussões sobre ESG e Bem Viver se conectam no respeito ao meio ambiente (apesar de haver diferentes interesses), governança, defesa da igualdade e equidade social. O aprofundamento do Bem Viver se dá pela subjetividade, como a espiritualidade, modo de vida, relação do homem com a mãe natureza, enquanto o ESG prospera em objetividade por fatores possíveis de medir quantitativamente. Neste contexto, as estratégias para um desenvolvimento sustentável estão nas inovações em políticas públicas e tecnologias em colaboração intersetorial, que podem contribuir para a superação dos desafios, com parcerias entre setores público, privado e comunitário, como as comunidades tradicionais, povos indígenas, cooperativas e associações no escopo do Bem Viver e do ESG.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **PR 2030: 2022- Ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para a organização**. 2022. Disponível em <https://www.abntcatalogo.com.br/pnm.aspx?Q=ZWcvVjhseTQydmI4Uy9WZ2VPSVg2MWM0WEVXVmVqdkpaQjV4OUhxQU9Gcz0=#hideH>. Acesso em 15 abr. 2023

Acosta, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

Alcantara, L. C. S.; Vásquez, L. M. C.; Rodrigues, M.C.D.; Silva Junior, J.J. Do desenvolvimento ao pós-desenvolvimento: desconstrução do imaginário colonialista: o caso da população afrolimonense da Costa Rica. **ANAIS do XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**. Blumenau - SC - Brasil, 2022, 21 p.

Alcântara, L. S.; Grimm, I.J.; Sampaio, C.A.C.; Mantovaneli Junior, O.; Feuser, S.; Garcia, M. Buen Vivir: discusiones teóricas conceptuales. **Pensamiento Actual**, v. 17, n. 28, p. 66-77, 2017.

Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 40, 2017.

Alcântara, L.C. S.; Sampaio, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 53, 2020.

Alexandrino, T. C. **Análise da relação entre os indicadores de desempenho sustentável (ESG) e desempenho economico-financeiro de empresas listadas na B3. 2020**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

Amorim, L., Santos, B., Ferreira, R., Ribeiro, J., Dias, M., Brandão, I., Souza Jr., C., & Veríssimo, A. **Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD)** – Dezembro de 2023. Belém: Imazon, 2024. <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-alerta-de-desmatamento-sad-dezembro-de-2023/>. Acesso em 16 de maio de 2024.

Assaf Neto, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo: Atlas, v. 12, 2020.

Bassen, A.; Kovács, A. M. **Environmental, Social and Governance Key Performance Indicators from a Capital Market Perspective**. Zeitschrift Für Wirtschafts- Und Unternehmensethik, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 182-192, 2008.

Beckerman, W. Sustainable development: is it a useful concept?. **Environmental values**. Vol. 3(3), p. 191-209, 1994.

Boff, L. **O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Bolivia. **Constitución política del Estado Plurinacional de Bolivia**. Estado plurinacional de Bolivia., Ministerio de la Presidencia, Componente de Transversalización de Derechos de los Pueblos Indígenas, 2009.

Brasil, O. D. M. Objetivos de desenvolvimento do milênio. **Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília: IPEA, 2010.

Brundtland, G. H.; Nosso Futuro Comum. Relatório Brundtland. **Our Common Future: United Nations**, 1987.

Cabanilla, E. Turismo Comunitario, su complejidad y aporte al Buen Vivir. Construcción de políticas públicas en base a modelo complejo de desarrollo territorial. In: **Primer encuentro internacional de Turismo Comunitario y Social de la UNASUR**. La Paz, Bolivia, 2014. p. 01-06.

Câmara, S. F.; Pinto, F. R.; Silva, F.R.; Gerhard, F. Socioeconomic vulnerability in the face of COVID-19 in municipalities of Ceará. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1037–1051, ago. 2020. Disponível em <<
<https://www.scielo.br/j/rap/a/knZkdNmv7FGc5tdZBTzCGNM/?lang=en#>>> . Acesso em 14 jun. 2023.

Cardoso, A. S.; Santos JR, R.A. O. Indicadores de sustentabilidade e o ideário institucional: um exercício a partir dos ODM e ODS. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v.71, n.1, p.50-55, Jan. 2019. Available from
 <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252019000100014&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Jun 2023. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100014>.

Casnici, C. V. C.; Monticelli, Jefferson Marlon; BENELLI, Sandro. Estratégia pós-Covid-19. **GVexecutivo**, v. 20, n. 1, janeiro-março, 2021.

Cenamo, M. C. Mudanças climáticas, o protocolo de quioto e mercado de carbono. **CEPEA, ESALQ-USP**. v. 14, n. 06, p. 2011, 2004. Disponível em<
http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/protocolo_quioto.pdf>.

Cheng, B.; Ioannou, I.; Serafeim, G. Corporate social responsibility and access to finance. **Strategic Management Journal**, v. 35, n. 1, p. 1–23, 29 abr. 2014.

Daly, H. Elements of environmental macroeconomics. In: **Ecological Economics: The Science and Management of Sustainability**. Columbia University Press, New York, 1991.

Des Jardins, J. R. Environmental ethics: An introduction to environmental philosophy. Ed. 4. **Thomson Wadsworth**, Belmont, Cali, 2006.

Dinda, S. Environmental Kuznets curve hypothesis: a survey. **Ecological economics**, v. 49, n. 4, p. 431-455, 2004.

Dourado, N. O paradigma do bem viver: Do Desenvolvimento Alternativo À Alternativas Ao Desenvolvimento. **Revista Contraponto**, v. 6, n. 2, 2019.

EBA, European Bankin Authority. **Report on management and supervision of ESG risks for credit institutions and investment firms**, 2021. Disponível em:
 <<https://www.eba.europa.eu/sites/default/documents/files/document_library/Publications/Reports/2021/1015656/EBA%20Report%20on%20ESG%20risks%20management%20and%20supervision.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2023.

Eclles, R. G.; KLIMENKO, S. The investor revolution. **Harvard Business Review**, v. 97, n. 3, p. 106-116, 2019.

Elkington, J. **Os zeronautas: quebrando a barreira da sustentabilidade**. Routledge, 2012.

Estenssoro, F. El ecodesarrollo como concepto precursor del desarrollo sustentable y su influencia en América Latina. **Universum (Talca)**, v. 30, n. 1, p. 81-99, 2015.

Farias, A. R.; Alencar, J.R.; Costa, J.R.; Costa, P. Desafios para uma urbanização sustentável. **Cidades e comunidades sustentáveis: Contribuições da Embrapa**, v. 1, p. 19-34, 2019.

Feil, A. A. Níveis de sustentabilidade: Revisão sistemática da literatura. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 12, n. 4, p. 81-93, 2022.

Forliano, C.; DE Bernardi, P.; Yahiaoui, D. Entrepreneurial universities: A bibliometric analysis within the business and management domains. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 165, p. 120522, 2021.

Frederick, W. **The Growing Concern over Business Responsibility**. California Management Review, v. 2, p. 54-61, 1960.

Gatti, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 01, p. 11-30, 2004.

Gudynas, E. Desarrollo, derechos de la naturaleza y Buen Vivir después de Montecristi. Weber, G. (Ed.). **Debates sobre cooperación y modelos de desarrollo: perspectivas desde la sociedad civil en Ecuador**. Quito: Centro de Investigaciones Ciudad, 2011. p. 83-102.

Hidalgo-Capitán, A. L. El buen vivir ecuatoriano en el contexto de la economía política del desarrollo. En: Dominguez, R.; Tezanos, S. (Eds.). **Actas del I Congreso Internacional de Estudios del Desarrollo**. Santander: Universidad de Cantabria, 2012.

Hidalgo-Capitán, A. L.; Cubillo-Guevara, A. P. Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, [S. l.], n. 48, p. 25–40, 2014. DOI: 10.17141/iconos.48.2014.1204. Disponível em: <<https://iconos.flacsoandes.edu.ec/index.php/iconos/article/view/1204>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

Houghton, R. Tropical deforestation as a source of greenhouse gas emissions. **Tropical Deforestation and Climate Change**. Belém, Brazil: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia. p. 13-21, 2005.

Irigaray, H. A. R.; Stocker, F. ESG: novo conceito para velhos problemas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 20, p. 1-4, 2022.

Jijelava, D.; Vanclay, F. Como um grande projeto foi interrompido pela falta de Licença Social para Operar: Testando a aplicabilidade do Modelo Thomson e Boutilier. **Meio Ambiente. Avaliação de impacto**. Rev. 2018 , 73 , 31–40.

Khan, M.; Serafein, G.; Yoon, A. “Corporate Sustainability: First Evidence on Materiality.” **The Accounting Review**, vol. 91, n. 6, 2016, p. 1697–724. *JSTOR*. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24907173>. Accessed 29 Nov. 2023>. Acessado em 18 ago. 2023.

Khasnis, A.; Nettleman, M.D. Global Warming and Infectious Disease. **Archives of Medical Research**, v. 36, n. 6, p. 689–696, nov. 2005.

Kim, S.; Kumar, N.; Lee, J.; Oh, J. ESG lending. In: **Proceedings of Paris December 2021 Finance Meeting EUROFIDAI - ESSEC**. European Corporate Governance Institute–Finance Working Paper. 2022.

Threlfall, R.; King, A.; Shulman, J.; Bartels, W. The Time Has Come: The KPMG Survey of Sustainability Reporting. **KPMG International Limited, diakses tanggal**, v. 1, 2022.

Kuhn, D. D.; Costa, A. M. Bien Vivir/Buen Viver/Bem Viver: uma proposta de pós-desenvolvimento nas Epistemologias do Sul. **Revista IDEAS**, v. 11, n. 1, p. 34-66, 2017.

Laabs, V.; Amelung, W.; Pinto, A.A.; Wantzen, M.; Silva, C.J.; Zech, W. Pesticides in surface water, sediment, and rainfall of the northeastern Pantanal basin, Brazil. **Journal of Environmental Quality**, v. 31, n. 5, p. 1636-1648, 2002.

Latouche, S. Degrowth. *Journal of Cleaner Production*, vol. 18, p. 519-522. 2010. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2010.02.003>>. Acesso em 02 mai. 2023.

Lee, E.; Kim, G. Analysis of domestic and international green infrastructure research trends from the ESG perspective in South Korea. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 12, p. 7099, 2022.

Li, T.T.; Wang, K.; Sueyoshi, T.; Wang, D. ESG: Research progress and future prospects. **Sustainability**, v. 13, n. 21, p. 11663, 2021.

Martine, G.; Alves, J. E.D. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista brasileira de estudos de população**, v. 32, p. 433-460, 2015.

Mcguire, J. W. **Business and Society**. McGraw-Hill, New York. 1963.

Mebratu, D. Sustainability and sustainable development. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 18, n. 6, p. 493–520, nov. 1998.

Mervelskemper, L.; Streit, D. Enhancing market valuation of ESG performance: is integrated reporting keeping its promise?. **Business Strategy and the Environment**, v. 26, n. 4, p. 536-549, 2017.

Mitlin, D. Sustainable Development: A Guide to the Literature. **Environment & Urbanization**, p. 111-124. 1992. Disponível em <<https://doi.org/10.1177/095624789200400112>>. Acesso em 08 jun. 2023.

Molion, L.C. B. Considerações sobre o aquecimento global antropogênico. **Informe Agropecuário**, v. 29, n. 246, p. 7-18, 2008.

- Morandi, M. I. W. M.; Camargo, L. F. R. Revisão sistemática da literatura. **Design science research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**, p. 141-175, 2015.
- Naredo, J. M. **Raíces económicas del deterioro ecológico y social**. Más allá de los dogmas. Madrid: Siglo XXI, 2006.
- Naum, C. M. **Motivações para adoção dos fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) às análises de investimento pelos gestores de ativos**. Dissertação (de Mestrado Profissional em Comportamento do Consumidor) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2018.
- Neto, J. L.; Souza, F. L. M.; Paiva, V. R. A.; Pinheiro, A. A. G.; Queiroz, Z. F.; Nunes, C. Os princípios do Bem Viver na relação com o protagonismo das mulheres. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e52311125508-e52311125508, 2022.
- Neumayer, E. On the methodology of ISEW, GPI and related measures: some constructive suggestions and some doubt on the ‘threshold’ hypothesis. **Ecological economics**, vol. 34(3), p. 347-361, 2000.
- Oliveira, F.P. M.; MONTEIRO, L.F. Ética Ambiental, Sustentabilidade, Princípio da Prevenção e a Ressignificação do Direito do Trabalho. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, p. 139-158, 2015.
- Pacto Global. The Global compact. **ESG - Pacto Global das Nações Unidas, comunicação de progresso 2021**. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>>. Acesso em Mar de 2023.
- Phélan, M. C. Revisión de índices e indicadores de desarrollo: aportes para la medición del buen vivir (sumak kawsay). OBETS. **Revista de Ciencias Sociales**, vol. 6(1), p. 69-95, 2011.
- PNUD. Transformando nosso mundo: **a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2016. Disponível em: << <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>> Acesso em 18 Mai. de 2023.
- Porter, M. E.; Kramer, M. R. Criação de valor compartilhado. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1/2, p. 62-77, 2011.
- Radojevic, M.; Hassan, H. Air quality in Brunei Darussalam during the 1998 haze episode. **Atmospheric Environment**, v. 33, n. 22, p. 3651–3658, set. 1999.
- Ribeiro, J. W.; Rooke, J. M. S. Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública. **Juiz de Fora, MG**, v. 13, 2010.
- Richardson, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- Rstudio Team. RStudio: **Integrated Development for R**. Boston, MA: RStudio. 2016. Disponível em <<http://www.rstudio.com/>>.

Saccaro Junior, N.L. A conexão entre crise econômica e crise ambiental no Brasil. **Repositório do conhecimento do IPEA**. 2016.

Sachs, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2000.

Sachs, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável: ideias sustentáveis**. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Sanchez, I. C.; Lacombe, R. H. Statistical thermodynamics of polymer solutions. **Macromolecules**, v. 11, n. 6, p. 1145-1156, 1978.

Santos, L. C.R. **Diretrizes de Gestão Interorganizacional da Cadeia Produtiva Alinhadas ao Produto Orientado à Sustentabilidade**. 2020. 275 f. Tese (doutorado em engenharia de produção e sistemas) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020

Sampaio, C. A. C.; Santos, L.C.R. Ecosocioeconomia empresarial: conciliando cadeia produtiva sustentável e arranjo socioprodutivo territorial. In: **Anais do X Encontro Nacional da Anppas**. Anais. Campinas(SP) Unicamp, 2021. Disponível em:<<https://www.even3.com.br/anais/x_enanppas2021/393251-ecossocioeconomia-empresarial--conciliando-cadeia-produtiva-sustentavel-e-arranjo-socioprodutivo-territorial/>>. Acesso em 23 jun. 2023.

Savitz, A. **The triple bottom line: how today's best-run companies are achieving economic, social and environmental success-and how you can too**. John Wiley & Sons, 2013.

SCHOENMAKER, D.; SCHRAMADE, W. Investing for long-term value creation. **Journal of Sustainable Finance & Investment**, v. 9, n. 4, p. 356-377, 2019.

Sen, A. Desenvolvimento sustentável e nossas responsabilidades. **Notizie di Politeia** , v. 98, pág. 129-137, 2010.

Smith, P. B.; Max-Neef, M. **Economics unmasked: from power and greed to compassion and the common good**. Cambridge: UIT Cambridge, 2011

Soares, S. V.; Picolli, I. R. A.; Casagrande, J.L. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018.

Spaiser, V.; Ranganathan, S.; Swain, R.B.; Sumpter, D.J.T. The sustainable development oxymoron: quantifying and modelling the incompatibility of sustainable development goals. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 24, n. 6, p. 457–470, 23 set. 2016.

Tayra, F. O conceito do desenvolvimento sustentável. **Campina Grande–PB, Revista de economia e desenvolvimento sustentável**, 2007.

Tundisi, J. G.; Shaskraba, M. Theoretical reservoir ecology and its applications. São Carlos: Brazilian **Academy of Sciences International Institut of Ecology and Backhuuis Publishers**, p. 585, 1999.

Turner, R. K. **Sustainable Environmental Economics and Management**. Principles and Practice. Belhaven Press, London, 1993.

Vanclay, F.; Hanna, P. **Conceptualizing Company Response to Community Protest: Principles to Achieve a Social License to Operate**, Land, MDPI, vol. 8(6), p. 1-31, Jun 2019.

Van Eck, N. J.; Waltman, L. **VOSviewer Manual**. CWTS Meaningful metrics, Universiteit Leiden. 2018.

Velani, C. L.; Ribeiro, M.S. Sistema contábil para gestão da ecoeficiência empresarial. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 49, p. 25-43, 2009.

Vieira, I.C. G.. Abordagens e desafios no uso de indicadores de sustentabilidade no contexto amazônico. **Cienc. Cult.** São Paulo , v. 71, n. 1, p. 46-50, Jan. 2019.
<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Jun 2023.

Walsh, C. Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. **Signo y pensamiento**, v. 24, n. 46, p. 39-50, 2005.

Wced, Special Working Session. World commission on environment and development. **Our common future**, v. 17, n. 1, p. 1-91, 1987.

Yoon, B.; Lee, J. H.; Byun, R. Does ESG performance enhance firm value? Evidence from Korea. **Sustainability**, v. 10, n. 10, p. 3635, 2018.

ARTIGO II

COOPAVAM: Práticas de sustentabilidade no contexto do Bem Viver

RESUMO

Este artigo se propôs a identificar o Bem Viver e suas aproximações com o desenvolvimento sustentável e a perspectiva cooperativista da Coopavam. Metodologicamente é caracterizado como estudo de caso de cunho qualitativo e pesquisa bibliográfica. Para coleta de dados junto aos atores da cooperativa, foi utilizado a Matriz de Indicadores de Bem Viver. Na análise de dados utilizou-se o software Iramuteq e análise do discurso de Foucault para identificar indicadores de Bem Viver e triangulação de dados para levantar aspectos de sustentabilidade a partir dos próprios indicadores de Bem Viver, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os princípios cooperativistas. Os resultados apontam que a Coopavam se destaca nos princípios de Bem Viver por meio dos indicadores de relações de gênero (destaque ao protagonismo feminino) e participação social, além de vivências baseadas na sustentabilidade alinhado aos ODS e princípios cooperativistas, que neste caso ultrapassam a lógica social, rumo ao respeito à vida em harmonia com a natureza e ao modo de vida das comunidades tradicionais. Conclui-se que a cooperativa analisada abrange diversos aspectos de sustentabilidade da corrente pós-desenvolvimentista, desprendendo-se da lógica produtivista e reforçando hábitos de relacionamento com natureza e da economia solidária. Isso foi possível por meio da integração do setor político estadual e municipal, juntamente com instituições privadas apoiadoras do manejo sustentável.

Palavras-chave: bem viver; sustentabilidade; cooperativa; desenvolvimento; comunidade; ODS.

ABSTRACT

The purpose of this article aims to identify Good Living and its approaches to sustainable development and the cooperative perspective. Methodologically, it is characterized as a qualitative case study and bibliographical research. To collect data, the Good Living Indicator Matrix was used. In data analysis, the Iramuteq software and Foucault's discourse analysis were used to analyze Good Living indicators and triangulation of data to raise aspects of sustainability based on the Good Living indicators themselves, the Sustainable Development Goals (SDGs) and the cooperative principles and values. The results indicate that Coopavam stands out in the principles of Good Living through indicators of gender relations (highlighting female protagonism) and social participation, in addition to experiences based on sustainability aligned with the SDGs and cooperative values and principles, which in this case go beyond social logic, towards respect for life in harmony with nature and the way of life of traditional communities. It is concluded that the cooperative analyzed covers several sustainability aspects of the post-developmental trend, detaching itself from the productivist logic and reinforcing habits of relationship with nature and the solidarity economy. This was possible through the integration of the state and municipal political sector, together with private institutions that support sustainable management.

Keywords: good living; sustainability; cooperative; development; community; SDG.

1 INTRODUÇÃO

Diante do paradigma atual de desenvolvimento econômico que culminam ações antrópicas como as crises sociais, econômicas, ambientais e sanitárias, organizações cooperativas como a Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam), localizada em Juruena, na região amazônica do Estado de Mato Grosso, vivencia um estilo de vida baseado na harmonia com a natureza, justiça social e valorização cultural em vis. Este estudo situa-se no contexto da corrente pós-desenvolvimentista, apresentando-se como uma alternativa para superar os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais frente a complexidade social, ambiental, econômica e cultural.

O Bem Viver enfatiza uma abordagem holística e interdependente do bem-estar humano, integrando aspectos sociais, ambientais, culturais e espirituais (Sachs, 2011; Alcântara; Sampaio, 2019, 2020). Essa perspectiva propõe uma crítica ao paradigma de desenvolvimento ocidental, baseado no crescimento econômico ilimitado e na exploração da natureza enquanto recurso, defendendo, em contrapartida, uma abordagem equilibrada e centrada no bem-estar humano e ambiental (Sachs, 2010).

Além disso, valoriza as práticas e conhecimentos tradicionais das comunidades locais, reconhecendo sua cultura e saberes; ao mesmo tempo em que promove a participação comunitária e sua autonomia (Grimm; Alcântara; Sampaio, 2018). Por outro lado, o cooperativismo surge como uma ferramenta essencial para a concretização dos princípios do Bem Viver.

A Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam) exemplifica essa abordagem, buscando não apenas a sustentabilidade econômica de seus membros, mas também a preservação ambiental e valorização das tradições culturais locais. Ao operar no contexto pós-desenvolvimentista, a Coopavam promove um modelo de desenvolvimento que se contrapõe à exploração indiscriminada dos recursos naturais e ao crescimento econômico desenfreado.

Dessa forma, a cooperativa contribui para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, onde o desenvolvimento é redefinido a partir das necessidades e valores das comunidades tradicionais. Neste contexto, este estudo tem como objetivo identificar o Bem Viver e suas aproximações com o desenvolvimento sustentável e a perspectiva cooperativista. Metodologicamente se trata de um estudo de caso, no qual realizou-se uma pesquisa quali-quantitativa por meio de entrevistas. Para a análise dos

dados utilizou-se o *software* Iramuteq, ancorado no *software* R, análise do discurso de Foucault e finalmente a triangulação de dados.

Este estudo está dividido em quatro partes, além desta introdução: o referencial teórico, que aborda o Bem Viver e a cooperativa como potencial de sustentabilidade; procedimentos metodológicos, juntamente com a caracterização do ambiente do estudo de caso; resultados e discussão; e, por fim, as considerações finais e as referências.

2 SUSTENTABILIDADE E CORRENTE PÓS-DESENVOLVIMENTISTA

O desenvolvimento está intrinsecamente vinculado ao conceito de crescimento econômico. As primeiras críticas a este conceito ocidental surgiram na década de 1980, especialmente nos trabalhos de Escobar, Sachs, Latouche, Rist, Gorz, Rahmena, influenciados por Ilich (Solón, 2019).

Na década de 1970, surgiu o termo ecodesenvolvimento, cuja perspectiva aborda um modelo ecocêntrico, contrapondo-se ao desenvolvimento baseado no consumo. Nesse contexto, Sachs (2000) apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável, que pode ajustar-se à economia, incluindo justiça social e em harmonia com a natureza. Desde então, diversas organizações, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o *World Wildlife Fund (WWF)* e o *Greenpeace*, passaram a discutir o conceito de sustentabilidade (Mebratu, 1998).

Neste contexto, o desenvolvimento sustentável, promovido pela Comissão de Brundtland no relatório “Nosso Futuro Comum” (1987), apresenta uma perspectiva antropocêntrico, abordando a preservação ambiental com o objetivo de garantir a sobrevivência da espécie humana. Entretanto, pautas sobre sustentabilidade estão em constante evolução (Zorzo *et al.*, 2022), e existem diversas definições e caminhos possíveis para desenvolver sustentavelmente (Naredo, 2006).

A temática do desenvolvimento sustentável ganhou com a difusão do conceito e as exigências da ONU direcionadas às grandes empresas. Embora houvesse resistências em integrar o desenvolvimento sustentável, as organizações que abordassem tal conceito passaram a apresentar maior desempenho no mercado (Jijelava; Vanclay, 2018). Os debates sobre sustentabilidade tornaram-se recorrentes, impulsionados pela ONU, especialmente através da COP (Conferência das Partes), que anualmente reúne diversos líderes e representações mundiais (ONU, 2018).

Em meio às conferências, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, no início dos anos 2000, oito medidas conhecidas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a serem cumpridas até 2015, sancionado pela Cúpula das Nações Unidas, formada até então por 189 países (ONU, 2018).

Posteriormente, a COP-12 estabeleceu a resolução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma agenda contendo 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até o ano de 2030, como evidencia a figura 2 (ONU, 2019). Para atender às demandas específicas do Brasil, questões incluídas no chamado Sul Global, representado sobretudo pela África, América Latina, Estados Árabes e países lusófonos, adota a iniciativa disposta pelas universidades brasileiras, intitulada Selo ODS Educação⁵. Essa iniciativa propõe a inclusão de mais três ODS, a saber: ODS 18 Igualdade Racial; ODS 19 Arte, Cultura e Comunicação; e ODS 20 Direitos de Povos Originários e Comunidades Tradicionais.

Apesar da evolução e crescente interesse sobre desenvolvimento sustentável, é importante ressaltar que diversas abordagens têm origem no capitalismo e apresentam fragilidades. O desenvolvimento sustentável ainda é influenciado pelos interesses financeiros (Latouche, 2010), o que o leva a adotar uma visão ocidental antropocêntrica e consumista, negligenciando e obscurecendo as riquezas culturais e diversidade presentes no mundo (Sachs, 2000).

Contrapondo a concepção desenvolvimentista e produtivista, nos países andinos, surgem correntes pós-desenvolvimentistas, como o Bem Viver, que se opõe ao modelo de desenvolvimento baseado na economia, no consumo, no patriarcado e no colonialismo (Alcântara; Sampaio, 2018; 2019; 2020).

A corrente do pós-desenvolvimento traz à tona a crítica ao modelo de desenvolvimento tradicional, baseado no crescimento econômico e modernização homogênea (Escobar, 2010; Sachs, 1990). Uma das críticas difundidas por Sachs (2010a) é o desenvolvimento linear e global, no qual o Sul Global se torna apenas um mero executor de um modelo idealizado e inalcançável, desrespeitando as próprias culturas e povos.

⁵ Se tratando de desenvolvimento sustentável, existem grandes chances de tal proposta não contemplar todos os povos, o sul global. Não é levando em consideração suas particularidades culturais, modo de viver e a relação com a natureza, os chamados processos de homogeneização. Para atender esses povos, foi elaborado o Selo ODS Educação, atendendo e respeitando as particularidades dessas comunidades e do sul global, em especial os latino-americanos.

O pós-desenvolvimento não apenas se opõe às propostas convencionais de desenvolvimento, mas também evidencia propostas omissas, marginalizando outras formas de existência e enaltecer interesses do Norte Global (Sodré; Hespanhol, 2022). Portanto, é imperativo buscar alternativas que possibilitem um desenvolvimento capaz de valorizar a diversidade cultural, respeitando modos de vida e promovendo a harmonia com a natureza (Sachs, 1992).

Neste contexto, o Bem Viver surge como alternativa ao desenvolvimento que respeita as diversas formas de viver (Alcântara; Sampaio, 2017). Trata-se de uma abordagem que busca o desenvolvimento sustentável, entretanto sua gestão é baseada na ética e sustentada por valores como solidariedade, sustentabilidade, reciprocidade, complementaridade, responsabilidade, integralidade, suficiência, diversidade cultural, identidade, equidade e democracia (Acosta, 2016).

2.1 O Bem Viver: gênese do conceito

O Bem Viver evidencia críticas ao modelo contemporâneo de desenvolvimento ocidental (Gudynas, 2012; Alcântara; Sampaio, 2017, 2020), representando uma alternativa ao desenvolvimento (Alcântara, 2020; Alcântara; Sampaio, 2017) emergente das crises civilizatórias e ambientais, fundamentada na filosofia de vida andina. Esta propõe uma forma de vida pautada na igualdade, relacionamento com a natureza e comunidade.

Acosta (2016) traz o termo *nhandereko*, do Guaraní, como “nossa forma de vida”, destacando-o como uma forma de resistência dos povos originários da região amazônica frente ao processo de colonização. Além disso, o conceito é expresso como *sumak kawsay* em quíchua (língua de alguns povos indígenas na América do Sul como Bolívia, Argentina, Chile e Brasil), como *Suma Qamaña* em aymara (idioma dos povos tradicionais na Colômbia, Equador, Bolívia e parte do Brasil) e como *teko porã*, um “belo caminho” para construir uma vida coletiva (Alcântara; Sampaio, 2017).

A proposta do BV revela a essência de uma filosofia de vida que desafia a lógica da terra-recurso (Kantner, 2023), contrapondo-se à visão reducionista dos valores do meio natural imposta pelo sistema hegemônico, colonialista e consumista, que busca o desenvolvimento baseado no acúmulo de bens materiais e financeiros (Krenak, 2020).

Segatto (2014) questiona o modelo ocidente-industrial de desenvolvimento, evidenciando que os países economicamente favorecidos perpetuem a desigualdade social. Nesse sentido, é importa frisar que o Bem Viver se apresenta como uma

oportunidade de construir um novo modo de vida em coletividade, buscando a equidade e justiça social, para além dos aspectos sociopolítico, reconhecendo que somos partes e iguais em relação ao meio natural (Alcântara *et al.*, 2017).

Para Alcântara *et al.*, 2017, “[...] o Bem Viver propõe um arcabouço mais rico em conteúdo e visão, e certamente mais complexo a busca de modelos de desenvolvimento que sejam ambientalmente mais sustentáveis e mais inclusivos do ponto de vista social, econômico e cultural” (p.69).

O Bem Viver valoriza outras maneiras de viver, resgatando modos de vida em harmonia com a natureza. Entretanto, é necessário que haja uma transformação das relações culturais e étnicas de poder (Alcântara; Sampaio, 2017). O entendimento das comunidades tradicionais sobre o relacionamento com a natureza se aprofunda quando se compreende que cada indivíduo faz parte desse meio natural, superando uma visão de natureza-recurso, como aponta Gudynas (2009). Portanto, o Bem Viver se faz necessário por trazer fundamentos de uma filosofia de vida embasada na cosmovisão andina, que por sua própria existência assume um modelo de vida sustentável (Acosta, 2010).

Partindo da origem da cosmovisão andina, fortemente associado às tradições e modo de vida dos povos tradicionais, os elementos que podem determinar indicadores de Bem Viver assumem um caráter que envolve a subjetividade, como os elementos que compõe a felicidade (Maggino, 2009; Alcântara; Sampaio, 2020) e a espiritualidade (Hidalgo-Capitán, 2012; Siqueira, 2017).

Nesse sentido, engloba aspectos múltiplos, como as dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais que são sustentadas no bem-estar, qualidade de vida e sustentabilidade (Alcântara; Sampaio, 2019). Assim como no Bem Viver é essencial a vida em conjunto, o cooperativismo se opõe ao individualismo, sendo uma instituição formada pela coletividade, depende de cada um dos indivíduos (Webering, 2020). Tanto as cooperativas rurais emergiram principalmente das experiências coletivas do campo quanto as cooperativas urbanas surgiram com o movimento operário em busca de melhores condições de vida coletivamente (Fauquet, 1980; Webering, 2020).

2.1 A instituição cooperativa no contexto socioambiental e sustentável

Diante de muitas diferenças sociais, Sales (2010) afirma que, tradicionalmente, a prática do cooperativismo representa uma ligação entre os extremos da lógica social e de mercado, reestabelecendo a cidadania e a dignidade de uma comunidade desfavorecida. Trata-se de uma associação de pessoas que desenvolvem atividades econômicas em

conjunto, alcançando objetos coletivamente que, em um contexto individual, seriam inatingíveis (Frantz, 2002).

Entretanto, assim como as empresas desprovidas de caráter social, as cooperativas enfrentam mudanças não apenas pelo mercado, mas também por um conjunto de fatores sociais, geográficos e políticos que moldam suas ações e interações, como apontam Lima *et al.*, (2020). Dessa forma, a interação das cooperativas com outros fatores que interferem naturalmente em sua finalidade inicial, baseada em pessoas, pode ser compreendida como uma adaptação às demandas do contexto local (Lima *et al.*, 2020).

Para compreender este processo, é necessário definir brevemente as cooperativas. MacPherson (1996) as define como associações autônomas de pessoas voluntariamente unidas para satisfazer as suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de empresas de propriedade comum e controlada democraticamente. de uma empresa comum, “[...] as cooperativas oferecem harmonia de grupo na resolução de problemas, participação democrática, igualdade social” (Shaffer, 1999, p. 97, tradução do autor).

A legitimação social e de investimentos também se aplica às cooperativas. Instituições que promovem práticas éticas, sociais e ambientais, apresentam maior legitimidade em comparação com aquelas que não o fazem (Ameer; Othman, 2011). A cooperativa se encontra no escopo da Economia Solidária, que para Dagnino (2012) se define como um movimento capaz de integrar aspectos sociais e econômicos. Para Roca (2001), constituem uma forma das comunidades periféricas e excluídas onde as pessoas se organizam para criarem suas próprias fontes de renda por um custo baixo, que paira sob os interesses coletivos e individuais em uma dinâmica de solidariedade e reciprocidade.

A *Western Economic Diversification Canada* (2005) afirma que instituições socioeconômicas, como as cooperativas, filantrópicas, organizações sem fins lucrativos e fundações podem ser direcionadas facilmente para um desenvolvimento mais sustentável. Embora alguns modelos de cooperativas, como as de agricultura familiar e de reciclagem, estejam mais próximos de um desenvolvimento inerente à sustentabilidade pela aplicação direta dos eixos ambientais e sociais, outras cooperativas podem assumir papéis além da economia social (Wanjare, 2017). O autor (Wanjare, 2017, p. 17) aborda as preocupações do papel das cooperativas quanto ao seu papel no contexto atual, como a criação do:

Comitê de Promoção e Avanço das Cooperativas (COPAC), para promover e coordenar a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável da empresa cooperativa através de diálogos políticos, cooperação técnica e informação, e

atividades colaborativas concretas. Os membros da COPAC incluem a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Aliança Cooperativa Internacional (ICA), a Federação Internacional de Produtores Agrícolas (IFAP), a Repartição Internacional do Trabalho (OIT), as Nações Unidas (ONU) e o Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito (WOCCU).

Sales (2010) diz que a cooperativismo surgiu para combater as desigualdades provocadas pela livre concorrência na era moderna, buscando impugnar a exploração de mão-de-obra. Ele destaca que a cooperação visa incluir socialmente grupos desfavorecidos, fortalecendo-os e oferecendo a oportunidade de competir no mercado. No mesmo contexto, Sales (2010) reforça que no cooperativismo há uma grande ênfase na união entre pessoas, e que a disseminação da ideia coletiva do cooperativismo seria ideal para corrigir falhas sociais e desigualdades econômicas.

Ao associar-se a uma cooperativa, para um bom funcionamento, é necessário que seus membros coloquem em prática suas diretrizes, orientadas pelo interesse comunitário. Essas diretrizes incluem: a) livre adesão e livre saída de seus associados; b) democracia nos direitos e deveres dos associados; c) compras e vendas à vista na cooperativa; d) juros limitados ao capital investido; e) retorno proporcional; f) operação com terceiros; g) formação intelectual dos associados; e por fim; h) devolução desinteressada dos ativos líquidos (Meinen; Port, 2014). É importante ressaltar que as cooperativas em geral proporcionam resultados diretos aos seus associados (Murphy *et al.*, 2020) no entanto, recentemente, têm tendido a migrar de um modelo tradicional e incorporar aspectos ambientais e sociopolíticos (Soares; Melo Sobrinho, 2008).

Complementar à observação anterior, Lima (2004) resalta a linha tênue que as associações cooperativistas devem percorrer para manter seus princípios, muitas vezes atuando como empresa de associação capitalista. Isso se deve aos riscos das exigências do mercado, que impõem falsos princípios baseados no crescimento econômico e na produtividade (Marx, 1977), passando de um contexto em que a cooperação supria as mazelas sociais para uma condição que prejudicasse os próprios associados e os demais atores locais (Bastone, 1983). Assim, existe um esforço para preservar as características cooperativistas e um empenho ainda maior para superar as barreiras de uma cooperativa tradicional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente a pesquisa se caracteriza como qualitativa, bibliográfica e descritiva. Na construção do texto teórico, realizada entre janeiro e abril de 2024, foram

utilizados artigos científicos encontrados na análise bibliométrica do artigo I desta dissertação, entretanto, não houve limitação para utilizar outras fontes tais como livros e as bases de dados *online* do *Google Acadêmico - Scholar Google, Scopus, Web of Science e Scielo - Scientific Eletronic Library Online*.

Além disso, esta pesquisa obteve o consentimento de oito entrevistados e da diretora da cooperativa, e contou com a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso (CEP/UNEMAT), registrado pelo protocolo CAAE 66519322.0.0000.5166, de abril de 2023. Na sede da Coopavam, foram identificadas duas hierarquias: os cooperados da produção e os cooperados da parte administrativa, portanto, a identificação dos sujeitos foi de acordo com sua função, de forma anônima.

O contato com a cooperativa em questão iniciou-se no mês de setembro de 2022, inicialmente com a diretora, sendo que a pesquisa foi efetivada entre 07 à 12 de novembro de 2023. A pesquisa foi realizada com oito cooperados do assentamento, sendo duas pessoas da parte administrativa e seis cooperadas da fábrica dos produtos derivados da castanha-do-Pará.

Para as entrevistas, foi utilizado um questionário semiestruturado, baseado na Matriz de Indicadores do Bem Viver (quadro 1), composta por três dimensões: Pessoal (harmonia consigo mesmo); Social (harmonia com a comunidade integral); e Integral (harmonia com a natureza) e 17 dimensões específicas e seus atributos: habitação, trabalho, tomada de decisão, religião e crenças, tempo livre e cultura, recursos materiais, emoções, educação, tecnologias de informação e comunicação, fatores produtivos, participação, família, segurança, relações de gênero e jovens, saúde, meio ambiente e pertencimento (Alcântara; Sampaio, 2019; 2020).

Quadro 1 - Matriz de Indicadores do Bem Viver

Supra Dimensões	Dimensões Específicas	Indicadores/Atributos	Conceitos
	Habitação	Condições de Moradia Acesso à água segura: potável, nascentes ou poços artesanais Rede de esgoto Superlotação (nº de pessoas por m2) Acesso a saneamento básico Espaço para dormir Segurança alimentar Alimentação diária consumida	Satisfação com a moradia e as condições de infraestrutura, como acesso a água potável, energia elétrica e alimentação (segurança alimentar)

Pessoal (harmonia consigo mesmo)		Acesso à eletricidade	
	Trabalho	Trabalho/ocupação Acesso a segurança social Situação financeira Renda mensal recebida pela família Horas diárias dedicadas ao trabalho	Satisfação com o trabalho/ocupação exercida; acesso a segurança social; satisfação financeira
	Tomada de Decisão	Autonomia nas decisões pessoais Tomada de decisão em família	Grau de satisfação com a tomada de decisão pessoal
	Religião e Crenças	Crenças espirituais, religiosas ou filosóficas Participação em instituições religiosas	Grau de satisfação com sua crença <i>espiritual</i>
	Tempo Livre e Cultura	Uso do tempo livre Espaços para a recreação e cultura Jogos e atividades ao ar livre	Satisfação com o tempo livre, jogos e atividades comunitárias
	Recursos Materiais	Ajuda econômica (financiamento) Venda da produção (ganhos efetivos/mensal)	Satisfação financeira, renda mensal recebida, Financiamentos e ajuda de custo
	Emoções	Felicidade Disposição Motivação	Satisfação pessoal, com os outros e com o meio ambiente
Social (harmonia com a comunidade integral)	Educação	Nível de educação cursada Aprendizado adquirido Distância da escola Infraestrutura da escola Capacitação dos professores Acesso ao ensino fundamental Acesso ao ensino médio Acesso ao ensino superior Continuidade dos estudos Troca de saberes e aprendizados tradicionais entre a comunidade	Elementos de formação, acesso à uma educação de qualidade, infraestrutura da escola, formação de professores
	Tecnologias de Informação e Comunicação	Disponibilidade de Internet Disponibilidade de telefone convencional Disponibilidade de celular	Acesso à informação e comunicação
	Fatores Produtivos	Comercialização dos produtos agrícolas/pecuários/artesanatos/outras Acesso a sistemas de irrigação Capacitação recebida para exercer atividade econômica que realiza Diversidade de culturas Acesso a sementes	Satisfação com fatores produtivos, como diversidade de culturas e comercialização

	Participação Social	Participação em Organizações Sociais (Associações e Cooperativas) Poder de decisão Participação em reuniões comunitárias Sistema de governança	Participação social; Poder de decisão e escolhas, APLs (Arranjo Produtivos Locais)
	Família	Satisfação com sua situação familiar Permanência dos jovens na comunidade	Satisfação com a segurança individual e familiar na comunidade
	Segurança	Segurança familiar Frequência de assaltos na comunidade Policimento na comunidade Justiça com as próprias mãos	Satisfação com a segurança individual e familiar na comunidade
	Relações de Gênero e Jovens	Participação da mulher e do jovem nas atividades produtivas Trabalho/renda das mulheres Empoderamento das mulheres Acesso à crédito pelas mulheres Poder de decisão das mulheres Taxa de mulheres matriculadas no ensino (combinando educação primária, secundária e superior) Conciliação do aleitamento materno com o trabalho	Participação da mulher nas atividades produtivas, trabalho e renda, participação nas decisões
	Saúde	Serviços de saúde (Postos de saúde/hospital) Tratamento Médico e enfermagem Condições de acesso e tratamento profissional Uso de plantas medicinais Satisfação com a saúde das pessoas Distância dos centros de saúde	Variáveis como distância do Posto de saúde ou hospital, infraestrutura de saúde, qualidade dos profissionais da saúde
Integral (harmonia com a natureza)	Meio Ambiente	Uso de queimadas Qualidade do ar respirado Meio ambiente, entorno natural Uso de agrotóxicos e pesticidas Nascentes de água Preservação de mata nativa Emissão per capita de CO2 Práticas ecológicas com resíduos (reciclagem, compostagem, artesanato etc.)	Satisfação com o meio ambiente; Práticas ambientais; uso de agrotóxicos; preservação ambiental
	Pertencimento	Identidade com o lugar Autoestima Sentimento de Compromisso Tranquilidade	Satisfação consigo mesmo, com os outros e como ambiente

Fonte: Alcântara e Sampaio (2019; 2020)

Os registros das entrevistas foram efetuados a partir de um caderno de campo e gravador de áudio. O caderno serviu como instrumento de anotações e observações do ambiente; enquanto o gravador serviu como instrumento para gravar os áudios dos

entrevistados, que posteriormente, foram transcritas manualmente para o *software* Word e organizadas pela mesma ordem que ocorreram as entrevistas. Após a transcrição, as falas foram organizadas em dimensões específicas da Matriz de Indicadores de Bem Viver apresentadas no Quadro 1. Para fins de organização, os resultados foram divididos em duas partes: uma para abordar as dimensões específicas do Bem Viver da Coopavam e a segunda parte para discutir os conceitos de sustentabilidade dessa cooperativa.

Para realizar a primeira parte, foi utilizado o *software* IRaMuTeQ com interface visual ancorado ao *software* RSutdio, permitindo uma interpretação textual a partir da identificação do contexto em questão (Camargo; Justo, 2013). Para a análise das entrevistas, utilizou-se a análise do discurso de Foucault (1997).

Na segunda parte, foi utilizada a técnica de triangulação de dados, partindo das entrevistas concedidas pelos entrevistados baseado na Matriz de Indicadores do Bem Viver, dados secundários e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030). A triangulação de dados é orientada como forma de integrar diferentes perspectivas no fenômeno em estudo (Kelle, 2001; Kelle; Erzberger, 2005), além disso, este método possui um maior rigor científico e confiabilidade dos resultados obtidos, pelo fato de a análise não se restringir a apenas uma fonte de dados ou a apenas um método de pesquisa (Santos *et al.*, 2020).

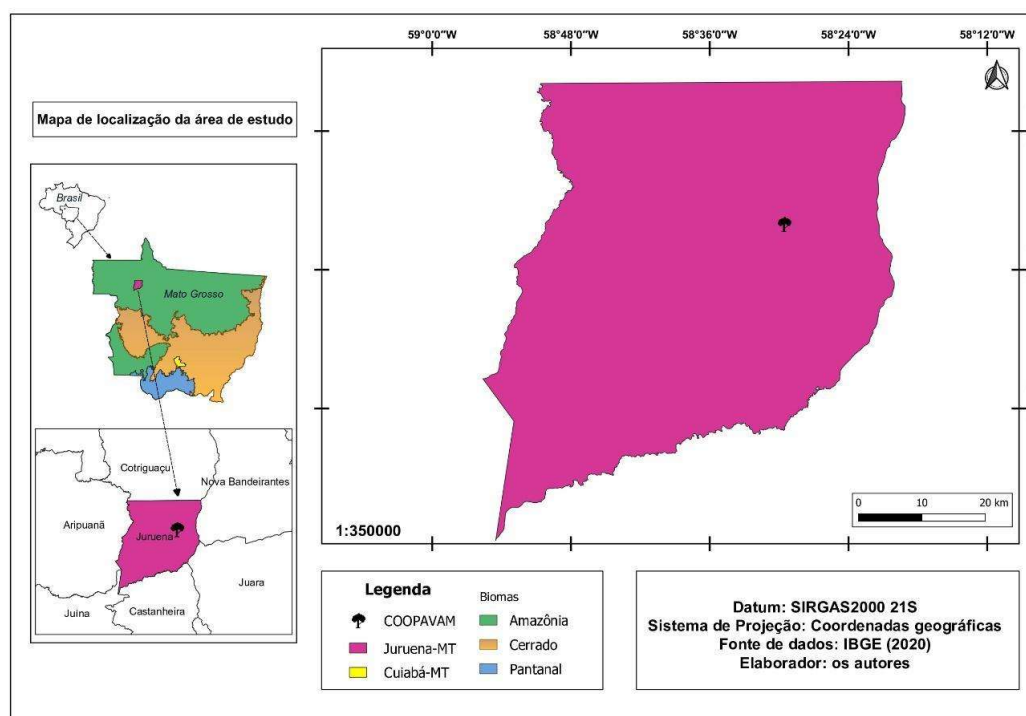
3.1 Caracterização da área de estudo

O estudo foi realizado na Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam), localizada na região amazônica do Estado de Mato Grosso, em Juruena, há 900 km da capital, Cuiabá (ver Figura 1). A cooperativa envolve o trabalho de comunidades indígenas dos municípios de Juína, Castanheira, Cotriguaçu, Colniza, Aripuanã, Juara e Brasnorte, como coletores de castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), e as famílias do assentamento como fabricantes dos produtos oriundos das coletas (Coopavam, 2023). A Coopavam foi fundada em 01 de maio de 2008, a partir do interesse de um grupo de agricultores familiares do Assentamento Vale do Amanhecer, Juruena-MT, em trabalhar com produtos florestais não-madeireiros.

O assentamento onde a cooperativa está situada possui uma Reserva Legal Comunitária bem conservada, com Licença Ambiental Única aprovada na Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT), cobrindo uma área de 7.200 hectares de floresta amazônica com alto potencial para o extrativismo da castanha do Brasil. Atualmente, a COOPAVAM conta com 67 sócios registrados, sendo que uma parte deles trabalha dentro

da unidade industrial (sede) e outro grupo trabalha na Reserva Legal do PA Vale do Amanhecer, durante o período da coleta de castanha-do-Pará (Coopavam, 2023).

Figura 1: Mapa de localização do município de Juruena/Mato Grosso/COOPAVAM



Fonte: Elaborado pelo autor no Software Quantum-QGIS versão 3.24.

A cooperativa de agricultores demonstra um compromisso com suas responsabilidades socioambientais, destacando-se como um dos vencedores da quarta edição do prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM BRASIL⁶ com a prática intitulada “Amazônia Viva: Plantando e Colhendo Frutos para um Mundo Melhor”. Sua criação foi impulsionada pelo objetivo de fortalecimento social após a fundação do Assentamento Vale do Amanhecer (AVA):

O projeto do AVA terminou em 2008 e logo foi reconhecida a necessidade de buscar alternativas para fortalecer os aspectos econômicos e sociais da força de trabalho. Isso levou ao estabelecimento da Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam), que representa ‘um marco para o AVA se tornar um modelo de referência de produtividade sustentável’ (Lima, 2020, p. 690).

A Coopavam conduz suas atividades alinhadas com os princípios da Economia Solidária, englobando em englobando cerca de 400 famílias participantes, que, desde a

⁶ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram criados em 2000 para ser completado até 2015, com 8 metas específicas direcionada aos países em desenvolvimento. A Agenda 2030 (ODS) foi estabelecida em 2014 a fim de ser cumprida no período entre 2015 a 2030 como forma de completar o trabalho iniciado pelos ODM, ampliando o escopo de metas para 17, abordando questões de sustentabilidade global com as emergências de cada nação de forma inclusiva e sustentável.

formação da cooperativa, deixaram de vender castanhas para os intermediários. Além disso, recentemente, obteve a certificação do selo *Fair Trade*, que atesta práticas comerciais justas e sustentáveis (Coopavam, 2023).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para organizar os indicadores de desenvolvimento identificados neste artigo, esta etapa foi organizada em duas partes, sendo a primeira evidenciando as dimensões do Bem Viver (pessoal, social e harmonia com a natureza) que foram reconhecidas na Coopavam. Ademais, a segunda etapa evidencia os princípios cooperativistas e os ODS, que posteriormente foi realizado a triangulação destes dados.

4.1 Dimensão pessoal (harmonia consigo mesmo)

Com base na dimensão pessoal, foi elaborada uma tabela de frequência de palavras através das estatísticas do *software* Iramuteq (Tabela 1). A tabela indica as 15 palavras mais citadas na dimensão pessoal apresentando quais indicadores se encaixam nos temas abordados.

Um dos pontos mais fortes e positivos na supra dimensão pessoal são as condições de moradia, no qual os cooperados indicam satisfação, com acesso à água potável, energia elétrica e segurança alimentar. Seguindo na dimensão específica “trabalho” da matriz de indicadores aparece na lista de palavras, indicando satisfação nas funções desempenhadas, como foi abordado pela entrevistada 6: “[...] aqui, para a gente, ele é bem acolhedor, sabe? Aqui na Coopavam a gente entra e eles treinam a gente. Na verdade, sempre aparece um pessoal pra dá um treinamento ou outro [...]”.

Tabela 1: Frequência das palavras na supra dimensão pessoal

Palavras mais citadas	Frequência	Indicador de BV
Casa	13	Condições da moradia
Marido	10	Tomada de decisão em família
Morar	10	Felicidade
Ficar	9	Motivação
Assentamento	8	Motivação
Cidade	8	Ajuda econômica
Trabalhar	8	Situação financeira / Renda mensal recebida pela família
Cooperativa	7	Trabalho/ocupação
Igreja	7	Participação em instituições religiosas

Água	7	Acesso à água segura: potável, nascentes ou poços artesianos.
Filho	6	Tomada de decisão em família
Rio	6	Uso do tempo livre/ Espaços para a recreação e cultura
Sítio	6	Ajuda econômica/ Motivação
Católico	5	Crenças espirituais, religiosas ou filosóficas

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do software Iramuteq

Complementar a fala anterior sobre o trabalho, a palavra “cooperativa” que aparece na tabela 1 citada pelo cooperado é abordada como um fator de satisfação com o trabalho e as possibilidades que estar associado à Coopavam oferece, como trabalhar seis horas por dia e o bom ambiente de trabalho, influenciando no seu bem-estar e Bem Viver.

[...] trabalhamos seis horas, né?! Eu entro as seis da manhã e fico até meio dia, na verdade todas as meninas daqui tem esse horário. Só se precisar ficar mais, eles (pessoal do administrativo) conversam com a gente e ficamos algumas horas a mais e ganhamos mais também. Tudo é conversado [...] entrevistada 8 (2023).

A dimensão específica “tomada de decisão” também é fortemente abordada quando aparece a palavra “marido” e “filho”. Nesse contexto, é importante apontar que foram seis mulheres entrevistadas, tal gênero se torna maioria dentro da fábrica da Coopavam. As entrevistadas indicam que as tomadas de decisões dentro de casa são em família, como aponta a entrevistada 4: “[...] é meio conjunto. Porque tem o filho, que é casado. Mas ele ajuda a administrar, ajuda o pai em casa, né? E eu trabalho aqui pra mim e ajudando com as coisas em casa, né?”

Todos os entrevistados possuem religião de origem católica ou protestante. Apesar dos entrevistados indicarem satisfação com sua espiritualidade, a origem de suas religiões não adere aos princípios ligados à natureza. Isso é apontado na dimensão específica “religião e crença” dos indicadores de Bem viver nas palavras “igreja” e “católico” na tabela 1.

A natureza é um importante ambiente de recreação para os moradores do assentamento do Vale do Amanhecer. A palavra “rio” é abordada por seis dos oito entrevistados, isso porque o rio localizado no município (rio Juruena) e seus afluentes é uma das poucas alternativas de diversão no tempo livre. Nesse ínterim, é importante ressaltar o ponto negativo da dimensão específica “tempo livre e cultura”, no qual os cooperados enfrentam a limitação do opções de recreação, como aponta a entrevistada 5:

E de vez em quando, quando chega um parente, a gente vai lá levar eles pra conhecerem (o rio). E tinha muita festa aqui antigamente. Hoje em dia nem isso tem mais. Tinha prova de laço, todo ano. Todo ano a comunidade tem festa, assim, da igreja vindo. Mas tinha prova de laço,

acho que umas três, quatro vezes por ano, que hoje em dia não tem mais.

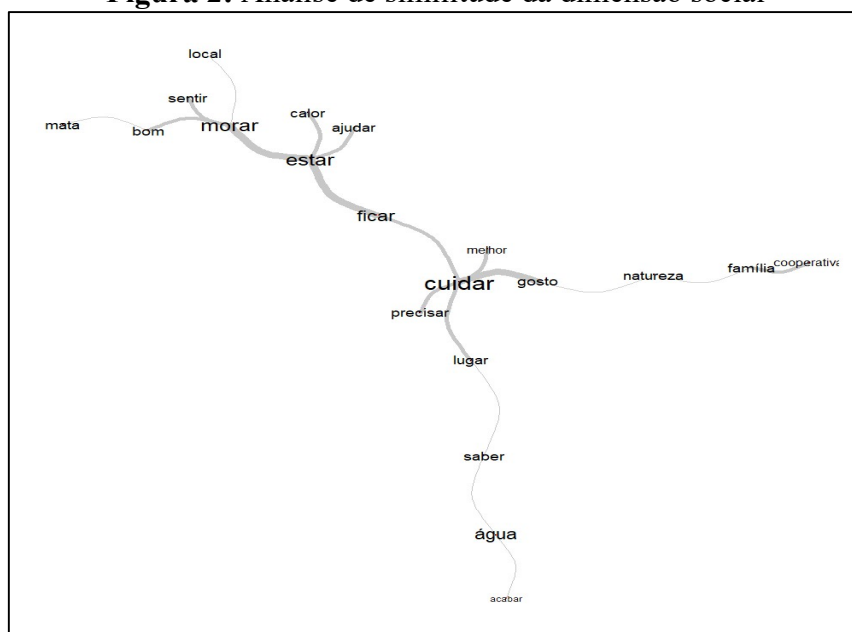
A dimensão específica de recursos materiais também se encontra presente na vida pessoal dos cooperados. A palavra “sítio” remete ao fato de o território dos assentados servir de sobrevivência dos mesmos, em suas criações animais e vegetais como fonte de alimento e como fonte de renda complementar dos cooperados ou dos seus cônjuges, como afirma a Entrevistada 5: [...] *a gente mexe com leite no sítio, meu marido que cria e vende. Eu trabalho aqui na cooperativa e dá pra fazer o que precisa, é o suficiente[...]*.

Na supra dimensão pessoal foi possível identificar indicadores de Bem Viver presentes na Coopavam. Em suma, a comunidade do Vale do Amanhecer vislumbra sua vida pessoal à fatores ligados a harmonia com a natureza e sua dependência para viver bem, seja no trabalho, em casa ou no lazer.

4.2 Dimensão social (harmonia com a comunidade)

Para a dimensão social foi elaborado uma análise de similitude de todas as respostas obtido a partir das entrevistas utilizando o *software* Iramuteq para posterior interpretação (Figura 2). Esta análise fornece as principais palavras mais citadas durante todas as entrevistas a partir de oito repetições e suas ramificações, indicando proximidade entre as palavras.

Figura 2: Análise de similitude da dimensão social



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do software Iramuteq

A dimensão social possui indicadores relacionados à harmonia com a comunidade geral, tanto como a família, participação na comunidade, educação, saúde, relação de gênero, participação dos jovens, segurança e fatores produtivos (Alcântara; Sampaio, 2020). Dentro desses indicadores de Bem Viver, a palavra “cuidar” que foi a mais citada também envolve um significado coletivo, cuidar do que é comum a todos do assentamento, como afirma a entrevistada 2 ao afirmar sobre sua vivência no assentamento [...] *aqui é o meu lugar; o meu cantinho, eu tenho que ajudar a preservar, cuidar do que é nosso*[...].

O termo água é exibido na supra dimensão pessoal como acesso da comunidade por meio de poços artesianos ou rio. Entretanto nesta supra dimensão as palavras “água”, “mata”, “calor” e “natureza” estão associadas ao temor da comunidade do Vale do Amanhecer relacionado às práticas de desmatamento praticado por causas desconhecidas por pessoas fora do assentamento, indicando a preocupação com floresta amazônica entorno da cooperativa, fonte de sobrevivência da Coopavam e das famílias, como aponta o entrevistado 1:

Hoje a gente tem bastante castanheira produzindo, mas eu vejo que se essa fronteira agrícola continuar avançando, chegar próximo dessas florestas, a gente não vai ter um bom rendimento com a questão da produção da floresta, comida para os animais, essas coisas. Eu acho que ainda vai chegar esse ponto de sofrer bastante. E a própria cooperativa sofre com isso, né?

Tal apontamento é direcionado aos fatores produtivos da dimensão específica dos indicadores, uma vez que afeta diretamente a produção da Coopavam com seus produtos totalmente dependentes da castanha-do-pará advindo da floresta amazônica presente do assentamento e em outros municípios do Estado de Mato Grosso que possui filiais e parceiros que fornece a matéria-prima. Além disso, por meio da entrevista e observação participante, foi possível identificar o papel da cooperativa Coopavam em trazer trabalho e comércio digno aos cooperados.

O trabalho digno é por meio da legitimação cooperativista que colabora para que a origem das castanhas recolhidas das comunidades tenha procedência garantida e fornece remuneração adequada aos coletores de castanha. Esse fator está relacionado a palavra “cooperativa” e é um dos motivos dos cooperados se sentirem satisfeitos em suas funções, como aborda a entrevistada 7:

Porque tem o fator da coleta, não pode sair coletando de qualquer lugar não. Porque é muito crítico, né?! Já pensou em comprar castanha que não é orgânico? Coletas diferentes que não é certificada? Então é bom que as pessoas conhecessem e procurassem mais a cooperativa. Aí ia ter mais

mercado, mas não adianta ter mercado e não ter produto de qualidade pra cê vender. Por isso ainda tem atravessadores, eles não querem saber se é certinho, eles só querem vender.

Cabe destacar que a Coopavam mantém uma parceria com a empresa Natura, onde a Coopavam é um dos fornecedores do óleo extraído da castanha-do-pará, cuja matéria-prima faz parte da Linha Ekos da Natura (Santos, 2020). A Natura possui diversos objetivos relacionado às práticas sustentáveis e certificações como o selo *B Corporation*, com práticas de carbono neutro, além de compromisso com as comunidades tradicionais da Floresta Amazônica nos aspectos sociais e com a natureza, como afirma Santos, (2020, p. 164):

[...] possui o programa Amazônia de relacionamento com comunidades da floresta e combate ao desmatamento e tem como diretriz de Recursos Humanos a diversidade, o empoderamento feminino e a inclusão de pessoas com deficiência. Seu modelo de negócio envolve práticas sustentáveis em manufatura, atacado e varejo e agricultura [...].

Isso está associado ao indicador de Bem Viver “fatores produtivos”, sendo a Natura uma empresa parceira da Coopavam em destaque ao atendimento da Recomendação Técnica da Norma ABNT 6023/2022 - *Environmental, Social and Governance* (ESG). Esta certificação atende práticas sociais, ambientais e de governança das organizações que visam a economia mais justa e igualitária, contemplando aspectos sociais (interno e externo) e ambientais por meio de uma governança orientada para uma competitividade justa e transparente (Irigaray; Stocker, 2022).

Outro destaque se dá as relações de gênero, como um ponto forte na supra dimensão “social” com destaque ao protagonismo das mulheres na cooperativa. A Coopavam atualmente é dirigida por uma mulher. Conforme a diretora,

[...] tanto que temos mulheres na presidência, mulheres na gestão, hoje, da cooperativa, dos direitos, estão à frente disso aí. [...]hoje é mulheres, que é uma dificuldade muito grande que as mulheres enfrentam fora, tanto na cidade quanto nesses assentamentos, na zona rural principalmente, que a questão de trabalho. É muito difícil. E hoje as mulheres do assentamento pode contar com a Coopavam [...]. (Entrevistado 1).

As palavras “morar” e “local” estão associadas ao fato dos cooperados se sentirem seguros no assentamento. A dimensão específica segurança contida na supra dimensão social é uma característica forte e positiva no local onde vivem. Essa dimensão específica foi abordada por todos os entrevistados como fator de escolha e satisfação com toda comunidade.

[...] olha, eu cheguei aqui, até hoje eu estou me adaptando com a segurança desse lugar. Você não vê, falei, eu já estou com 4 anos aqui no Vale, e eu posso falar de carteirinha, aqui você deixa uma moto com a chave na ignição, aqui

você deixa um capacete no guidão da moto, na cidade, aqui no sítio, então, meu Deus, nem se fala! (Entrevistada 2).

Uma das preocupações presentes no assentamento relacionado à palavra “família” presente na análise de similitude oriunda da dimensão específica família, é o êxodo dos jovens que estão na comunidade. Isso ocorre quando os jovens terminam o ensino médio e estão buscando ingressar em instituições de ensino superior.

Quase todos saem pra fora. Todos saem, né? É, alguns estão por aqui, mas não é... A maioria... A maioria vai pra outra cidade. Eles vão pra cidade grande, eles não querem ficar. Cuiabá, Tangará da Serra, fazer faculdade, né? Os que querem fazer faculdade, vai. Alguns vão e voltam. Tem pessoas que não [...] (Entrevistada 3).

O êxodo dos jovens é marcado na busca de uma melhor educação, pois o município de Juruena não possui universidade presencial, muito menos próximo ao assentamento, que possui apenas uma escola que fornece aulas até o nono ano. O mesmo fato ocorre com a saúde, por mais que o município possua Unidades Básicas de Saúde (UBS), em casos de saúde mais grave ou que necessite de equipamentos mais avançados, necessita se deslocar para outros municípios.

Aqui em Jurema que a gente consulta. Ali tem ultrassom, tem vários tipos de exames aqui na cidade. Quando é mais tipo de tomografia, já é Juína para lá. Mas aí o hospital já encaminha, né? Já fui pra Cuiabá e eu mesmos tô esperando pra fazer a cirurgia de hérnia. Já fui três vezes em Cuiabá para poder consultar. Só estou esperando o dia de me ligar e fazer a cirurgia. (Entrevistada 7, 2023).

Sendo assim, as práticas do Bem Viver são aplicáveis em muitas realidades, não sendo exclusivamente por povos indígenas andino. Portanto, na dimensão social, foi possível identificar filosofia de vida do Bem Viver praticada por grupo de pessoas que buscam a harmonia em comunidade, a construção de uma vida mais justa e igualitária e suas ações ligadas à natureza (Acosta, 2016).

4.3 Aspectos integral (harmonia com a natureza)

As análises nesta supra dimensão por meio de entrevistas e observação participante demonstra que os cooperados possuem algumas práticas que viabilizem a continuidade da coleta da castanha-do-pará. Algumas práticas são o incentivo de plantar mudas de castanheiras e preservação do ambiente; coleta realizada sem impactar a floresta realizada por povos e comunidades tradicionais e; não usar quaisquer agrotóxicos e produtos químicos em seus produtos fornecidos (Figura 3).

Além disso, não há desperdício, toda castanha é aproveitada: as castanhas inteiras para o comércio; as castanhas quebradas são direcionadas à moagem para extrair o óleo; a farinha da castanha obtida da moagem também é aproveitada e; as cascas das castanhas são aproveitadas para ser feito fertilização do solo dos assentados e qualquer pessoa que queira o produto. Essas ações estão ligadas à dimensão específica “meio ambiente” da Matriz de Indicadores de Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2020).

[...] aqui tudo é aproveitado. Nada vai pro lixo, desde a coleta da castanha até o que resta dela, que é a casca [...]. Além disso, a gente mantém um bom relacionamento com as comunidades em volta, esse contato é essencial, são eles que colhem, que cuidam, protegem a mata [...] (Entrevistado 1).

Além disso, as pessoas se sentem parte e co-dependentes do meio natural em torno, pois o Bem Viver preza pelo convívio em harmonia com a natureza, distanciando de discurso antropológico, como homem dominante sobre os demais seres da terra e, aproximando de uma visão ecocêntrica-pós-desenvolvimentista, onde o homem e a natureza possuem a mesma importância e possuem direito, como aponta Alcântara *et al.*, (2022).

Figura 3: Produtos derivados da castanha-do-pará comercializados pela Coopavam.



Fonte: arquivo do autor (2023)

Este estudo atribuído aos indicadores de Bem Viver permitiu relacionar o homem à natureza na dimensão específica “pertencimento”. Deste modo, os dados empíricos em sua análise evidenciam o sentimento de apego e satisfação com o ambiente, ressaltando que estes sentimentos são atribuídos aos benefícios de conviver próximo à floresta amazônica. Os principais atributos citados pelos entrevistados relacionados a essa satisfação são: frescor, ar puro, acesso à água do rio e poços, silêncio e tranquilidade por estarem afastados dos centros urbanos e a natureza enquanto ser essencial para existência das pessoas da comunidade.

O ar limpo bom daqui a gente gosta. Mas tem um pouco de queimada, não aqui. Geralmente é fazendeiro”. No fundo da minha casa tem um riozinho, a gente cuida, a gente precisa dele. Pra preservar acho que precisa plantar mais árvores, precisamos da água pra beber (Entrevistada 2).

Frente a análise realizada, percebe-se que a comunidade do assentamento e associados da Coopavam prezam pela harmonia com a natureza e tem consciência de sua interdependência, um cenário em que os associados e comunidades de catadores da castanha-do-pará assumem papéis essenciais enquanto agentes de preservação da mata nativa e, a natureza enquanto fornecedora de todo bem-estar e de recursos. Portanto, a Coopavam, mesmo que nascida em 2008, é essencial para a manutenção das famílias do assentamento e comunidades tradicionais envolvidas no que tange a sua forma de interagir com a natureza.

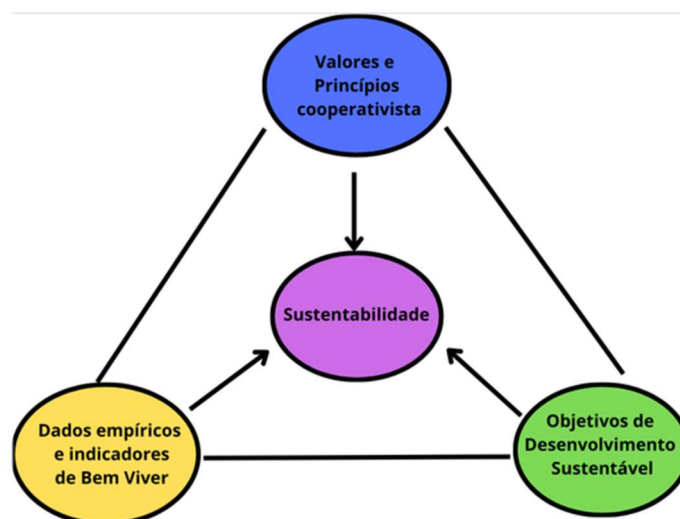
4.4 Indicadores de sustentabilidade da COOPAVAM

A abordagem de sustentabilidade vivenciada na Coopavam foi possível através do levantamento da aderência da cooperativa em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tais apontamentos foram identificados com base nas respostas dos entrevistados. Além disso, também foi levando em consideração os princípios das cooperativas. Os objetivos identificados na Coopavam são: 2 (fome zero e agricultura sustentável), 5 (igualdade de gênero), 8 (trabalho decente e crescimento econômico), 10 (redução das desigualdades), 11 (cidades e comunidades sustentáveis, 12 (consumo e produção responsáveis), 15 (vida terrestre) e 17 (parcerias e meios de implementação)

A partir de três temas: princípios cooperativistas, indicadores e conceitos de Bem Viver e os ODS, foi possível realizar uma triangulação de dados (Figura 4) para evidenciar quais os pontos mais fortes da cooperativa Coopavam em diferentes perspectivas de sustentabilidade.

Percebe-se que os objetivos das ODS são contemplados na comunidade e na Coopavam em seus modos de vida, na forma como se relacionam uns com os outros, com a natureza e dentro dos princípios cooperativistas contemplados nos indicadores sociais, ambientais e econômicos. Esta relação foi identificada pelas entrevistas e avaliadas a partir da Matriz de Indicadores de Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2019; 2020).

Figura 4: Elaboração de triangulação de dados de sustentabilidade da COOPAVAM



Fonte: Autor (2024)

Para a compreensão da triangulação dos dados, foi elaborado um quadro (Quadro 1) elencando os ODS, indicadores de Bem Viver (Alcântara; Sampaio, 2019, 2020) e os princípios cooperativistas. O quadro visa melhorar a compreensão acerca das aproximações dos diferentes conceitos de desenvolvimento, nas perspectivas sociais, da corrente pós-desenvolvimentista do Bem Viver e nos ODS.

O Quadro 2, dividido em 4 colunas: a primeira coluna destaca qual ODS a Coopavam se enquadra; a segunda coluna demonstra a meta específica dos ODS atingida; a terceira coluna indica os conceitos de Bem Viver presentes; e por último, na quarta coluna, os princípios cooperativistas vivenciados pela Coopavam.

Quadro 2: Dados para triangulação a partir dos conceitos de Bem Viver e princípios cooperativos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável presentes na COOPAVAM.

ODS	Objetivo específico da agenda 2030	Conceitos de Bem Viver	Princípios (P) Cooperativos
2. FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à	- Satisfação com os fatores produtivos, como diversidade de culturas e comercialização	P7. Interesse pela Comunidade

	terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola		
	2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo	- Arranjos Produtivos Locais (APLs); -Práticas ambientais;	
5. IGUALDADE DE GÊNERO	5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte	- Participação da mulher e dos jovens nas atividades econômicas	P4. Gestão democrática
	5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública		P5. Educação, formação e Informação
	5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis		
8. TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO	8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros	- Trabalho e renda; - Satisfação com os fatores produtivos, como diversidade de culturas e comercialização.	P4. Autonomia e Independência;
10. REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra	- Participação social; -Participação da mulher e dos jovens nas atividades produtivas, trabalho e renda;	P2. Gestão democrática
	10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade	- Participação nas decisões.	P3. Participação econômica
11. CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros	- Práticas ambientais; -Preservação ambiental.	P5. Educação, formação e informação;
	11.c Apo'iar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais		
12. CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais		P5. Educação, formação e informação; P6. Intercooperação.

	12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza	-Acesso à informação e comunicação; - Satisfação consigo mesmo, com os outros e com o ambiente.	P5. Educação, formação e informação; P7. Interesse pela comunidade.
15. VIDA TERRESTRE	15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente	-Práticas ambientais	P5. Educação, formação e informação
	15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável		P6. Intercooperação; P7. Interesse pela comunidade.
17. PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO	17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável	- Arranjos Produtivos Locais (APLs);	V5. Solidariedade;
	17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias	- -Práticas ambientais	V9. Responsabilidade social.

Fonte: Autor (2024)

Na coluna de princípios (P) cooperativistas, o Quadro 2 demonstra predominância do quinto princípio cooperativista que aborda a “educação, formação e informação”. Se trata de uma premissa que pode satisfazer fatores organizacionais como a transparência das informações, ou até mesmo o processo educacional para os cooperados, seja nos processos internos de atividades ou adaptação da cooperativa como um todo no contexto do ambiente.

Se tratando da Agenda 2030, foi identificado na Coopavam a aproximação do ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), especialmente às metas 2.3 e 2.4 que enfatiza a importância dos sistemas produtivos sustentáveis que coaduna com o Bem Viver identificado. A cooperativa enaltece as comunidades tradicionais que fazem a colheita da castanha, sendo essas comunidades guardiãs da floresta amazônica, como afirma o Entrevistado 1: *[...] são vários municípios ao redor de Jurueña envolvidos, temos ligação direta com os povos indígenas que fazem a manejo da castanha pra gente fazer os produtos[...]*.

Essa característica está diretamente relacionada ao sétimo princípio cooperativista, do interesse pela comunidade que a cooperativa tem. Mesmo que

originalmente esteja ligado à satisfação do fator social, a comunidade em estudo está inserida em um contexto de ligação à natureza e modo de vida que desprende de um desenvolvimento nortista global.

Outro ponto de destaque positivo da Coopavam foi a identificação da participação democrática e a inclusão de mulheres. Essa característica é fortalecida no quinto ODS e, além de ser indicador de Bem Viver na Coopavam, é abordada no segundo valor e princípio das cooperativas. A gestão da cooperativa que foi estudada contribui para a entrada e valorização das mulheres, seja na fábrica, nas comunidades ou na administração da Coopavam, como afirma a Entrevistada 7: *[...] temos mulheres aqui no dentro e na diretoria. A sucessora da atual diretora também será uma mulher.*

A satisfação dos cooperados se dá também pelas horas trabalhadas, que no caso são seis horas diárias, de segunda a sexta-feira. A satisfação com fatores produtivos (indicador de Bem Viver já identificado neste estudo de caso) é remetido ao ODS 8 – “trabalho decente e crescimento econômico”, destacando o acesso da Coopavam ao microcrédito.

Se tratando de crédito, os questionários da Matriz de Indicadores de Bem Viver, no indicador “trabalho” foi identificado que todos os cooperados têm acesso à crédito, principalmente por eles possuírem renda da cooperativa, produção de alimentos nos sítios e o valor da terra dos assentados. Isso também pode ser associado ao quarto valor e princípio cooperativista de autonomia e independência, uma vez que a satisfação dos cooperados é fruto da gestão independente desta cooperativa em sua forma de gerir e respeitar seus associados e as comunidades ao diretamente ligadas.

O ODS 12 de consumo e produção responsáveis em específico as metas 12.2 (gestão sustentável dos recursos naturais) e 12.8 (acesso à informação para que as pessoas tenham possam conhecer estilo de vida em harmonia com a natureza), relacionados aos indicadores de Bem Viver de práticas e preservação ambiental, satisfação consigo mesmo e com a comunidade. Esta ODS é semelhante ao Bem Viver no que tange ao “desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza” (meta 12.8 dos ODS) em uma perspectiva pós-desenvolvimentista que questiona outros modelos de desenvolvimento que não respeita a cultura, modo de vida e particularidade das comunidades e povos tradicionais.

A entrevistada 3 afirma que *[...] tudo o que temos vem dela (floresta amazônica) [...]*, em uma perspectiva além de sobrevivência, mas o modo de viver atrelado a este ambiente.

Por fim, foi identificado que todos os indicadores de sustentabilidade vivida pela cooperativa, além de ser evidenciado pelo Bem Viver, também é resultado de elos participativos de outras instituições, públicas e privadas, constituem elementos essenciais para que sejam fortalecidas, como aponta o entrevistado 1, que faz parte do setor executivo da cooperativa Coopavam: *[...] existem mais de 400 famílias envolvidas... estamos expandindo nossa fronteira, exportando nossos produtos. Nada disso foi só a gente, o setor público é nosso parceiro, daqui da cidade (prefeitura) e do Estado[...]*. Esta afirmação coaduna com o objetivo 17 dos ODS, além de ter sido levantada como essenciais na constituição da cooperativa, como afirma Lima *et al.*, (2017) em uma literatura que levantou aspectos de desenvolvimento regional no mesmo local de estudo:

*[...] principais elos colaborativos estavam entre a Cooperativa de Produtores Rurais do Vale do Amanhecer (COOPAVAM), a Associação de Mulheres Cantinho da Amazônica (AMCA), a Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena (ADERJUR) e a FUNAI. Além dessas, as associações indígenas dos povos Mundurunku (Instituto Mundurunku), Cinta Larga (Associação Passapkareej), Kaiaby (Associação Kawaieté), Apiaká (Associação Acaim) e clientes parceiros como a Natura Indústria de Cosméticos também constam inclusos (Lima *et al.*, 2017, p. 241).*

Sendo assim, é possível levantar novamente a intercooperação como valor e princípio fundamental para a efetivação de fatores sustentáveis. A cooperação entre outros atores sociais como a Natura que estejam dispostos a fortalecer a comunidade em seu modo de viver e a natureza são elementos que fazem da Coopavam um modelo exemplar para outras instituições, que conseqüentemente, constituem indicadores de Bem Viver.

Em relação ao Arranjo Produtivo Local (APL) da Coopavam, destaca-se a parceria Natura por sua orientação ao desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo coadunando com a corrente pós-desenvolvimentista, na busca do fortalecimento e protagonismo das comunidades tradicionais, na forma de aquisição da matéria-prima e comercialização dos seus produtos. A cooperativa mantém relacionamentos com as lideranças indígenas, que são essenciais na mediação entre a Coopavam e os coletores (Lima *et al.*, 2019)

A sustentabilidade desta APL e tratando da aquisição da matéria-prima é a forma de extração da castanha-do-pará. São castanheiras em sua forma original da floresta amazônica, protegidas pelas comunidades indígenas e extraídos pelos próprios indígenas sem prejudicar a natureza ou qualquer tipo de danificação ao ambiente, uma vez que esses povos possui uma relação de vida totalmente atrelada à natureza.

Empresas como a Natura que valorizar comunidades que estão em harmonia com a natureza pode ser considerada como práticas de responsabilidade socioambiental que precisam ser replicadas para que incentivem outras organizações a respeitar as comunidades e assumir ideais do homem com o meio natural, como a alternativa de desenvolvimento do Bem Viver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No objetivo de identificar o Bem Viver e suas aproximações com o desenvolvimento sustentável e a perspectiva cooperativista, foi possível perceber estas questões presentes nos modos de vida dos cooperados da Coopavam, bem como os aspectos de sustentabilidade no escopo das ODS e nos princípios cooperativistas.

Por meio dos relatos dos entrevistados foi possível identificar maior aderência da comunidade na supra dimensão aspecto integral (harmonia com a natureza) e também dimensões específicas, tais como relações de gênero e jovens, que se baseia na oportunidade das mulheres do assentamento e, a dimensão específica fatores produtivos, evidenciando os impactos da cooperativa nas comunidades tradicionais, que são atores essenciais na preservação da floresta amazônica associada à entrega de melhores condições de trabalho e comércio justo e da economia solidária.

Portanto, o papel da Coopavam é para além de fatores economicistas e produtivistas. Apesar de tradicionalmente os princípios cooperativistas serem orientadas aos aspectos sociais e entrega de valores aos associados. Este estudo de caso corrobora na afirmação que é possível haver harmonia com a natureza e uma vida em comunidade pautada na igualdade, justiça social e desenvolvimento que se afasta de um discurso nortista de homogeneização. Além disso, sua aderência aos aspectos de sustentabilidade (Agenda 2030), sendo destaques duas atividades e modo de vida baseado nos aspectos da convivência harmoniosa com a natureza e a ascensão das mulheres no ambiente de trabalho, além de evidências de um desenvolvimento baseado na corrente pós-desenvolvimentista.

A convergência entre o Bem Viver e o ESG na cooperativa, se complementam nos propósitos de compromissos sociais e ambientais, uma vez que o Bem Viver ultrapassa o conceito tradicionalista de sustentabilidade no que tange ao cuidado comunitário e com a natureza. Ao mesmo tempo, indicadores de boas práticas que compõe o ESG, vivenciado pela cooperativa, contribuiu para o aumento da legitimidade social e política,

fortalecimento da imagem organizacional, redução de riscos sociais por meio do trabalho descente, governança cooperativa, além de produções orientadas aos cuidados ambientais.

Ao mesmo tempo, o Estado pode contribuir para fortalecer e empoderar as comunidades e as organizações sociais, como é o caso das cooperativas por meio de práticas não clientelistas, estimulando, informando e construindo políticas públicas para apoiar estas iniciativas, potencializando redes de produção, crédito e incentivos à produção e comercialização de produtos oriundos das comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. El buen vivir, una utopía por (re)construir. *CIP-Social, Boletín ECOS*, n. 11, 2010. Disponível em: https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Conflictos_socioecologicos/Especial-WEB/Buen%20vivir_A_ACOSTA.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

ALCÂNTARA, L. C. S.; GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C.; MANTOVANELI JUNIOR, O.; FEUSER, S.; GARCÍA, M. Buen Vivir: discusiones teóricas conceptuales. *Pensamiento Actual*, v. 17, p. 49-64, 2017.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. *Bem viver e ecossocioeconomias*. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 54, p. 308-327, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/62963>. Acesso em: 14 mar. 2023.

AMEER, R.; OTHMAN, R. Sustainability practices and corporate financial performance: A study based on the top global corporations. *Journal of Business Ethics*, v. 108, p. 61-79, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-011-1063-y>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BATSTONE, E. Organization and orientation: a life cycle model of French co-operatives. *Economic and Industrial Democracy*, v. 4, n. 2, p. 139-161, 1983.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, SP, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751532016.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

COOPAVAM. *Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://coopavam.org.br/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ESCOBAR, A. Latin America at a Crossroads: Alternative Modernizations, Post-Liberalism, or Post-Development? *Cultural Studies*, v. 24, n. 1, p. 1-65, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09502380903424208>. Acesso em: 6 mar. 2023.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/30266479/Foucault_a_arqueologia_do_saber. Acesso em: 06 mar. 2023.

FRANTZ, W. *Cooperativismo: perspectivas. Um lugar de reencontro com a vida*. Ijuí: Cadernos Unijuí, 2002.

GRIMM, I. J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. O turismo no cenário das mudanças climáticas: impactos, possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 12, n. 3, p. 1-20, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/BHCdF9nhrCvyGJB6xStkZfD/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GRUPO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS DE INOVAÇÃO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Tecnologia Social e Economia Solidária: construindo a ponte. *Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/mundosplurales/article/view/1905>. Acesso em: 6 mai. 2023.

GUDYNAS, E. Cidadania ambiental e metacidadanias ecológicas: revisão e alternativas na América Latina. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 19, p. 53-72, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13954>. Acesso em: 6 mai. 2023.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Nueva Sociedad*, n. 237, p. 128-146, 2012. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3824_1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L. *El Buen Vivir – la (re)creación del pensamiento del PYDLOS*. Universidad de Cuenca, 2012.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F. ESG: novo conceito para velhos problemas. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 20, n. 4, 4 f., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/YKyfRmPDHhtGm3LG8jW6DQM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2023.

JIJELAVA, D.; VANCLAY, F. How a large project was halted by the lack of a Social Licence to Operate: Testing the applicability of the Thomson and Boutilier model. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 73, p. 31-40, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0195925518300581>. Acesso em: 6 mai. 2023.

KANTNER, B. Bem viver e justiça ambiental: uma perspectiva hemisférica. *Revista Humanitas*, Universidade da Califórnia, Los Angeles, v. 2, n. 1/2, p. 81-94, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rhumanitas/article/view/14508>. Acesso em: 6 mai. 2023.

KELLE, U. Sociological explanations between micro and macro and the integration of qualitative and quantitative methods. *Historical Social Research*, v. 30, n. 1, p. 95-117, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20762014>. Acesso em: 13 mai. 2023.

KRENAK, A. Caminhos para a cultura do Bem Viver. *Observatório de Educação em Direitos Humanos em Foco*, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/caminhos-para-a-cultura-do-bem-viver-ailton-krenak-2020/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

LATOUCHE, S. Degrowth. *Journal of Cleaner Production*, v. 18, n. 6, p. 519-522, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652610000417>. Acesso em: 9 mai. 2023.

LIMA, A. M.; BALESTRIN, A.; FACCIN, K.; MARCONATTO, D. A institucionalização da cooperação: uma análise do trabalho institucional em uma comunidade vulnerável da região amazônica. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 683-705, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/5t3Kcnk94HDXTv95ZydRdXw/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

LIMA, A. M.; BAGGENSTOSS, S.; FROEHLICH, A. G.; SILVA, J. J. Colaboração interorganizacional e o desenvolvimento socioeconômico regional. *Holos*, ano 33, v. 2, p. 239-259, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481554847018.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

- LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 46-62, out. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Sfxs3MxCmyQww94MR4ngsYP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- MACPHERSON, I. *Princípios Cooperativos para o Século XXI*. Coleção Estudos, INSCOOP. Tradução de J. Salazar Leite. Lisboa, 1996.
- MAGGINO, F. The state of the art in indicators construction in the perspective of a comprehensive approach in measuring well-being of societies. 2009. 88 p. Disponível em: <https://flore.unifi.it/handle/2158/370588?mode=complete>. Acesso em: 06 mai. 2023.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1, tomo 2 (capítulos 13 a 25). Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).
- MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998.
- MEINEN, Ê.; PORT, M. *Cooperativismo financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios: De cooperativa de crédito a principal instituição financeira do associado*. 16 Tons, 2016.
- MURPHY, R.; HARRIS, B.; ESTABROOKS, A.; WOLF, N. Capturing stakeholder perspectives through a collaboration with a commercial fishing cooperative. *Marine Policy*, v. 115, p. 103876, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X19308425>. Acesso em: 7 mai. 2023.
- NAREDO, J. M. *Raíces económicas del deterioro ecológico y social*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2010.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Declaração do Milênio*. 2000. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/declaracao-do-milenio>. Acesso em: 6 mai. 2023.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341282707_Transformando_Nosso_Mundo. Acesso em: 6 mai. 2023.
- ROCA, H. O. *Economía Solidaria. Hacia una nueva civilización*. Rio de Janeiro: DP&A: FASE, 2001.
- SACHS, W. The Archaeology of the Development Idea. *Interculture*, Montreal, v. XXIII, n. 4, p. 1-37, 1990.
- SACHS, W. *Development. The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. London: Zed Books, 1992.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Evor4GwUmg4C>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 25-38, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/mrZLmdBPvQR7hFpDqmLDkML/>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- SALES, J. E. Cooperativismo: origens e evolução. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*, v. 1, n. 1, p. 1-12, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/30>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SAMPAIO, C. A. C.; ALCÂNTARA, L. C. S.; VIEIRA, P. H. F. Bem Viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-Covid-19. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 59, p. 162-181, jan./jun. 2022.

SANTOS, K. D. S.; RIBEIRO, M. C.; QUEIROGA, D. E. U. D.; SILVA, I. A. P. D.; FERREIRA, S. M. S. O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 2, p. 655-664, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kvr3D7Q3vsYjrFGLNprpttS/>. Acesso em: 23 mai. 2023.

SANTOS, L. C. R. dos. *Diretrizes de gestão interorganizacional da cadeia produtiva alinhadas ao produto orientado à sustentabilidade*. 2020. 278 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

SEGATO, R. L. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización y la vida de las mulheres. In: *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Cali, Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2014. v. 1, p. 75-90. Disponível em: <https://www.academia.edu/12053345/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

SHAFFER, J. *Historical dictionary of the cooperative movement*. Scarecrow Press, 1999.

SIQUEIRA, J. M. de. Bien vivir, Ubuntu y la Sociomuseología: contribuciones para descolonizar la Educación Museal. *Pensamiento Actual*, v. 17, n. 28, p. 174-185, 2017. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/pensamiento-actual/article/view/29535>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. *O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. 2. ed. Brasília: BCB, 2008. 202 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/livro_microfinan%C3%A7as_internet.pdf. Acesso em: 2 abr. 2023.

SODRÉ, M. T.; HESPAÑHOL, R. A. de M. Limites do pós-desenvolvimento na crítica ao desenvolvimento. *Mercator*, Fortaleza, v. 21, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/bZ7gJd5TYKSv8sd4kHxjDvn/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SOLÓN, P. *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Disponível em: https://books.google.com.au/books?id=MI_0DwAAQBAJ. Acesso em: 23 jun. 2023.

WANJARE, J. Sustainability and the co-operative enterprise. *European Journal of Social Sciences Studies*, v. 1, n. 2, p. 20-41, 2017. Disponível em: <https://oapub.org/soc/index.php/EJSSS/article/view/192/566>. Acesso em: 23 jun. 2023.

WEBERLING, S. I. Cooperação cooperativa: o ser, o fazer e o devir. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 24, n. 6, p. 775-790, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/pkxKPqLjmVBdnKqKxwsBB4n/>. Acesso em: 6 mai. 2023.

WESTERN ECONOMIC DIVERSIFICATION CANADA. *DPR 2004-2005 Western Economic Diversification Canada*. 2005.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). *Energy: The Power to Develop*. Berlin (West), 1987.

ZORZO, F. B.; LAZZARRI, F.; SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J. C. F. Desenvolvimento sustentável e Agenda 2030: uma análise dos indicadores brasileiros. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, v. 19, n. 2, p. 58-79, 2022. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/3114>. Acesso em: 6 mai. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se propôs a identificar as práticas de sustentabilidade da Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer - COOPAVAM - na perspectiva do Bem Viver. Inicialmente foi levantado o estado da arte sobre o Bem Viver e sustentabilidade por meio da análise bibliométrica, o que foi essencial para compreender a ambiguidade no que tange o desenvolvimento sustentável.

Inicialmente foi realizado o estado da arte sobre sustentabilidade, *Environmental, Social and Governance* (ESG) e Bem Viver, seguido pelo estudo de caso na cooperativa. Os resultados foram atingidos, identificando os indicadores de Bem Viver presentes, bem como suas práticas de sustentabilidade sob a ótica pós-desenvolvimentista, cooperativista e dos ODS.

O Bem Viver enquanto alternativa ao desenvolvimento se tornou uma ferramenta de resistência das comunidades tradicionais (artigo 1) e da Cooperativa COOPAVAM (artigo 2) contra o crescimento sustentado no patriarcado, consumismo e desigualdade. Mais do que isso: o Bem Viver simboliza resistência da sociedade frente a um processo de hegemonia econômica que enfraquece identidades culturais, a relação harmoniosa com a natureza e a vida em comunidade.

Os resultados desse estudo apontam a dicotomia dos termos relacionado ao desenvolvimento sustentável e Bem Viver, sendo no primeiro caso, orientado pela economia ou se mostrando de formas a não respeitar a identidade e a cultura de comunidades, se aproximando de um modelo de hegemonia. Já o Bem Viver não é caracterizado apenas por se aproximar de uma filosofia que aproxima o homem e a natureza de forma pacífica, mas por se contrapor diretamente às falsas promessas de desenvolvimento, representando uma alternativa ao desenvolvimento hegemônico.

Apesar de originalmente as cooperativas não serem orientada para indicadores ambientais, a COOPAVAM apresenta-se como exemplo de uma nova alternativa às cooperativas, vivendo em harmonia em comunidade e com a natureza. Esse fato também deve ser atribuído aos incentivos políticos que circundam a cooperativa do Vale do Amanhecer e sua constante busca em legitimar suas operações de produção desde a colheita realizada por povos tradicionais (preservando sua floresta) ao consumidor final.

Portanto, conclui-se que o Bem Viver está presente na Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer, no município de Juruena, Mato Grosso, Brasil. Os

aspectos ligados à sustentabilidade presentes são atribuídos ao Bem Viver existentes na comunidade, bem como a ligação de cada pessoa com a natureza como forma de viver bem, o respeito e o reconhecimento das pessoas perante à floresta amazônica remetem aos povos originários andinos em uma corrente *pachamamista*. Contudo os estudos trouxeram evidências da aplicabilidade do ESG, a dificuldade da difusão para além da alta administração das organizações, visto que a abordagem e elaboração permanece centrado no nível estratégico.

A eficiência do ESG é largamente propagada em organizações de grande porte, seja por meio de incentivos fiscais e/ou regulatórios e por legitimidade, mas pouco abordada em organizações de pequeno e médio porte. Esta dissertação, especialmente no segundo artigo, contribuiu para que seja superada a visão reducionista em relação a pequenas e médias empresas sobre a incorporação e medidas socioambientais, na experiência cooperativa de produtores no interior da região amazônica mato-grossense.

As limitações dos estudos desta dissertação se dão por um contato em tempo curto e limitado com os cooperados e por não estudar diretamente as demais comunidades tradicionais indígenas que são fornecedoras das castanhas-do-pará à COOPAVAM. Deste modo, sugere-se estudos futuros que contemplem diretamente a essas comunidades tradicionais em torno do município de Juruena em suas perspectivas como atores essenciais na manutenção da floresta amazônica.

Espera-se que este trabalho possa levar a políticas públicas de apoio a Economia Social e Solidária e aos Povos e Comunidades Tradicionais, no intuito de incentivar e proteger estas alternativas ao desenvolvimento.

ANEXOS

ANEXO I: ARTIGO PUBLICADO NOS ANAIS DO XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS

COSTA, Dhiogo Correa da; ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SANTOS, Luciane Cristina Ribeiro dos. COMUNIDADES INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO DE VIDA COM O BEM VIVER. In: Anais do XI Encontro Nacional da ANPPAS. Anais. Curitiba (PR) UFPR, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/XIENANPPAS2023/621702-COMUNIDADES-INDIGENAS-E-SUA-RELACAO-DE-VIDA-COM-O-BEM-VIVER>. Acesso em: 11/06/2024

Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xienanppas2023/621702-comunidades-indigenas-e-sua-relacao-de-vida-com-o-bem-viver/>

**COMUNIDADES INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO DE VIDA COM O BEM
VIVER**

**INDIGENOUS COMMUNITIES AND THEIR LIFE RELATIONSHIP WITH
GOOD LIVING**

**LAS COMUNIDADES INDÍGENAS Y SU RELACIÓN DE VIDA CON EL
BUEN VIVIR**

Dhiogo Corrêa da Costa¹; Liliâne Cristine
Schlemer Alcântar²; Luciane Cristina Ribeiros
dos Santos³

¹Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação
em Ciências Ambientais (PPGCA/UNEMAT).
dhiogo.correa.costa@unemat.com.br;

²Pós-doutora em Ecosocioeconomia e Bem
Viver pelo PPGTU/PUCPR.
lilianecsa@yahoo.com.br;

³Pós-Doutorada em Governança e
Sustentabilidade pelo Instituto Superior de
Administração e Economia do Mercosul
(ISAE). lucianecrs@hotmail.com.br.

**GT 07: BEM VIVER E ECOSOCIOECONOMIAS: GOVERNANÇA E
TERRITORIALIDADE**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar as principais publicações sobre o Bem Viver e as autorias que contribuíram para a manutenção da temática voltada as comunidades indígenas. Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura com recorte temporal entre os anos de 2017 e 2022. Os dados para a revisão sistemática da literatura foram obtidos nas bases *Scopus* e *Web of*

Science, indexados no Portal de Periódicos da CAPES. Analisou-se 352 artigos científicos com o tema Bem Viver e comunidades por meio dos *softwares* VosViwer e EndNOTE aplicando Lei de Zipf, rede de palavras, autores e publicações. Observou-se que o Bem Viver está diretamente ligado aos povos indígenas, já que a origem do conceito advém de suas cosmovisões. Percebe-se que o conceito tem força em países latinoamericanos, mas há resistência em países onde o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico.

Palavras-chave: bem viver; comunidade; cosmovisão; indígena; decolonização

Indigenous Communities and their life relationship to Good Living

ABSTRACT

This article aims to identify the main publications on Good Living and the authors who contributed to maintaining the theme focused on indigenous communities. This is a systematic literature review study with a time frame between the years 2017 and 2022. The data for the systematic literature review were obtained from the Scopus and Web of Science databases, indexed on the CAPES Journal Portal. 352 scientific articles on the theme of Good Living and communities were analyzed using VosViwer and EndNOTE software applying Zipf's Law, word network, authors and publications. It was observed that Good Living is directly linked to indigenous peoples, since the origin of the concept comes from their worldviews. It is clear that the concept has strength in Latin American countries, but there is resistance in countries where development is synonymous with economic growth.

Keywords: good living; community; cosmovisión; indigenous; decolonization

Las comunidades indígenas y su relación de vida con el Buen Vivir

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar las principales publicaciones sobre Buen Vivir y los autores que contribuyeron a mantener la temática centrada en las comunidades indígenas. Se trata de un estudio de revisión sistemática de la literatura con un horizonte temporal comprendido entre los años 2017 y 2022. Los datos para la revisión sistemática de la literatura se obtuvieron de las bases de datos Scopus y Web of Science, indexadas en el Portal de Revistas CAPES. Se analizaron 352 artículos científicos sobre el tema Buen Vivir y comunidades mediante los softwares VosViwer y EndNOTE aplicando la Ley de Zipf, red de palabras, autores y publicaciones. Se observó que el Buen Vivir está directamente vinculado a los pueblos indígenas, ya que el origen del concepto proviene de sus cosmovisiones. Es claro que el concepto tiene fuerza en los países latinoamericanos, pero hay resistencias en países donde desarrollo es sinónimo de crecimiento económico.

Palabras clave: buen vivir; comunidad; cosmovisión; indígena; descolonización

INTRODUÇÃO

O significado de desenvolvimento está relacionado ao crescimento econômico. Se trata de uma visão reducionista, pois o crescimento da economia não garante o bem-estar social. Este trata apenas de indicadores que não priorizam aspectos sociais, como o bem-estar e harmonia com a natureza (Alcântara; Sampaio, 2020).

O Bem Viver (BV) surge como uma alternativa de modos de vida que se distancia de visões antropocêntricas e colonialistas, cujos princípios se orientam na cosmovisão dos povos originários da região andina, fundamentado na equidade social, respeito ao meio ambiente, biocentrismo⁷ e direitos de conservação ambiental (Alcântara; Sampaio, 2017a). O Bem Viver é uma filosofia de vida em construção, cujos princípios podem resultar em uma sociedade menos consumista e produtivista. Neste sentido, as comunidades indígenas servem de modelos a serem seguidos frente ao antropocentrismo.

Partindo desse pressuposto, existem outras dimensões a serem consideradas características de desenvolvimento, como afirma Acosta (2016), no qual a harmonia e equilíbrio, em aspectos individuais, coletivos e natureza fazem parte. Trata-se de uma visão que ultrapassa um padrão de desenvolvimento clássico pautado no acúmulo de bens, progressos quantitativos e antropocêntrico (Gudynas, 2011; Brand; Wissen, 2013).

A relação com a natureza e a vida em comunidade são pilares que compõe princípios do Bem Viver (Céspedes, 2010; Alcântara; Sampaio, 2017), estar em harmonia com a natureza fazendo parte dela, respeitando e ter a plena consciência que somos seres interdependentes (Acosta, 2016). O BV possui premissas em construir valores baseados na ética, reconhecimentos e conhecimentos culturais, espirituais, buscando construir comunidades pautadas na equidade social.

⁷ No mundo moderno existem diversos conceitos e níveis para classificar desenvolvimento, desde os mais ligados para suprir as necessidades humanas, onde a natureza é amplamente fonte de recursos, outros totalmente inclinados à natureza. O biocentrismo defende o valor em todas as formas de vida, seja animal ou vegetal, são detentoras de direitos, se contrapondo ao modelo antropocêntrico. Se trata de uma classificação no qual humanos e os demais seres viventes estão no mesmo patamar de igualdade. (Oliveira, 2014).

Quando se fala em comunidades⁸, Latouche (2010) explicita a necessidade de cada cultura e povo buscar sua essência e identidade baseada nas suas origens, raízes, deixando de lado todo o tipo de influência totalitária. Neste contexto, os princípios de preservação das tradições e identidade dos povos, estão fortemente ligados ao Bem Viver. Para Solón (2019), existem forças externas e imperialismo político, social, econômico e cultural de um sistema que afastam as pessoas de suas raízes e saberes ancestrais e se faz necessário uma luta anticolonialista.

Nessa perspectiva, cabe se firmar nas dimensões políticas, sociais e institucionais a elaboração de modelos de desenvolvimento que respeitem os limites culturais, ambientais e econômicos das comunidades atingidas nos processos de decisões e também assumirem que as comunidades indígenas em seus modos de viver podem contribuir para uma sociedade mais justa e sustentável.

Este estudo procura evidenciar as principais tendências científicas correspondentes ao tema do Bem Viver entre os anos de 2017 e 2022. O objetivo deste artigo baseia-se em analisar a importância do Bem Viver para a manutenção dos modos de vida em comunidades indígenas.

A metodologia utilizada para alçar o objetivo se orienta em apresentar o estado da arte do Bem Viver com interface orientada para as comunidades indígenas por meio de análise bibliométrica e revisão sistemática da literatura. Por meio deste estudo podemos abordar a importância do conhecimento tradicional e sua conservação pela filosofia do Bem Viver, além de gerar informações à sociedade e outros tomadores de decisões para implementações sustentáveis e aperfeiçoamentos que corroborem para uma maior qualidade de vida em uma visão menos antropocêntrica.

METODOLOGIA

⁸ Existe uma diversidade de conceitos que tratam o significado de comunidades tradicionais, entretanto, no contexto deste estudo ela pode ser definida como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

Trata-se de uma pesquisa descritiva e quantitativa com uso do método bibliométrico sobre o tema do Bem Viver e suas derivações em comunidades tradicionais por meio de revisão sistemática de literatura.

Segundo Soares, Picolli e Casagrande (2018), a pesquisa bibliométrica possui a finalidade de quantificar toda produção científica de determinado tema aplicando diversos indicadores bibliométricos, tais como Lei de Lotka - Investiga as distribuições de frequência da autoria de artigos de determinado tema/área; Lei de Zipf - Investiga as distribuições de frequência do vocabulário de textos de determinado tema/área; número de citação; número de coautores; índice de afinidade e outros indicadores. Além disso, tal aplicação permite traçar tendências e perfil do tema abordado (Oliveira *et al.*, 2013).

Se trata de um estudo quantitativo, pois se utilizou de ferramentas e técnicas que permitisse o pesquisador extrair os dados necessários para contemplar o objetivo da pesquisa (Gatti 2004), por meio de quantificação de dados com técnica simples como percentual, média, frequência e outros (Richardson, 1985). Foi utilizada a revisão sistemática da literatura com o objetivo de “[...] mapear, encontrar, avaliar criticamente, consolidar e agregar os resultados de estudos primários relevantes sobre uma questão ou tópico específico, bem como identificar lacunas a serem preenchidas, resultando em um relatório coerente ou em uma síntese” (Morandi; Camargo, 2015, p. 142).

Este artigo foi elaborado em cinco etapas, sendo que a primeira fase consistiu em selecionar as bases de dados científicos e *softwares*, no qual as bases escolhidas para embasar este estudo sobre o Bem Viver foram duas: Web of Science e Scopus contidas nos periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Utilizou-se o *software EndNote*, que permite “selecionar períodos de publicação, criar grupos de acordo com os critérios de seleção (inclusão e exclusão), comparar as referências selecionadas entre os revisores” (Mendes; Silveira; Galvão, 2014), com extensão RIS para análise. Na composição de conectores das redes bibliométricas, foi utilizado o *software VOsViwer*, que utiliza dados bibliométricos para criar redes de publicações (*clusters*) e identifica periódicos, pesquisadores, órgãos de pesquisa, termos ou palavras-chave (Souza *et al.*, 2019).

A segunda fase consistiu nos critérios utilizados para a coleta de dados, sendo que os assuntos nas duas bases de dados foram iguais, usando os termos “Bem Viver” e “Comunidades” em português, espanhol e inglês, para que fosse exibido todos os resultados a partir dos títulos, resumos e palavras-chave, bem como suas correlações com outros termos que surgiram na análise. O recorte temporal foi de 2017 a 2022, usando como critério exibir somente artigos de livre acesso. O resultado para coleta (fase 3) foi de 352 artigos baixados.

A quarta fase permeou em tabular os dados descritivos através do *software* Excel após as amostras coletadas. Por fim, a quinta fase decorreu dos dados analisados que originou os mapas de coautoria, cocitação, bibliografia e ocorrência de palavras como descrito abaixo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A abordagem do Bem Viver (BV) vem na contramão do capitalismo e desenvolvimento a qualquer custo, ou seja, é uma alternativa ao desenvolvimento que vai além dos parâmetros econômicos, pois o “estar bem” se condiz com a subjetividade humana (Maggino, 2009) considerando o nível de felicidade, bem-estar entre outros aspectos. Trata-se de uma alternativa que ganhou força durante a crise de desenvolvimento do modelo neoliberal na América Latina, tendo os principais atores os povos originários da região Andina, onde ocorreram movimentos anticolonialistas e ambientais (Moraes; Moraes, 2020).

Para Alcântara *et al.*, (2017a), se trata de uma cosmovisão dos povos andinos, uma filosofia de vida cujo valor está diretamente ligada à relação do homem-natureza, a preservação dela e o direito das comunidades viverem plenamente suas tradições. Assim, para Alcântara e Sampaio (2017b; 2019; 2020) o Bem Viver se refere a temas como espiritualidade, relação com a natureza, política e também o respeito à diversidade de formas de ser e estar no mundo.

Rigotto (2022) aborda fenômenos que ocorreram em comunidades tradicionais, assim como em muitos povos na América Latina, devido a colonialidade eurocêntrica como a perda de sua identidade (Porto-Gonçalves, 2015). Entretanto, algumas comunidades se mantiveram afastadas dos centros urbanos mantendo seus modos de vida preservados, tendo *modus vivendi* o uso

comum da terra baseado no manejo dos bens naturais para subsistência, como afirma Rigotto (2022).

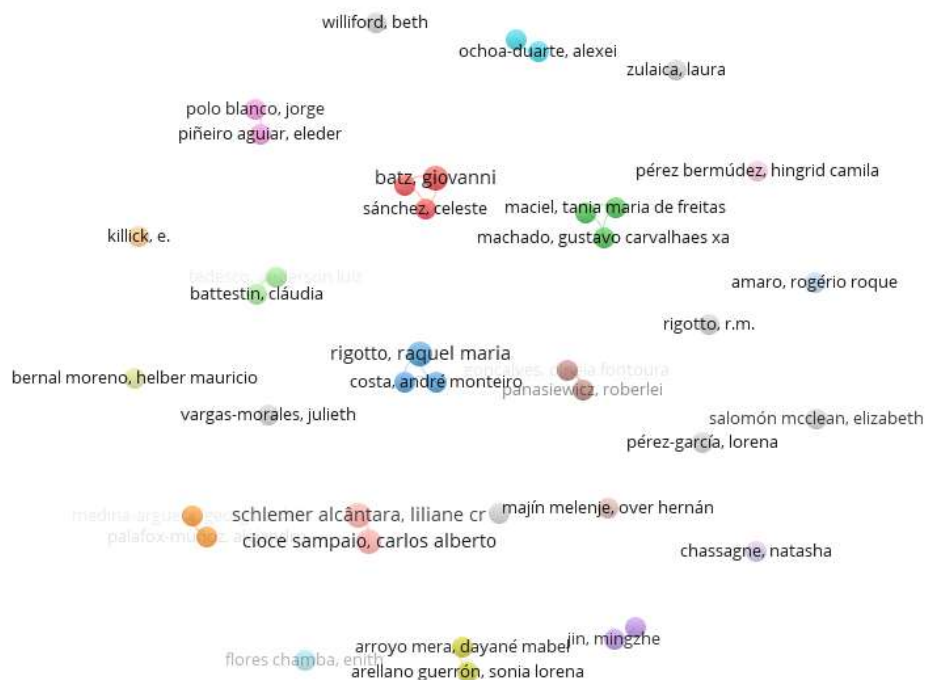
Deste modo, por meio da pesquisa realizada com o uso do *software* VOSViewer foi possível identificar resultado por imagem no qual eles geram mapas dinâmicos. A figura 1 apresenta uma imagem composta por *clusters* entre diversos autores que trataram do tema BV. São 25 *clusters*, ou seja, 25 grupos, no qual as arestas que os ligam indicam a proximidade e laços entre os autores. Já em relação aos glóbulos, quanto maior mais forte é a relevância se tratando do tema proposto. Os clusters formados indicam quantidade de publicação, relação dos autores e coautores.

Assim, a rede de ligação indica os autores, sendo eles as principais compostas por: Giovani Batz; Celeste Sanches; Raquel Maria Rigotto; André Costa Monteiro; Carlos Alberto Cioce Sampaio; Liliane Cristine Schlemmer Alcântara; Tania Maria de Freitas e; Gustavo Cavalhaes Machado, que constituíram os quatro maiores *clusters*.

Os artigos dos autores reforçam ideias de decolonização e afirmação dos seus modos de vidas e ancestralidade em diversas ocasiões, tal como na gastronomia como pauta Guerrón e Mera (2019) e Rigotto *et al.* (2022), na saúde (Simões *et al.*, 2021), na educação e política (Solón, 2019; Batz, 2021) em ações de relação, dependência, proteção à natureza e direitos territoriais (Sampaio *et al.*, 2017; Alcântara, 2019; Solón, 2019), se distanciando de uma visão egocêntrica para atender as necessidades humanas (Sampaio *et al.*, 2017).

Segundo Walsh (2005) a decolonização não é algo necessariamente distinto da descolonização, mas representa uma estratégia que vai além da transformação – o que implica deixar de ser colonizado – apontando muito mais que a transformação, a construção e a criação, mas também se diferencia da (de)colonização. Para Walsh (2005) a decolonização parte de um posicionamento de exterioridade pela mesma relação modernidade/colonização, mas também pelas violências raciais, sociais, epistêmicas e existenciais vividas como parte central dela. Sua meta não é a incorporação ou agregação (tão pouco simplesmente a resistência), mas a reconstrução radical de seres.

Figura 1: Rede de autores e suas ligações



Fonte: Autores com base nos dados da pesquisa a partir do software VOSViewer versão 1.6.18

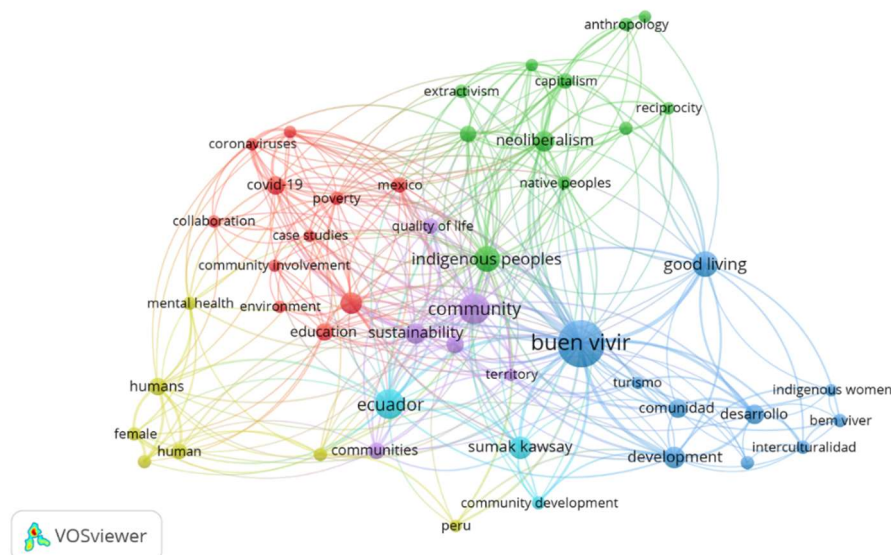
Por meio do software *VOSViewer* identificou-se a quantidade de artigos publicados por ano dentro do período cronológico. O ano de 2017 obteve 40 artigos, sendo o ano com menor número de artigos, já em 2018 foram 66 artigos, em 2019 foram 60 artigos, em 2020 foram 65 artigos, 2021 são 80, tendo como o número máximo de publicações sobre Bem Viver e Comunidades e, em 2022 com 41 artigos. O decréscimo se justifica pelos impactos da pandemia, assim como muitas outras atividades profissionais e acadêmicas que foram afetadas.

Em outra análise, a figura 2 se trata das palavras mais citadas nos 352 artigos contidas nas bases de dados. O *VOSViewer* identifica os termos mais citados e realiza as conexões por arestas, que indica as relações que um termo tem com outros. Quanto maior o glóbulo, mais citado foi o termo, quanto menor, menos citado nos artigos ele foi.

O programa realizou análise de todas as palavras dos artigos inserido no formato RIS e destaca as mais frequentes originando na relevância por contagem. Ademais, a rede de conexões e correlações dos termos destacou as palavras: *Buen Vivir*; *Community*; *Ecuador*; *Good Living*; *Humans* e; *Indigenous*

people, que formam os grupos por proximidade dos termos pesquisados com outras palavras.

Figura 2: Rede de palavras mais frequentes



Fonte: Autores com base nos dados da pesquisa pelo Software VOSviewer 1.6.18

A frequência na citação das palavras é essencial na dinâmica de um estudo do estado da arte, uma vez que pode identificar as quais os temas estão sendo utilizados pelos pesquisadores dos temas abordados. De modo geral, as palavras frequentes concernem em trazer a filosofia de vida das comunidades tradicionais, ligados a princípios de equidade de gênero, a vida em comunidade, interculturalidade, território, reciprocidade, colaboração, na relação biocêntrica com a natureza, relacionando com os indicadores de Bem Viver defendida por Alcântara e Sampaio (2019; 2020).

De outro lado, o modelo de trabalho atrelado ao desenvolvimento econômico, como se percebe nos descritores ligados ao desenvolvimento e ao capitalismo e seus impactos as comunidades indígenas. Percebeu-se o impacto causado pelo antropocentrismo, neoliberalismo nestas comunidades e a diminuição dos princípios do Bem Viver resultantes do extrativismo e do aumento do agronegócio em áreas de preservação pertencentes a estas comunidades.

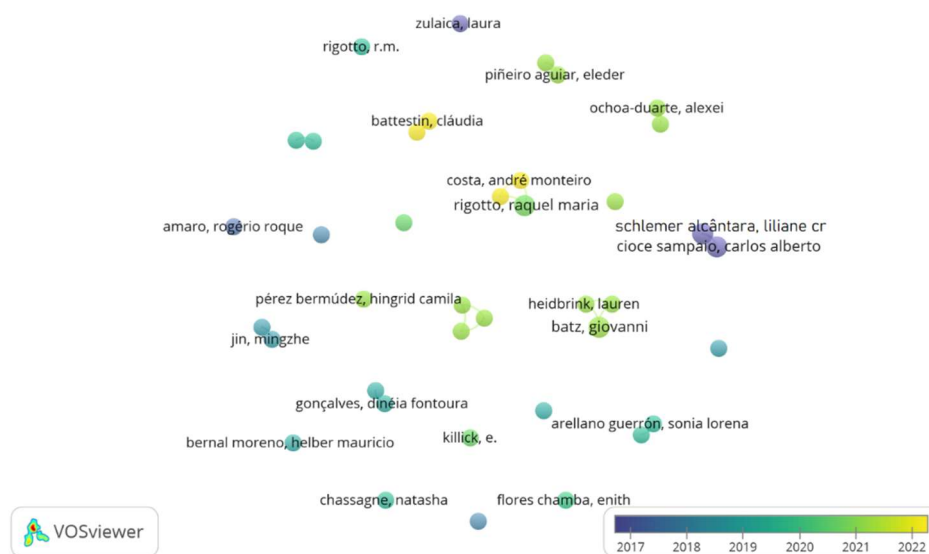
Evidencia-se também o impacto da pandemia causado pelo vírus da Covid-19, demonstrando os problemas relacionados à saúde dos povos tradicionais e como eles enfrentaram esse período. Tal prática foi aplicada como

indicador de Bem Viver por Alcântara e Sampaio (2020), assim como cuidados terapêuticos de comunidades tradicionais por meio da ancestralidade e cultura citado por Acosta (2016). Além disso, a relação da COVID-19 com comunidades tradicionais, especialmente indígenas, revelou descasos por parte do poder político neste período e aceleração da doença por atividades de garimpos (Guimarães, 2022).

Embora o intuito fosse pesquisar as comunidades tradicionais em geral como ribeirinhos, quilombolas, agricultura familiar e outros destacou-se na pesquisa os povos indígenas relacionados a esta nomenclatura. Isto se deve ao fato das comunidades indígenas sofrerem constantemente ameaças que se baseiam em direitos territoriais e modo de vida enfraquecidos com o avanço do chamado desenvolvimento “progressista”, como apontado por Acosta (2021).

O *software* VOSviewer também apresentou os autores que mais publicaram dentro do período do ano de 2017 a 2022 conforme a figura 3. As cores dos *clusters* indicam o ano de publicação dos autores de acordo com a barra de cores anexada abaixo dos *clusters*, onde as cores escuras em tom azul se referem ao período mais antigo, 2017, enquanto as cores claras em amarelo indicam as publicações mais recentes no ano de 2022.

Figura 3: Rede de autores por ano



Fonte: Autores com base nos dados da pesquisa gerado pelo software VosViewer versão 1.6.18

Diante dos resultados, observa-se que os autores Liliane Cristine Schlemer Alcântara, Carlos Alberto Cioce Sampaio e Laura Zulaica são os de maior relevância e possuem artigos mais antigos em relação ao período temporal dos dados coletados. Já os autores Claudia Battestin e André Monteiro Costa são os autores que tiveram publicações mais recentes com destaques.

Analisando os artigos das bases de dados, foi elaborado um quadro por meio do *software* Excel com as principais revistas que publicaram sobre o Bem Viver. As revistas são indexadas nas bases de dados escolhida e foram elaboradas por autores de diversos países, nos quais são evidenciados na tabela 1.

Tabela 1: Principais revistas que publicaram sobre o tema

Revistas	Publicações
Iberoamerican journal of development	13
Sustainability (switzerland)	7
Revista de Investigación de la Ciencia Turística RICIT	7
Revista de Historia, Geografía y Cultura Andina	5
Revista Ciencia e Interculturalidad – RACCAN	5
Revista Desenvolvimento e meio ambiente - UFPR	4
Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales	4
Revista Praxis -Santa Marta	4
Revista Universitaria del Caribe	4
Saude e sociedade – USP	4

Fonte: Autores com base nos dados da pesquisa (2023)

Além disso, o EndNote permitiu também identificar os países de origens dos estudos acerca do BV, sendo os principais: Brasil, Equador, Guatemala, Chile, Bolívia, Colômbia e Peru. Semelhante às origens das revistas de publicações, no qual maioria são de origem latino-americano.

É importante mencionar a vasta abrangência das diversas áreas do conhecimento que versam o Bem Viver. Apesar de ser um termo ainda está em constante construção, é possível analisar que se perpassa entre política, desenvolvimento sustentável, comunidade, saúde, crescimento econômico, gênero e trabalho. A tabela 2 evidencia as principais palavras encontradas na

pesquisa, contendo o número de ocorrências e a percentagem de cada uma delas.

Tabela 2: Principais palavras-chave

Palavras-chave	Ocorrência	Porcentagem
Buen vivir	59	43.00
Community	27	22.00
Ecuador	24	17.00
Good living	19	17.00
Indigenous peoples	19	16.00
Sumak kawsay	15	13.00
Development	14	13.00
Sustainable development	14	9.00
Neoliberalism	12	12.00
Sustainability	12	9.00
Desarrollo	11	9.00
Comunidad	10	8.00
Covid-19	10	8.00
Education	9	7.00
Humans	9	9.00
Tourism	9	9.00
Economic growth	8	7.00
Capitalism	7	7.00
Mexico	7	6.00
Quality of life	7	6.00
Community development	6	5.00
Extractivism	6	6.00
Female	6	6.00
Male	6	6.00
Native peoples	6	6.00

Fonte: Autores com base nos dados da pesquisa (2023)

Como um dos destaques temos o Equador, no qual se refere diversos estudos dos impactos das recentes institucionalizações das políticas dos BV por meio da Constituição do Equador formulado em 2008. Isso surgiu como uma proposta de superar o modelo antropocêntrico dos sistemas econômicos, sociais e ambientais por firmar modelos ecocêntricos e biocêntricos, no qual se assegura os direitos de Pacha Mama (*derechos de la naturaleza*).

Esse período foi marcado por lutas dos povos e comunidades tradicionais andino, uma vez que suas formas de vida e a “mãe natureza”

estavam ameaçados, sendo necessário medidas que contribuísse e reconhecesse suas maneiras de viver e se relacionar com natureza. Isso foi citado por Acosta 2021 como uma forma de resistência às pressões ocidentais “[...] é necessário um esforço redobrado para dismantelar vários fetiches a fim de provocar mudanças radicais, recuperando valores, experiências e, sobretudo, práticas que estejam em sintonia com a vida harmoniosa e a vida em sua plenitude” (p. 25).

Se referindo aos termos menos mencionados, temos palavras direcionadas para igualdade e equidade de gêneros, sendo este último um dos princípios do Bem Viver. Já o termo extrativismo representa um paradoxo, pois de um lado pode servir de manutenção socioeconômico e ambiental às comunidades tradicionais, porém de outro, exploração de garimpeiros e mineradoras, destruindo os modos de vida das comunidades tradicionais e povos indígenas.

A etapa de resultados e discussão por meio da análise bibliográfica e sistematização foi possível identificar a interculturalidade, a interdisciplinaridade e a descolonização do saber, abordado por Alcântara *et al.* (2017). As relações entre o Bem Viver e comunidades indígenas concentra-se na resistência e afirmação constante do modo de vida e os direitos que se interagem diretamente com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto dessa pesquisa que tange os artigos existentes sobre o Bem Viver, é observado os diversos olhares de sua perspectiva oriundas da subjetividade. Esse fato se deve aos esforços que diversos pesquisadores ao tentar evidenciar alternativas ao modo de vida antropocêntrico e ocidental com exemplos das mais diversas comunidades tradicionais.

Retomando o objetivo deste artigo, baseou-se em analisar a importância do Bem Viver para a manutenção dos modos de vida em comunidades indígenas, é notado que estudos e debates originam em países emergentes economicamente – latino-americanos-, assim, há um grande caminho de disseminação dos diálogos e filosofias dos saberes tradicionais. Se trata de um desafio, uma vez que países com grandes polos industriais e soberania financeira ainda considera o poder aquisitivo sinônimo de qualidade de vida,

distanciando-se da filosofia de vida das comunidades tradicionais e povos indígenas que tentam proteger e integrar-se cada vez mais com a natureza.

Esta pesquisa não abordou fator de impacto ou *Qualis* das revistas contidas nas amostras, abordando somente a condição quantitativa de cada uma delas. O destaque ficou com uma revista em quantidade de publicação, enquanto as demais revistas não tiveram muitas diferenças em quantidades significativas de publicação. Além disso, tais revistas se concentram na América Latina, no qual o mesmo fato ocorreu com os *clusters* dos autores, se concentrando na América Latina sem grandes variações e sem grandes variações de destaques.

Por meio desse estudo foi possível perceber a falta de termos associados a organizações como cooperativas, associações, agronegócio e empresas, que estão relacionadas diretamente com os impactos socioeconômicos e ambientais nas comunidades indígenas. Desta forma, um novo estudo será realizado utilizando os mesmos parâmetros de buscas usados neste estudo por meio da revisão sistemática, mencionando as relações das comunidades tradicionais com as organizações relacionadas. É de grande importância evidenciar as políticas e diretrizes das decisões que tais instituições tomam, uma vez que as mesmas causam impactos nas regiões atuantes, diminuindo o conhecimento tradicional, a cultura, o meio ambiente natural e os modos de vida relacionados com o Bem Viver.

REFERÊNCIAS

Acosta, A. El Buen Vivir, una propuesta con potencialidad global. **Revista de investigaciones altoandinas**, v. 18, n. 2, p. 135-142, 2016.

Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 40, 2017a.

Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. Bem Viver: uma perspectiva (des) colonial das comunidades indígenas. **Revista Rupturas**, v. 7, n. 2, p. 1-31, 2017b.

Alcântara, L. C. S.; Grimm, I. J.; Sampaio, C. A. C.; Montovanelli Jr, O; Feuser, S.; Garcia, M. Bem Viver: discussões teóricas conceituais. **Pensamiento Actual**, 1 jan. 2017.

Alcantâra, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. **Bem viver e ecossocioeconomias**. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 53, 2020.

Batz, G. La Universidad Ixil y la Descolonización del Conocimiento. **Maya América**, v. 3, n. 1, p. 112-126, 2021.

Brand, U.; Wissen, M. Crisis and continuity of capitalist society-nature relationships: The imperial mode of living and the limits to environmental governance. **Review of International Political Economy**, v. 20, n. 4, p. 687-711, 2013.

Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 25 fev. 2023.

Céspedes, N. Educación popular, interculturalidad y buen vivir. **La educación popular en la lucha por el buen vivir**, 2010

Guimarães, S. M. F. O povo indígena Sanõma/Yanomami e a trilha de adoecimentos na pandemia da COVID-19. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 16-37, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/114311>. Acesso em: 08 abr. 2022.

Gatti, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e pesquisa**, v. 30, p. 11-30, 2004.

Gudynas, E. Buen Vivir: today's tomorrow. **Development**, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011.

Guerrón, S. L. A.; Mera, D. M. A. Revalorización y visibilización de la gastronomía ancestral andina a través del turismo cultural, caso de estudio: la Pachamanca (Olla de tierra)= Revalorization and visibilization of andean gastronomy through cultural tourism, case study: The Pachamanca (pot earth). **Journal of Tourism and Heritage Research**, 2019, vol. 2, núm. 4, p. 1-23, 2019.

Latouche, S. Tradução de Maíra Albuquerque. **Revista Estudos de Sociologia**, Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, p. 217 – 230, 2010.

Maggino, F. **The state of the art in indicators construction in the perspective of a comprehensive approach in measuring well-being of societies**. 2009.

Mendes, K. D. S.; Silveira, R. C. C. P.; Galvão, C. M. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 28, 2019.

Moraes, I. A.; Moraes, L. P. Política econômica no Pachamamismo do Buen Vivir: um estudo teórico: Economic policy in the Pachamamismo of the Buen Vivir: a theoretical study. **Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v. 17, n. 1, p. 128-152, 2020.

Morandi, M. I. W. M.; Camargo, L. F. R. Revisão sistemática da literatura. **Design science research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**, p. 141-172, 2015.

Oliveira, S. P. Biocentrismo e ecopedagogia: a educação como ferramenta para a cidadania planetária. **Direito e Desenvolvimento**, v. 5, n. 10, p. 271-286, 2014.

Oliveira, S. C. M.; Barbosa, E. S.; Rezende, I. C. C.; Silva, R. P. A.; Albuquerque, L. S. Bibliometria em artigos de contabilidade aplicada ao setor público. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2013.

Oliveira, V. S.; Alcântara, L. C. S.; Barros, F. B. DIÁLOGOS DECOLONIAIS: a concepção do bem viver em universidades e faculdades interculturais indígenas. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 13, n. 3, p. 838-859, 2022.

Porto-Gonçalves, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 41, 2015.

Richardson, R. J.; Peres, J. A. S.; Wanderley, J. C. V.; Correia, L. M.; Peres, M. H. M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

Rigotto, R. M.; Santos, V. P.; Costa, A. M. Territórios tradicionais de vida e as zonas de sacrifício do agronegócio no Cerrado. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 13-27, 2022.

Sampaio, C. A. C.; Parks, C. D.; Montovaneli Junior, O.; Quinlan, R. J.; Alcântara, L. C. S. Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia¹. **Saúde e sociedade**, v. 26, p. 40-50, 2017.

Simões, M. C.; Teixeira, L. C.; Cardoso, M. B. S.; Ribeiro, K. R.; Machado, A. L. M.; Pereira, M. F. B. C. O Conhecimento Tradicional para Construção de uma Horta Medicinal em Salvaterra, Ilha de Marajó, Pará. **Holos**, v. 4, p. 1-12, 2021.

Soares, S. V.; Picolli, I. R. A.; Casagrande, J. L. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018.

Solón, P. **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. Editora Elefante, 2019.

Souza, E. S.; Fontenele, R. E. S.; Silva, Á. L. L.; Sousa Filho, J. M. Mapeamento da produção científica internacional sobre intenção

empreendedora. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 10, n. 3, p. 114-139, 2019.

Walsh, C. Introducion - (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. In: Walsh, C. Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. **Reflexiones latinoamericanas**. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. p. 13-35



Fonte: fotografado pelo autor (2023)